



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GIOVANI DAMICO

ENTRE O PANDA E O DRAGÃO:
UM ESTUDO DO ESTADO E DA GEOPOLÍTICA CHINESA PÓS CRISE DE 2008

SALVADOR

2021

GIOVANI DAMICO

ENTRE O PANDA E O DRAGÃO:
UM ESTUDO DO ESTADO E DA GEOPOLÍTICA CHINESA PÓS CRISE DE 2008

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Almeida

SALVADOR

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas
(SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Damico, Giovanni
D158 Entre o panda e o dragão: um estudo do Estado e da geopolítica chinesa
pós crise de
2008 / Giovanni Damico. – 2021.
162 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e
Ciências Humanas, Salvador, 2021.

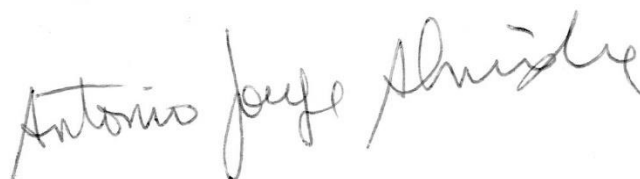
1. China. 2. Estado. 3. Geopolítica. 4. Hegemonia. 5. Socialismo. 6. Imperialismo.
I. Almeida, Antônio Jorge Fonseca Sanches de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 320

GIOVANI DAMICO

**"ENTRE O PANDA E O DRAGÃO:
UM ESTUDO DO ESTADO E DA GEOPOLÍTICA CHINESA PÓS
CRISE DE 2008".**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e aprovada em trinta de junho de dois mil e vinte e um (30/06/2021) pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (FFCH - UFBA)
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA)



Prof. Dr. Milton Pinheiro (UNEB)
Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC - SP)



Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza (UFBA)
Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia
(UFBA)

*Eu sou apenas um rapaz
Latinoamericano
Sem dinheiro no banco, sem parentes importantes
E vindo do interior
Mas sei que nada é divino
Nada, nada é maravilhoso
Nada, nada é secreto
Nada, nada é misterioso, não.*

Belchior

AGRADECIMENTOS:

A presente realização se insere naquilo que pode ser chamado de uma conquista coletiva. A produção científica é antes de mais nada fruto de um compromisso ético e intelectual estabelecido entre diferentes pessoas, diferentes sociedades e diferentes gerações. Não guardo ilusões com alguma espécie de neutralidade ontológica do fazer científico, este notadamente guarda acima de tudo um compromisso de classe, com a produção de saberes engajados às necessidades latentes de nossa sociedade. No entanto, nenhuma produção científica seria possível sem uma série de compromissos, onde são passados adiante pressupostos sobre os quais caminharemos.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia, por ser o *locus* onde minha trajetória acadêmica vem se construindo até então. Mais especificamente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que abraçaram meu projeto de pesquisa de mestrado.

Um agradecimento especial ao Grupo de Pesquisa Processos de Hegemonia sob coordenação do Professor Jorge Almeida, o qual também aceitou de maneira empolgada me acompanhar ao longo dessa empreitada ousada e desafiadora nos últimos anos. Sem tal voto de confiança a presente pesquisa não seria possível. Agradeço ainda aos Professores Milton Pinheiro e Renildo Souza por gentilmente terem aceitado participar das bancas avaliadoras, trazendo contribuições de diferentes matizes à pesquisa.

Deixo ainda um agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de uma bolsa de fomento, que ajudou decisivamente nas condições materiais para realização deste trabalho intelectual.

Por fim concluindo por onde comecei, a pesquisa é evidentemente um trabalho fruto de esforços coletivos. Minha família, em especial a Mãe **Teresa**, a Avó **Nilzete** e o irmão **Leonel**, que cumpriu um papel muito importante de suporte, em esferas materiais, afetivas e intelectuais, pacientemente me ouvindo “falar sobre a China” todos os dias nos últimos quatro anos. Igualmente cabe aqui um agradecimento especial a meus amigos, camaradas e meu Partido, que também tem abraçado este esforço intelectual. Deixo um e pedido de desculpas a minha filha **Lúthien**, que a despeito da pouca idade, tem sido tão compreensiva em entender minhas ausências, e aceitar com generosidade minha atenção dividida. Espero que um dia este texto possa ser lido por ela.

Àqueles que me seguraram, me aturaram, me levantaram e me dão todo carinho e suporte, emocional e intelectual: **Nininha, Johny, Nino, Monta, Leu, Rafa, Urso (Panda) e Júlio.** Dedico a vocês. Amo vocês.

À **Lude Montalvão, Bu**, meu amor para toda existência, que me dá sentido e convicção, bem como o impulso final para concluir e enfrentar este trabalho.

Resumo

A presente pesquisa realiza uma investigação das transformações no interior do Estado chinês após o estabelecimento da República Popular da China em 1949, avançando numa compreensão das continuidades e descontinuidades nos processos políticos e econômicos gestados pelos diferentes ciclos posteriores à inauguração do poder revolucionário naquele país (passando por Mao Zedong, Deng Xiaoping até Xi Jinping). Para tanto será estabelecido uma investigação teórico conceitual a partir de duas categorias centralmente mobilizadas: Imperialismo e Hegemonia. A partir de tais categorias nos voltaremos para um estudo das características do Estado e do modo de produção vigente na China (estruturas e superestruturas) com suas diversas determinantes gestadas na era do capitalismo monopolista imperialista e em contradição com este. Concluindo pela existência de uma Hegemonia de classe proletária sob direção do Partido Comunista Chinês com seus respectivos Aparelhos. Em sequência a partir de um enfoque territorial nos arredores da China e do período pós-crise econômica de 2008 avançaremos num debate acerca da geopolítica chinesa atual até o presente ano de 2021, investigando a dialética “interior-exterior” nos processos políticos e econômicos. Estabeleceremos, por fim, um debate acerca dos Blocos Hegemônicos, encontrando como a China seria impulsionadora de um Bloco Contra-hegemônico em associação com a Rússia e outros atores, gestado pelas contradições centro-periferia, pelas disputas sobre autodeterminação dos povos e soberania nacional. Concluiremos pela existência de tal bloco, seu caráter fundamentalmente antagônico com o capitalismo imperialista e seus principais representantes como EUA, União Europeia e Japão. Chegando à noção que o embate se dá pela superação/transformação das estruturas hegemônicas internacionais de dominação do capitalismo imperialista ocidental. Estabelecendo assim, formas de institucionalidade pautadas no multilateralismo.

Palavras Chave:

China, Estado, Crise, Geopolítica, Hegemonia, Socialismo, Imperialismo.

Abstract

The present research drives an investigation aimed on the transformations within Chinese State after the establishment of the People's Republic of China in 1949, thus advancing in the comprehension of continuities and discontinuities in the political and economical processes generated by the different cycles that succeeded the inauguration of the revolutionary rule in that country (through Mao Zedong, Deng Xiaoping until Xi Jinping). In order to do so, there will be established a theoretical and conceptual investigation after two categories mainly mobilized: Imperialism and Hegemony. By using such categories we shall turn ourselves to a study of the current characteristics of State and Mode of Production in China (Structure and Superstructures), with its diverse determinations generated in the era of imperialist monopolist capitalism and in contradiction with it. Concluding for the existence of a Proletarian class Hegemony under direction of the Chinese Communist Party with its respective Apparatuses. Afterwards through a territorial emphasis around China and the period of post-economical crisis of 2008 we shall advance on a debate over the current chinese geopolitics until the present year of 2021, investigating the "interior-exterior" dialectics in the political and economical processes. Finally we will establish a debate on the Hegemonic Blocs, finding out how China would be the driving force of a Counter-hegemonic Bloc in association with Russia and other actores, bred by the contradictions of center-periphery, by the contest over people's self-determination and national sovereignty. We shall conclude for the existence of such a bloc, and its fundamentally antagonic features against imperialist capitalism and its main representatives such as the USA, European Union and Japan. Coming to the understanding that this struggle aims at the overcoming/transformation of the international hegemonic structures for dominance of the ocidental imperialist capitalism. Thus establishing Institutionality forms ruled on multilateralism

Key Words:

China, State, Crisis, Geopolitics, Hegemony, Socialism, Imperialism.

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.1	A China no mundo de hoje, uma necessidade de leitura incontornável ...	4
1.1.2	O enfoque territorial	12
1.1.3	Um objeto de difícil delimitação.	15
1.2	OBJETIVO GERAL	24
1.2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
1.3	METODOLOGIA	26
1.3.1	Concepção de Ciências Sociais a partir do referencial materialista-histórico	30
2	PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DA CHINA CONTEMPORÂNEA.	32
2.1.1	Duas categorias fundamentais: Imperialismo e Hegemonia.....	34
2.1.2	Imperialismo, um fenômeno econômico e político:	40
2.1.3	Hegemonia na atualidade.....	46
2.1.4	O momento da Hegemonia	47
2.1.5	As bases da Contra-Hegemonia.....	53
2.1.6	A conformação de um bloco Contra-Hegemônico	58
2.1.7	Em busca do Estado e da Ideologia	62
2.1.8	Ideologia, Aparelhos e Organismos	66
3	AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS ECONÔMICAS E TEÓRICAS NA CHINA	73
3.1.1	O elemento nacional em questão	78
3.1.2	Os Caminhos da Reforma e Abertura	81
3.1.3	Do Marxismo Clássico ao Marxismo Chinês contemporâneo	89
3.1.4	O pensamento Marxista Clássico e a revolução socialista.	90
3.1.5	Forças Produtivas e Relações de Produção: uma tortuosa centralidade na teoria e nos processos revolucionários	92

3.1.6	A supressão do Modo de Produção Capitalista e as novas determinações que se surgem.	95
3.1.7	O modo de produção socialista <i>com características chinesas</i>	102
3.1.8	A caminho de conclusões preliminares da seção	111
4	A GEOPOLÍTICA CHINESA NA NOVA ERA.....	114
4.1.1	Séc. XXI, Crise econômica mundial, e crise interna na China.....	114
4.1.2	A China e o epicentro geopolítico asiático	120
4.1.3	Hong Kong, Taiwan e a luta pela soberania chinesa.	127
4.1.4	<i>Belt and Road Initiativ</i> : dos monopólios aos acordos de cooperação ..	136
4.1.5	A Rota da nova contra-hegemonia.....	144
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
5.1.1	Conclusões.....	154

CAPÍTULO I:

1 INTRODUÇÃO

Estudar a China é se deparar com um mundo de diversidade e complexidade, é adentrar no terreno de **Pandas e Dragões**, uma mítica entre o encanto e a imponência. Diversas das pesquisas sobre a China e outros países asiáticos por vezes incorreram em caminhos viciosos, carregados de estereótipos, preconceitos e interpretações moldadas para os olhos ocidentais, numa tradição que passou a ser **criticamente** conhecida como “orientalismo”. O debate crítico sobre o conceito de Oriente, mas também de ocidente, é inaugurado por Said (2012). Segundo o autor tal conceito não teria uma base “ontológica”, mas sim histórica e relacional, estaria, portanto, no campo da criação-representação, noção à qual podemos acrescentar ainda um caráter **ideológico**. O que se concebe como orientalismo é buscar compreender o oriente -neste caso a China- com os olhos do ocidente, com as amarras ideológicas de nossas formações econômico-sociais e com as interpretações tendenciosas orientadas por razões geopolíticas e de dominação. Said reforça como conceitos e ideologias oriundas do ocidente como “democracia, iluminismo ou mesmo modernidade” não são conceitos simples e consensuais. Tal debate se fará importante ao longo da presente investigação, onde serão convidados ao debate desde temas como a autodeterminação, características da formação econômico-social local a até dificultosas questões ligadas à religiosidade “oriental” como o Islã e Budismo. Assim um dos primeiros esforços desta pesquisa é buscar uma investigação científica orientada à compreensão da China, que parta de um ponto de vista “ocidental”, ou mais especificamente latino-americano, mas que busque romper com as limitações do orientalismo, visando apreender nosso objeto de Estudo em sua imensa complexidade, para tal fará parte de nosso esforço entender a China, não só a partir de nossos intérpretes, mas também a partir de como a própria China se retrata.

Uma vez que nosso Estudo é eminentemente político, econômico, sociológico geográfico e histórico, trataremos de uma abordagem integrativa entre essas diversas dimensões da apreensão social, transitando desde a economia-política, ciência política, até discussões voltadas para o território e elementos da cultura Chinesa que influenciem na formação do

Estado chinês e por conseguinte sua Geopolítica. Ressaltamos aqui que pesquisadores brasileiros como Jabbour (2010) e Souza (2007) à sua maneira buscaram fazer estudos de grande alcance sobre a República Popular da China, estudos estes que embora em perspectivas muito distintas, e que em geral se afastam de nossa presente discussão, guardam também méritos em seu pioneirismo, bem como no esforço extensivo de pesquisa. Ambos apontam de partida uma “limitação” mas também um reconhecimento humilde, estudar a China de um ponto de partida ocidental ou latino-americano, significa olhar de fora, significa reconhecer que nosso acesso às bibliografias específicas produzidas no gigante asiático são muito restritas, nosso acesso aos relatórios divulgados pelo Governo, pelo Partido Comunista da China, são também igualmente reduzidos àquilo que encontramos à nossa disposição. De nossa parte, reforçando nosso comprometimento de romper com uma perspectiva orientalista, é fundamental reconhecer humildemente nossa limitação de observador longínquo.

Reconhecer nossa limitação não significa, entretanto, abrir mão de uma leitura crítica, minuciosa, interpretativa e propositiva acerca das possibilidades de compreensão do fenômeno China, ao qual ressaltaremos em alguns momentos suas particularidades locais ao mesmo tempo que buscaremos explicitar as determinações gerais desta Formação Econômico-Social. Tal categoria originária da tradição marxista, tem sua centralidade ressaltada por Gruppi (1980) e será aqui também uma ferramenta importante. É digno de nota como Jabbour (2010, pg.19) assume já de partida que a China deve ser compreendida como uma “*Formação Social Complexa*”, assume, assim, destarte que “Uma formação social complexa é aquela que se comporta de forma ativa diante da conjuntura econômica internacional e se vê diante de diferentes formas de produção interna que transitam de acordo com o contato entre as leis econômicas da própria formação social com as leis econômicas do centro do sistema em seu tempo” (JABBOUR, 2010, pg.19). Essa noção embora dialogue em certa medida ao com nossa perspectiva de método também contém uma divergência irreconciliável um apelo a certa “exclusividade unívoca” dos processos chineses que para o autor assumem uma forma de “A Formação Social Complexa”, autêntica, ou modo de produção próprio com características por este destacadas como Economia do Projeto. De modo que concordamos com tal autor em trazer a centralidade do debate sobre “Formação Econômica” e junto a ela a dinâmica de **processo**, ou os processos, através dos quais a China, junto com seus grupos dirigentes, vem respondendo às transformações sócio-históricas, econômicas e geopolíticas desde a fundação da República Popular da China (RPC), ao passo que nos **afastaremos** metodologicamente,

buscando não as determinações “exclusivas, unívocas” da China, mas sim a articulação entre singular e universal, entre as determinações “locais” e as determinações gerais dos fenômenos. De modo que irá emergir um debate sobre Formação Econômico Social e Modo de Produção, que buscará não um apelo à unicidade da peculiaridade chinesa, mas sim, seu lugar na história do movimento concreto e real das formações econômico sociais, em particular das que adentraram no estágio de **transição socialista, modo de produção no qual situaremos a China**. A fim de capturar como essas respostas e transformações processuais foram buscadas pelo corpo dirigente, traremos como parte de nosso esforço de pesquisa uma imersão nas formulações teóricas de três dos principais dirigentes da RPC: Mao Zedong, Deng Xiaoping e Xi Jinping, resgatando e reformulando ainda um importante debate acerca da “Nova Democracia” e sua política correspondente, nos termos entendidos pelo marxismo chinês.

De forma mais explícita podemos circunscrever que a presente pesquisa traz como objeto o Estado e a geopolítica da República Popular da China, seus padrões de relação, nas dinâmicas internas, mas também externas desde acordos políticos, cooperações econômicas, até tratados e disputas militares. Com destaque considerável aos desdobramentos mais recentes situados no cenário do pós-crise econômica mundial de 2008. Tal destaque no período mais recente, se fará balizada numa análise crítica das transformações históricas, que têm modificado e adaptado a política e economia chinesa, desde o estabelecimento da República Popular da China em 1949

Buscamos ainda *espacializar* nossa pesquisa, numa perspectiva teórica semelhante ao que David Harvey (2013) chama de “materialismo-histórico-geográfico”, tendo assim como “recorte” territorial as principais fronteiras da República Popular da China o que entendemos como um epicentro geopolítico regional, por estas entendemos um conjunto de países vizinhos à China, que possuem relevância estratégica regional e mundial, seja esta política ou econômica. Esta região “epicentro” em sentido “amplo” é compreendida por: China Continental, mas também seus territórios “autônomos” ou em disputa, República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), República da Coreia (Coreia do Sul), Japão, Índia e Rússia. No entanto a presente pesquisa estabelecerá um recorte arbitrário dentro dessa região em sentido “estrito” onde será priorizada a interação sino-russa, a relação da China com suas regiões administrativas especiais em especial Hong Kong, mas também territórios em disputa como Taiwan. A região em enfoque em está colocada como uma das principais a impulsionar o desenvolvimento econômico mundial, entretanto, as tensões geopolíticas circunscritas à tal localidade se agravam

num ritmo igual ou superior a este desenvolvimento. Se por um lado buscamos aqui especificar um **recorte** espacial. Não poderia enquanto pesquisador oriundo da geografia, deixar de postular uma crítica já de partida à ideia de recorte: um recorte é por definição um excerto, que de maneira alguma pode ser entendido como independente, como um autômato, que opera sob lógica própria, sem relações com o conjunto de determinações que compõe a realidade social, desde as determinações eminentemente sociais, até as determinações de cunho natural-espacial.

A perspectiva epistêmica na qual nos circunscrevemos, a saber, a tradição marxista, compreende a realidade enquanto uma “totalidade, composta a partir de múltiplas determinações” (MARX e ENGELS, 2007; MARX, 2013). Dentre essas determinações aparecerão como apontamos à esfera do mundo humano, e a esfera do mundo natural, da interação destas duas surgirá o que os autores apontam como “segunda natureza”, ou seja, àquela natureza modificada a partir da dialética do trabalho humano que opera transformando o espaço social. Que perde sua dimensão eminentemente natural, e passa a ter uma dimensão social.

Na tradição geográfica tornou-se um hábito pesquisas onde os objetos são cada vez mais “recortados”, não cabe aqui uma crítica à perspectiva de recorte como um todo, ou de pesquisas e recortes específicos. Entretanto, postulamos de partida que em nossa perspectiva, os recortes devem funcionar como uma forma de avançar na compreensão de determinada dinâmica, numa lógica onde primeiro buscamos compreender às determinações num âmbito mais restrito, para posteriormente ser feito o esforço analítico de integração com um todo articulado ou um “Todo Social” como ressalta Althusser (2014). Assim nossa pesquisa embora construa um recorte espacial regional e “estrito”, pretende que tal recorte contribua com uma compreensão das relações que a China estabelecerá em escala ampla, mundial. Para tanto articularemos categorias de longo alcance para a compreensão dos fenômenos sociais e do próprio Estado como **imperialismo, hegemonia (disputas hegemônicas)**. Para tal reivindicaremos importantes autores que contribuíram para este debate, dando destaque para autores como Lenin e Gramsci, mas também os formuladores do marxismo chinês,

1.1.1 A China no mundo de hoje, uma necessidade de leitura incontornável

Nosso esforço teórico-analítico se propõe ao mesmo tempo a pesquisar um objeto que consideramos incontornável para compreensão das transformações no mundo da virada do século XX até o momento presente. Nosso esforço empírico estabeleceu uma ênfase mais específica tanto do ponto de vista temporal quanto espacial, assim o marco temporal da crise de

2008, terá aqui um enfoque maior, especialmente em nosso quarto e último capítulo que munido de debate exaustivo sobre o Estado chinês e suas características, realizado nos capítulos iniciais, buscará determinar os padrões da dinâmica geopolítica da China com seus principais países vizinhos. Faz-se necessário aqui declararmos nossas limitações de pesquisa para um objeto analisado em processo. A presente pesquisa estabeleceu para si um desafio de alcançar os principais desdobramentos políticos e econômicos da China pós 2008, ao passo que concluímos hoje estas linhas no início de 2021. Fomos surpreendidos desde então por alguns fenômenos de grande impacto tanto regionais quanto globais, que buscamos tangenciar dentro de nossas possibilidades em nossa discussão como a crise nuclear da península coreana de 2018, ou as mobilizações de massa de 2019 onde deflagraram-se conflitos políticos gigantescos em Hong Kong e posteriormente recrudescimento de problemas políticos de fundo religioso em Xinjiang. Prontamente buscamos contemplar tais desdobramentos em nosso cronograma de investigação em maior ou menor medida. Ainda entre 2018 e 2020 estabeleceu-se uma “corrida armamentista sem armas” entre EUA e China na chamada guerra econômica ou tarifária, fenômeno que envolveu as gigantescas empresas de telecomunicação chinesas em especial Huawei, tal fenômeno infelizmente foge do escopo de nossa investigação, para além de alguns impactos indiretos que serão pontuados. Sublinhamos ainda como no início de 2020 fomos sacudidos por um terremoto “invisível” da crise pandêmica mundial, deflagrada originalmente na China (o que não significa que o vírus em si tenha sido oriundo de tal país). A crise pandêmica precipitou ainda outra série de conflitos e embates que não teremos possibilidade de abarcar em nossa discussão, salve em algumas menções pontuais. Ainda ao longo de 2020 as relações entre China e Índia passaram por uma deterioração vertiginosa, também fruto de diversos processos com influências mundiais, fenômeno que aqui também não poderá tomar mais do que algumas considerações gerais que ajudem a balizar as origens da nova “inflexão” que afastou drasticamente os dois países, num movimento que trouxe a Índia para um realinhamento cada vez mais conspícuo com o ocidente capitalista, em especial Estados Unidos e Inglaterra.

Nossa pesquisa enquadra-se na linha de pesquisa: **Democracia, Estado e Movimentos sociais**. Sendo eixo temático: **Democracia Contemporânea, Globalização, Movimentos Sociais e Contestações Políticas**. O estudo aqui situado perpassou assim tanto questões centrais sobre o Estado, quanto questões sobre a **Globalização**, onde em nossa visão estão circunscritas as temáticas da geopolítica, bem como as discussões acerca do objeto de estudo

selecionado. As categorias de análise que daremos destaque, possibilitam uma articulação dinâmica de alguns destes eixos propostos na linha de pesquisa do Programa Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Para articular questões acerca do Estado, Democracia e Movimentos sociais, a categoria Hegemonia, e as contribuições teóricas de Gramsci (2007) oriundas dessa formulação, terão papel central. Embora nosso estudo não traga uma ênfase específica nas discussões de Democracia e Movimentos sociais, não há como discutir Estado, geopolítica e imperialismo sem articular em alguma medida a **forma política do Estado** (democracia), e a participação dos **atores sociais** (movimentos sociais), no caso específico do nosso objeto de Estudo, a forma política assumida pelo Estado chinês, possui uma particularidade muito grande, a “separação” entre Estado e sociedade civil é completamente distinta das democracias liberais burguesas, ou o **assim chamado** “Estado democrático de direito”, uma vez que o país é governado por um Partido único, ou partido de massas, que conta com quase 20% de sua população nas fileiras do Partido (se somados os membros do Partido e os Membros da Juventude do Partido temos algo em torno de 200 milhões de membros).

A República Popular da China tem um papel crescente no desenvolvimento econômico mundial, seus índices de crescimento ficaram por décadas acima dos dois dígitos, e mesmo com uma **desaceleração**¹ mais recente tem impulsionado os mais diversos setores da economia mundial, seja através do imenso volume de importações de bens primários, ou *commodities*, que são beneficiados nas regiões industriais do país, seja os bens de capital de alto valor tecnológico que são igualmente importados e que por outro lado são empregados na produção de diversos gêneros de produtos industrializados desde os mais simples até os de mais elevada tecnologia. Estas importações por sua vez movimentam a maior indústria mundial, hoje situada no leste Chinês e em parte nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), fazendo assim parte da produção de gêneros de exportação que são produzidos na China e enviados para o resto do mundo, estas exportações acabam por abastecer grande parte do mercado mundial, num ciclo de importação, produção e exportação. Segundo dados do FMI divulgados pela rede jornalística

¹ Sobre a desaceleração é digno de nota que o Partido Comunista da China previa em seus últimos planos quinquenais, ou seja, planos de organização político econômica, que as taxas de crescimento do PIB passariam por uma redução significativa. A principal razão apontada pelo Governo chinês para tal redução era a passagem de um crescimento econômico com ênfase quantitativa, para um desenvolvimento com ênfase qualitativa, bem como a própria transformação do padrão produtivo da China de uma economia exportadora, para uma economia voltada à serviços, mercado interno, mas que não perdesse seu potencial de exportações. Essa transição qualitativa resultaria na desaceleração planejada da economia chinesa.

estadunidense Bloomberg², a economia chinesa já se tornou a principal do mundo em termos comerciais. Sendo a maior exportadora e a segunda maior importadora mundial. A expectativa é de que com as atuais taxas de crescimento, o PIB da China alcance o dos EUA em até uma década (os desdobramentos econômicos da crise pandêmica tendencialmente aceleraram este processo, sendo a China o único país de grandes dimensões a ter crescimento econômico em 2020³), o que coloca em xeque a supremacia econômica dos Estados Unidos que já perdura desde o final da segunda guerra mundial em 1945. Em termos de PPP (Purchase Power Parity) a China já desponta como primeira colocada, tendo suplantado os Estados Unidos. A utilização do indicador PPP, ou PPC (Poder de Paridade de Compra), é especialmente relevante para o caso da China, considerando a capacidade -ainda considerável- do governo do país de submeter sua moeda à um controle rígido pelo Estado, desvalorizando ou valorizando o Renminbi (Yuan)⁴ a depender de seus interesses macroeconômicos, bem como se considerarmos o tamanho do mercado interno chinês, que tem um poder de compra considerável, e em vias de crescimento.

Os rebatimentos do desenvolvimento chinês como brevemente demonstrado têm alcance a nível mundial. A geopolítica da China tem cada vez mais implicações que conseguem impactar o sistema mundial, colocando a China cada vez mais como um ator político e econômico central no novo ciclo que se abre, especialmente a partir da crise **financeira** de 2008, onde se deflagra o primeiro grande impacto à hegemonia internacional estadunidense em décadas. Partindo da análise do modo de produção capitalista proposta por Lenin (2012), que enquadra o estágio monopolista do capitalismo como **imperialista**, podemos ainda observar novos períodos que subdividem este estágio. Para Almeida (2017) as transformações do período imperialista do capitalismo podem ser divididas em quatro momentos históricos, sendo o primeiro no início do séc. XX com a consolidação do capital financeiro, e o último momento o atual, onde a China emerge enquanto potência.

² Bloomberg. Here's How Fast China's Economy is Catching up to the U.S. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/graphics/2016-us-vs-china-economy/>>. Acesso em: 20/10/2017

³ Ainda não estão disponíveis os compilados anuais de 2020, no entanto diversas avaliações dos quadrimestres atestam o crescimento positivo do PIB chinês em contraste com os países do G20. Ver notícia disponível abaixo: CGTN: "China Out-performs most of G20 members in Q2 GDP". <<https://news.cgtn.com/news/2020-09-05/China-outperforms-most-G20-members-in-Q2-GDP-growth-Tx3fT5yupq/index.html>> Acesso em 24/01/2021

⁴ A política de desvalorização Cambial da China vem sendo alvo de muitas críticas sobretudo dos EUA e União Europeia, o que levou a pressões para maior desregulação do câmbio. A própria guerra econômica iniciada pelos EUA contra a China trazia como um dos elementos a pressão em cima do câmbio Chinês. O que fez a China reduzir consideravelmente suas manobras cambiais. O ingresso da China na OMC por sua vez também trouxe condicionantes que reduziram os artificios do Estado chinês com relação ao uso do câmbio a seu favor.

A ascensão da China enquanto potência ou **potência hegemônica**⁵ é um fenômeno extremamente recente e em vias de consolidação (cada vez mais explícitas), que não poderia ocorrer sem transformações na ordem vigente, tal transformação certamente não ocorre sem diversas tensões e acirramentos entre diferentes potências, seus grupos e blocos de poder. A contraposição que a China faz aos anseios de dominação mundial estadunidense tem elevado gradualmente as tensões entre os dois países, dando início à um novo ciclo de disputas entre Potências Hegemônicas⁶, embora a China aposte em uma linha política postulada como “pacifista”, pregando uma forma de cooperação sob termos de ganhos mútuos (a chamada *win-win cooperation*), o sudeste asiático tem se tornado um palco de tensões e disputas de zonas de influência. Neste cenário tanto em termos econômicos quanto políticos a região tem adentrado numa espécie de “**nova guerra fria**” fenômeno analisado à sua maneira por Korybko (2018) no que o autor concebe como Guerras Híbridas. Os EUA mobilizam assim sua força militar, política no chamado **Pivot asiático** (reforçado na era Obama), através do qual visa promover a secessão na China (em Taiwan, Hong Kong e Tibet), para minar assim, a soberania nacional chinesa (LOSURDO, 2016). As movimentações direcionadas para o que aqui foi chamado de “Pivot asiático” pode ser entendido no bojo dos fenômenos compreendidos como “Revoluções coloridas” ou Guerras Híbridas”, nos termos propostos por Korybko (2018)

Destacamos anteriormente alguns desdobramentos políticos recentes na China que buscaremos trazer para o seio de nossa investigação, destes destacamos aqui os episódios de “protestos massivos” iniciados em Hong Kong em junho de 2019 e os “Ataques” midiáticos contra a China sobre a questão dos povos Uigures na província de Xinjiang. Reforçamos assim tal peculiaridade interessante, motivadora e desafiadora da presente investigação que é precisamente o fato de parte considerável do nosso objeto empírico estar em movimento. Um estudo sobre o Estado e os processos geopolíticos com ênfase temporal centrada no pós 2008 até os dias atuais, conta tanto com uma carga de eventos recentes ainda pouco discutidos, teorizados, onde poucos dados estão disponíveis, e ao mesmo tempo conta com eventos e episódios ocorrendo no calor do momento, tal aspecto de nossa pesquisa trará em certa medida um caráter investigativo exploratório acerca de questões mais atuais. Nossa metodologia buscou assim a partir de confronto entre escritos recentes, fontes jornalísticas diversas e o aporte

⁵ Fazemos uma escolha teórica que diverge da tese da China enquanto uma potência “imperialista”, discussão que realizamos sobretudo no quarto capítulo.

⁶ Partiremos da compreensão de Gramsci (2007) de potência hegemônica que será melhor debatida mais adiante em nosso terceiro capítulo.

teórico trabalhado, realizar um empreendimento analítico que possibilite compreender tais fenômenos.

A preocupação acerca das “Revoluções Coloridas” é particularmente presente na obra de Losurdo (2016). O autor compreende que esta é uma forma mista de guerra política, econômica e midiática. Para o autor a volta do “ímpeto neocolonialista” somada à “*Revolution in Military Affairs*”, abrem um novo período, onde a utilização das mídias permite que o imperialismo estadunidense e da própria OTAN, possam realizar tanto “bombardeamento militar propriamente dito e o bombardeamento multimidiático”. Estes acontecem com diversos pequenos países do terceiro mundo, que para o autor agora inclui os países de orientação socialista. Essas investidas teriam entre outras motivações a tentativa de atingir de forma mais ou menos direta a Rússia e especialmente a China, através das chamadas revoluções coloridas, que buscariam frear o desenvolvimento chinês e a mudança na correlação de forças mundiais (LOSURDO, 2016, pg. 374-5). Andrew Korybko (2018) ressalta igualmente em sua investigação minuciosa acerca das Guerras Híbridas, a orientação de fundo desta perspectiva de desestabilização, que atacaria as “periferias” ou fronteiras dos verdadeiros alvos, mirando estrategicamente na desestabilização política e econômica da Rússia, China e Irã. Embora seu enfoque seja maior na questão da Rússia, suas formulações são de grande valia para a compreensão dos eventos em Hong Kong, e em certa medida de Xinjiang.

Se por um lado é praticamente impossível fazer uma investigação acerca da geopolítica sem levar em consideração o principal ator político, econômico e militar do mundo, a saber, os Estados Unidos da América, por outro lado nosso esforço analítico tomará ênfase não na interação direta entre este ator e a República Popular da China, mas sim nas respostas que a China tem dado ao novo cenário de disputas e como estas respostas se desdobram na macrorregião onde a China está situada. Dentre o que se convencionou chamar por “Revoluções Coloridas” compreendemos que está essencialmente delimitado um esforço de desagregação política, econômica, militar e territorial. Porém tal esforço se dá por vias não tradicionais, com invasões, golpes e derrubadas explícitas de governos, a estrutura de ação das revoluções coloridas envolvem elementos das chamadas “Guerras híbridas”⁷, onde são fomentados grupos políticos de oposição radical, que podem ser gestados artificialmente, ou aproveitar de grupos já preexistentes, que passam a ser instrumentalizados com fins de desestabilização política,

⁷Voltaremos mais adiante a este conceito, buscando uma inserção mais apropriada deste debate.

chegando ao ponto de ampla fragmentação política, econômica e territorial. A estratégia de Revolução Colorida engloba, portanto, desde o fomento, armamento, instrução, treinamento de grupos extremistas locais, mas também um massivo ataque midiático, como ressaltado por Losurdo (2016, pg. 110) no que o autor chama de “produção de ideias e emoções”.

Essa chamada produção de emoções teria como objetivos legitimar os grupos “revolucionários” enquanto autênticos defensores de causas como “democracia, justiça e liberdades”. Se no caso de Hong Kong vemos em termos práticos às operações de “produção de ideias” pautadas especialmente em torno da democracia, no novo alvo, a saber, a província de Xinjiang, o enfoque se dá na produção de emoções, onde se vem construindo uma retórica em defesa da “liberdade de crença” e contra o suposto autoritarismo do Estado chinês que estaria trancafiando sua população islâmica em ditos “campos de concentração”. É didático observarmos como no oriente médio o Irã é atacado por todos os lados pelo seu suposto “islamismo agressivo e militante”, e quando o assunto é Xinjiang as mesmas mídias se tornam defensoras do islamismo, contra o autoritarismo chinês. Mais à frente deveremos retornar à questão, com vistas a observar que em Xinjiang segue uma normalidade “democrática” que em nada deixa a desejar em comparação às democracias liberais ocidentais.

O fenômeno das Revoluções coloridas não passa despercebido pelo PCCh -nem poderia-, uma vez que a China desde 1989 experimentou à primeira tentativa de revolução colorida em seu território, no “célebre” evento da Praça *Tiananmen*, ou Praça Celestial. A atualidade do fenômeno referido se mostra brutal e se vê escancarada com o desenrolar dos episódios desencadeados desde junho de 2019 em Hong Kong. O presidente chinês em exercício em uma de suas recentes formulações teóricas acerca dos trabalhos políticos dos *quadros* partidários é enfático:

Os fatos comprovaram mais de uma vez que o momento mais perigoso é quando se vacila nos ideais e convicções. Sempre penso se nossos quadros poderão agir de forma resoluta para salvaguardar a liderança do Partido e do sistema socialista caso ocorra uma situação complexa como, por exemplo, uma ‘revolução colorida’? Eu acredito que a maioria dos nossos militantes e quadros serão capazes de agir dessa maneira (XI, 2014, pg. 506).

Embora as palavras de Xi apontem para uma resposta com indicativo “positivo” acerca da capacidade dos quadros políticos chineses de resistir a uma situação de revolução colorida, na prática as ações do Partido demonstram uma vigilância e controle crescentes acerca das ações políticas individuais e coletivas de seus diversos membros, assim o controle e rigor tem passado

por uma escalada destacada sobremaneira pela campanha “anticorrupção”. Elizabeth Economy (2018) destaca em sua obra como a campanha anticorrupção teria em seu epicentro um reforço do poder político do PCCh sobre as diversas esferas da sociedade chinesa, e do próprio partido pelo governo central, numa movimentação ideo-política com uma verdadeira promoção de “expurgos”. Embora a autora dê ênfase em uma perspectiva um tanto “personalizada” na figura de Xi Jinping, no que ela situa como um anseio por elevação de seu poder pessoal, em termos práticos a autora revela de fato como a campanha anticorrupção tem elevado o controle geral do partido na sociedade chinesa, afastando elementos estranhos às diretrizes partidárias.

As crescentes preocupações do governo chinês acerca da integridade nacional, se mostram tremendamente validadas ao nos defrontarmos com os episódios de Hong Kong. A região administrativa especial de Hong Kong retornou ao controle da China continental há pouco mais de 20 anos em 1997. A trajetória que culminou no retorno de Hong Kong perpassou uma série de articulações políticas especialmente travadas após a ascensão de Deng Xiaoping enquanto dirigente da RPC. Fundamentalmente as bases para o retorno de Hong Kong à China foram estabelecidas uma vez que Deng postula sua tese conhecida como “Um país dois sistemas”, a estratégia visava uma reaproximação pacífica com os territórios de Hong Kong, Macau e Taiwan, territórios que foram colonizados pela Grã Bretanha e Portugal. O caso de Taiwan ainda mais delicado foi marcado pela dominação política e territorial pelo grupo político articulado em torno do Kuomintang (KMT), ou Partido Nacionalista Chinês, partido derrubado do poder na revolução de 1949 na China continental, que se exila na ilha de Taiwan, transformando-a em termos práticos em um território rebelde, que nunca reconheceu o novo poder central instaurado pela República Popular da China.

A tese conhecida como “um país dois sistemas” dialoga ao nosso ver diretamente com um reforço dos pressupostos da Nova Democracia, tal perspectiva visava por um lado convencer o ocidente de que a China havia superado a fase mais “agressiva” de sua revolução e que agora as mediações entre conflitos internos, inclusive os territoriais, seriam feitas por vias pacíficas, com base em construção de novos consensos e um estabelecimento gradual de uma nova hegemonia. Assim os territórios autônomos das três ilhas teriam asseguradas pelo governo central chinês, a liberdade de autodeterminação no seu sistema político e econômico, desde que aceitassem uma política de reintegração ao território nacional, e reconhecendo seus respectivos status de regiões autônomas, sob tutela do governo central da RPC. Por outro lado, as intenções

eram tanto de facilitar uma devolução consensuada das duas ilhas colonizadas, e uma redução nas tensões com Taiwan, possibilitando uma reaproximação entre os dois territórios.

1.1.2 O enfoque territorial

Destacamos até aqui uma série de aspectos referentes a nosso objeto de estudo, desde aspectos políticos, econômicos e diferentes aproximações de nossa problemática. Buscaremos fazer uma aproximação maior entre nosso objeto e a questão do território, ou do que Harvey (2013) vai conceber como “a lógica do território”, aproximando assim a dimensão político-econômica da geográfica. Em termos econômicos ou melhor, **geopolíticos**, a China tem empreendido uma série de projetos extremamente ambiciosos para o continente asiático como um todo, mas para alguns países em particular. As iniciativas vão no sentido de fomentar a criação de acordos e tratados de livre comércio e cooperação. Reforço de parcerias estratégicas que envolvem importações, exportações, planos coordenados de comércio de longa escala temporal, como acordos multibilionários de compra de determinados bens como o caso do gás natural da Rússia num prazo de 30 anos⁸. No livro recém publicado do Presidente e Secretário geral do Partido Comunista da China (PCCh) – Xi Jinping (2014), são explicitados os diversos mecanismos que estão sendo desenvolvidos pela China para fomentar o desenvolvimento da Ásia, são apontadas iniciativas como *Belt and Road Initiative* (BRI) a **chamada** Nova Rota da Seda, a consolidação de instrumentos como a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), a criação e amplo fomento do AIIB (Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático) e a estruturação da Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), estas iniciativas juntas se assomam num conjunto de projetos que vão desde acordos comerciais bilaterais, desenvolvimento de infraestruturas e transportes, empréstimos e financiamentos com linhas de crédito muito abaixo das praticadas pelo Banco Mundial e FMI, a tratados de cooperação na indústria bélica e parcerias estratégicas em áreas de tecnologia avançada como no caso dos acordos voltados para tecnologia aeroespacial e nuclear com a Rússia.

Em termos de política externa a China defende oficialmente uma linha de respeito mútuo à soberania nacional, diversidade das nações e alcançando interesses mútuos de todas as partes. O discurso oficial da diplomacia chinesa foca nos ganhos mútuos (*win-win*) e respeito aos interesses de cada nação. Nas palavras de Xi Jinping: “[...] ‘O mar é grandioso por receber

⁸Disponível entre outros em: <<https://www.theguardian.com/world/2014/may/21/russia-30-year-400bn-gas-deal-china>>

todos os rios.’ Durante o longo processo histórico, os povos da China e dos países da ASEAN criaram culturas esplêndidas, renomadas internacionalmente pela sua variedade. Na nossa região, caracterizada pela diversidade, as civilizações evoluem influenciadas e mescladas umas pelas outras, o que constitui uma importante base cultural para que os povos aprendam mutuamente e se promovam.” (XI, 2014, pg. 354). A diplomacia oficial chinesa opera assim carregada de apelos ao princípio da autodeterminação dos povos, respeito às diferenças culturais, e aos diferentes sistemas políticos. Reforçando sistematicamente laços locais contando desde países como Vietnã, Laos, Camboja, Cingapura, até países com relações mais *estratégicas* como Rússia, Índia⁹ e Coreia.

A política externa chinesa segue balizada por alguns princípios oriundos do período maoísta, como os “cinco princípios de coexistência pacífica”, Estes princípios são circunscritos como: “respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos um do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica” (XI, 2014, pg. 37, nota 6.). Embora tais princípios remontem a era Mao, e tenham sido postulados por Zhou Enlai, então primeiro ministro, enquanto princípios “gerais” de relações internacionais, a política externa chinesa transitou na realidade em diferentes perspectivas, sendo levados adiante os princípios de coexistência pacífica em **certos casos**, ao passo que o chamado “**internacionalismo proletário**” ou “**terceiro-mundismo**” permearam as relações chinesas com determinados países, e ou movimentos políticos revolucionários, que visavam dentre outras coisas a transformação política da realidade de seus países. A aparente contradição é explicada pela correlação de forças, a coexistência pacífica entra em cena no momento em que a China e seus países “rivais” assumem mutuamente a incapacidade de influenciar ativamente na política interna um do outro, selando um “pacto” de não interferência.

Notadamente a política externa chinesa passará por uma guinada “não intervencionista” na era Deng, à qual remeteremos logo adiante, assim observa-se como a grande parte dos acordos políticos e econômicos da China geralmente caminham de forma conjunta, com “termos” que remetem a estes princípios, bem como uma adesão por parte dos outros países interessados em firmar acordos com a China ao “princípio de uma só China”. Tal princípio remete às teses já referidas do “Um país dois sistemas” na qual se reconhece a unidade

⁹ Como vimos anteriormente desdobramentos recentes colocaram em terreno íngreme as relações sino-indianas, no entanto tais desdobramentos não diminuem o caráter sempre estratégico da aproximação da China para com a Índia.

territorial chinesa incluindo seus territórios administrativos especiais. Desta maneira a China vem estabelecendo acordos mútuos de reconhecimento da soberania nacional, na qual a China se beneficia ao receber legitimidade às suas reivindicações territoriais, na mesma medida em que concede legitimidade às reivindicações de outros países. Observaremos que na prática existem tensionamentos e que os acordos não são completamente pacíficos e tranquilos quanto previsto nas linhas até então apresentadas, os embates territoriais fronteiriços (por terra e por mar) são boas mostra dessas dificuldades. As disputas territoriais no Mar do sul e do leste da China, apontam para algumas das possibilidades de conflitos emergentes como observado por Kotkin e colaboradores (2012). Ainda assim a China segue firme numa espécie de tentativa de estabelecimento de princípios e acordos não conflitivos, ou ao menos de baixo grau de hostilidade. Xi (2014) aponta assim uma abertura à diferentes abordagens de desenvolvimento que cada país possa ter afirmando que: “não vamos impor a nossa vontade aos outros, nem permitiremos, em absoluto, que outros imponham a sua vontade ao povo chinês”. É ainda ressaltada a busca por “resolução pacífica dos conflitos” e negação do “hegemonismo e expansionismo”. Aqui a noção de “hegemonismo” pode ser entendida no sentido de uma nação buscar exercer uma hegemonia sobre as outras, diferente dos termos gramscianos, a noção se aproxima de uma forma de coerção de Estados mais fortes. Um debate acirrado sobre “hegemonismo” foi travado entre o Partido Comunista Chinês e o Partido Comunista da União Soviética pelos idos dos anos 60, debate documentado dentre outros pelas “Cartas Chinesas” (Núcleo de Estudos M-L-M, 2003). A negação de um “hegemonismo” por parte da China nos parece alinhada com os termos estabelecidos no debate citado.

A potência do “território” ou das relações entre as “lógicas territoriais” para compreensão das relações entre países em nossa concepção se associa com a capacidade de articulação e análise da categoria **imperialismo**. Entendemos assim como Almeida (2017) e Callinicos (2005) que para compreensão da geopolítica **mundial** e **regional**, ou melhor, para articulação dessas duas, em seus aspectos políticos e econômicos a categoria imperialismo é fundamental. Almeida (2017) aponta que o conceito de imperialismo é chave para desvendar a real geopolítica da China. Pois apenas através desta abordagem conceitual pode-se desvendar a práxis por detrás do discurso Chinês. Por sua vez, Lenin (2012) formula o conceito dando enfoque especial em três aspectos que destrincharemos mais adiante, a saber: Monopolização dos capitais, **financeirização** dos Capitais e **partilha** do mundo em zonas de influência. Essa abordagem deixa claro como o desenvolvimento do capital monopolista tem uma *base*

nacional, que forçará o desenvolvimento dos monopólios para as suas diversas zonas de influência, tanto por pressão econômica, quanto pelas vias política e quando necessária a via militar. Para Harvey (2013) a junção da lógica territorial à lógica do capital, forma as bases do imperialismo. Emerge assim a difícil tarefa de delimitar qual o caráter do Estado, suas características, centrais, o funcionamento do modo de produção na China, e sua influência no padrão da geopolítica chinesa e se esta se aproxima em alguma medida aos moldes do que se pode entender como um “novo imperialismo”, ou se a partir do mesmo conceito se chegará a uma outra compreensão do conjunto de políticas externas da República Popular da China. Nossa compreensão de partida, a qual buscaremos balizar nesta presente investigação é a de que a leitura do Estado chinês e da geopolítica chinesa enquanto uma expressão de uma política imperialista ou de um Estado imperialista, esbarra em uma série de incongruências, o que nos levará a defender que tal categoria é tanto insuficiente quanto inadequada para explicação do fenômeno. O que fará emergir, portanto, uma discussão central e que fundamentará todo nosso debate: da caracterização do sistema político e econômico chinês em sua dimensão interna e externa (sua dialética interior-exterior), para tal o debate até então estabelecido sobre “internacionalismo proletário” também nos parece insuficiente, mas também como um elemento a ser analisado no caminho correto para a presente investigação.

1.1.3 Um objeto de difícil delimitação.

Buscamos apresentar até aqui como a China vem se constituindo em uma potência a nível mundial, e como seu crescente poderio econômico vem se traduzindo gradualmente em poder político, o que leva a mudanças cada vez maiores nas correlações de força da geopolítica regional e mundial. Por contraditório que possa ser o desenvolvimento da China, é visível que esta pretende se inserir na arena mundial como um novo ator de grande relevância e que buscará por diversos meios romper com a ordem unipolar previamente estabelecida. Tanto a os discursos e formulações oficiais da China quanto as diversas medidas políticas e econômicas têm mostrado que a China de fato pretende desenvolver uma “nova ordem mundial” de caráter multipolar onde a Ásia Geral e a China em particular se tornarão um novo polo de poder político e econômico, desafiando a primazia estadunidense e europeia. Coloca-se aqui em questão uma

tentativa de ruptura por parte da China com os chamados Padrões de relações “norte-sul”¹⁰ e abertura para relações “sul-sul” ou de outros tipos.

Uma vez postulado que nosso objeto de estudo é precisamente a formação do Estado Chines pós-revolucionário e suas transformações mais recentes, seu modo de produção e sua conseguinte Geopolítica da China, em especial na sua expressão mais recente pós-crise econômica mundial de 2008, faz-se necessário ainda algumas delimitações acerca das mudanças de padrão observadas a partir deste marco temporal. A “emergência” da China enquanto potência não é devida apenas à sua pujança econômica, mas se deve também a um avanço em sua capacidade de articulação política para além de suas fronteiras, ou para além do terreno de acordos eminentemente comerciais. Deng Xiaoping, postulou a seu tempo uma política externa marcada por uma postura comedida, uma China que como aponta Economy (2018, pg. 188, tradução livre) deveria “esconder suas capacidades e aguardar o seu momento”. Em outro aforismo Deng apontaria ainda “Observar a situação calmamente. Ficar firmes em nossa posição. Responder cautelosamente. Ocultar nossas capacidades, aguardar um momento oportuno. Nunca reclamar liderança. Tomar algumas ações.” (ECONOMY, 2018. pg. 188).

Os aforismos previamente mencionados, marcaram efetivamente uma linha de política externa chinesa na “era Deng” e também no período sob direção de seus dois sucessores imediatos, Jiang Zemin e Hu Jintao. Economy (2018) destaca como a China se auto referia a si própria como um “país em desenvolvimento”. A ascensão de Xi Jinping, entretanto, viria a demarcar uma inflexão na política externa (e interna) chinesa, fenômeno amplamente discutido por Economy (2018). Para a autora a chegada de Xi demarca um novo momento do ponto de vista das relações geopolíticas, esta é explicitada em assertivas postuladas por Xi, como “fazer a voz da China ser ouvida”, e de que haveria chegado o momento de a China abraçar a “diplomacia de países grandes” (ECONOMY, 2018, pg. 190. tradução livre).

O recorte temporal e espacial propostos tem assim um caráter fundamental, pois este novo ciclo onde a China emerge enquanto grande potência, vem se consolidando em especial a partir da crise econômica mundial de 2008, apesar das taxas de crescimento da China terem adentrado numa desaceleração, como destacamos previamente, o crescimento do país continuou a atingir taxas ao menos duas vezes maiores do que o crescimento médio da economia mundial no período destacado. Ou seja, o recorte temporal proposto apreende

¹⁰ Tais conceituações não guardam necessariamente uma relação “geográfica”, mas sim política.

precisamente o ciclo de ascensão da China que vai até os dias atuais. Neste ritmo a China tende a assumir a liderança enquanto maior economia mundial em uma década. Neste mesmo recorte temporal contrasta-se ainda uma nova geopolítica chinesa para o continente asiático, e em especial para o polo que destacamos como “epicentro geopolítico” ou seja aquela região compreendida por China, Japão, Península Coreana, Índia e Rússia. Em tal região por um lado tem-se destacado o desenvolvimento econômico, e por outro lado as tensões políticas que têm se afluído. Assim compreendemos que se traduz territorialmente como se dará este processo de “redistribuição” ou **remodelamento** das zonas de influências das grandes potências, bem como a nova configuração de hegemonia regional, em termos gramscianos. O Japão e Coreia do Sul aparecem no extremo oriente como os grandes “opositores” ou concorrentes do desenvolvimento chinês, e embora sejam aliados estratégicos dos EUA, estes tem tido dificuldades em contrapor as políticas chinesas. O já antigo banco de desenvolvimento puxado pelo Japão – Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) - sofreu um impacto enorme com a conformação do Banco de Investimento e Infraestrutura Asiático (AIIB) puxado pela China. Outro aspecto dessa dialética conflituosa é a contraposição da iniciativa *Trans-pacific Partnership* (TPP)¹¹ puxada pelo Japão, pela iniciativa Rota da Seda ou BRI, puxada pela China. Em paralelo a este embate de linhas econômicas se coloca ainda a disputa pela soberania em ilhas situadas no mar do leste da China, onde o Japão pretende também adquirir o controle de alguns arquipélagos, tanto por razões econômicas quanto estratégico-militares. Apesar da relevância de Japão e Coreias para a Região, buscaremos focar nossa análise nas relações da China com a Rússia, a qual visualizamos hoje como a esfera mais estratégica da geopolítica chinesa.

O recorte territorial proposto tem sido ainda o palco de uma das maiores tensões políticas e militares do mundo, onde na península coreana se desenvolve uma disputa política, armamentista e ideológica que mobiliza investimentos massivos do “complexo industrial-militar” dos EUA, além de seu peso político e econômico. A República Popular Democrática da Coreia (RPDC), ou Coreia do Norte -como ficou conhecida no ocidente- é aliada estratégica histórica da China, e o desenvolvimento de seu programa nuclear tem colocado tanto a República da Coreia -Coreia do Sul-, quanto o Japão – ambos aliados estratégicos dos EUA – em alerta máximo. O desenvolvimento nuclear da Coreia do Norte traz como principais

¹¹ Sob o Governo Trump os EUA decidiram unilateralmente sair do acordo, em uma manobra que visava pressionar parceiros como Japão e Coreia do Sul. Até então tal manobra não surtiu os efeitos esperados.

argumentos a defesa da soberania nacional, da estabilidade regional contra as agressões do imperialismo. Na perspectiva norte-coreana a Coreia do Sul e Japão seriam ameaças à sua segurança, por serem Estados manipulados política e militarmente pelos EUA. A China por sua vez se beneficia em grande medida da postura “agressiva” da Coreia do Norte ao passo em que esta pretende com sua política armamentista, impedir o avanço da militarização da Coreia do Sul e Japão, bem como a instalação do sistema antimísseis estadunidense Terminal High Altitude Area Defense (THAAD) que significariam na prática uma ameaça à segurança nacional da China, situada em uma de suas principais fronteiras, o mar do sudeste da China (Mar amarelo). Além disso o conflito cria uma espécie de “distração” para Japão e Coreia do Sul, que figuram como adversários regionais para o projeto geopolítico da China.

O polo industrial chinês de maior proeminência está situado na costa leste chinesa, onde cidades estratégicas como Shanghai, Qingdao e Tianjin estão situadas. A península coreana por sua vez estabelece uma espécie de “portal de entrada” para o mar amarelo, e em certa medida envolve tais cidades, fazendo com que qualquer ponto de tensão na região tenha um potencial de impacto direto à China. A própria capital chinesa Beijing¹², vê-se extremamente próxima à tal região, como podemos vislumbrar na figura abaixo:



Figura 1 - Mapa da China. Fonte: Geology.com

¹² Seguindo as diretrizes de transliteração Pinyin optamos por grafar Beijing em lugar de “Pequim”.

Compreendemos assim que a partir de nosso recorte espaço-temporal trabalhado na pesquisa será possibilitado um avanço no entendimento de como se materializam na geopolítica chinesa atual as transformações no Estado chinês e seus processos nas últimas décadas. Avançando no entendimento os processos da geopolítica regional, mas que sobretudo dialogará de forma íntima com desdobramentos em escala mundial, realizando assim um esforço de generalização. A contribuição mais específica que pretendemos com esta investigação é portanto a) avançar na compreensão dos desenvolvimentos do Estado chinês em sua dinâmica em uma dialética interior exterior, entre processos locais e processos para fora b) uma melhor compreensão das disputas geopolíticas mundiais na última década até os dias atuais a partir de uma avaliação regional c) apontar também os possíveis desdobramentos e cenários mais prováveis para o desenrolar do embate entre a ascensão da nova geopolítica chinesa e as forças geopolíticas que se somam ou se contrapõem a tal projeto d) avaliar a dimensão destes embates e as disputas hegemônicas que daí surgem com: formação de novos blocos político-econômicos, disputa de mercados, e sobretudo pela disputa de um novo projeto de relações político-econômicas entre Países. O recorte territorial conforme apontado tem a importante capacidade de em escala regional, desvelar um processo que se desdobraria a nível mundial, sendo esta região epicentro da geopolítica chinesa. Uma importante ênfase a ser ainda observada é o reforço crescente nas Relações da China com **Rússia**, o que levou por exemplo ALVES (2018) a abordar como o grupo “BRICS” tem enfraquecido dando proeminência ao que o autor chama de um “RIC forte”, ou seja, um fortalecimento paulatino de formas de cooperação entre Rússia, Índia e sobretudo China. Embora os desenvolvimentos mais recentes venham apontando para um refluxo nas relações sino-indianas e uma crescente cisão, elemento que não perde a dimensão estratégica e é digno de uma investigação específica, mas que não nos propomos a fazer neste trabalho. Por fim a geopolítica chinesa além de apresentar um contraponto espacialmente referenciado à hegemonia estadunidense e de seus parceiros estratégicos, vem se mostrando como um contraponto político e econômico à própria doutrina da “geopolítica neoliberal”. No que alguns autores contrapõem como Consenso de Washington e “Consenso de Pequim”. Tal aspecto será alvo de debate mais aprofundado em capítulos posteriores.

Serão incorporadas de forma exaustiva algumas teorias de “longo alcance” em especial hegemonia e imperialismo. Conceitualmente trabalharemos doravante a partir da compreensão de Lenin (2012) sobre **imperialismo**, e de Gramsci (2007) sobre **Hegemonia**. Aproveitando

ainda algumas das contribuições de Harvey (2013) também em cima da categoria **imperialismo** e das transformações que este processo histórico sofreu especialmente após a década de 90. Além de assumirmos a proposta de Osório (2014) acerca da interconexão entre a abordagem do **imperialismo** e da **mundialização**. Mobilizando e contrapondo como abordagens as propostas de Almeida (2017) e Losurdo, conduzimos a presente investigação no sentido de primeiramente avançar na compreensão do projeto geopolítico da China, e suas bases políticas e econômicas determinantes. Analisamos por fim até que ponto tal projeto poderia ser enquadrado como um “**imperialismo de novo tipo**”, ou se segundo a hipótese que tomamos de partida o projeto **contra hegemônico** da China é em si um fenômeno estranho ao imperialismo, aparecendo como contrapeso na luta contra o neoliberalismo e neocolonialismo e a própria lógica do imperialismo.

Conforme apontamos anteriormente, nossa hipótese de trabalho caminhará neste segundo sentido, entendendo a China como um modo de produção em **transição socialista**, num estágio que buscaremos compreender à nossa própria maneira fazendo um retorno às formulações de Mao Zedong (1960) sobre a **Nova Democracia**¹³, bem como às formulações atuais sobre o “socialismo com características chinesas” avaliando as possibilidades de encontros e desencontros entre as formulações. Tal estágio de desenvolvimento do modo de produção na China mescla ao mesmo tempo alguns aspectos do capital monopolista (que sob esta formulação ainda deve se desenvolver na China, mas de forma subordinada sempre sob estrito controle do PCCh, ou seja, orientado pelo projeto de nação coordenado pelo proletariado organizado no Estado e no Partido dirigente), com a construção de formas socialistas de relações econômicas, políticas e sociais, sob hegemonia da classe trabalhadora. Mao destaca que:

In the new-democratic republic under the leadership of the proletariat, the state enterprises will be of a socialist character and will constitute the leading force in the whole national economy, but the republic will neither confiscate capitalist private property in general nor forbid the development of such

¹³ Os escritos sobre a nova democracia de Mao foram publicados no início dos anos 1940, embora utilizemos uma edição de suas obras escolhidas publicada em 1960. Assim é importante frisar que os escritos antecedem a tomada do poder central em Beijing. Entretanto é válido ainda ressaltar que a China nos idos dos anos 1940 já possuía as “Regiões liberadas” pela guerra popular prolongada, onde o Governo Local já era conduzido pelo Partido Comunista da China (PCCh), implementando no plano prático as concepções formuladas sob a insígnia da Nova Democracia.

capitalist production as does not ‘dominate the livelihood of the people’, for China's economy is still very backward (MAO, 1960, pg. 16).

Aparece assim o caráter socialista (dominante), e a preponderância do papel do Estado na Economia chinesa já desde a Nova Democracia, no entanto aparece o contrapeso ainda presente da economia capitalista como um dos impulsionadores do desenvolvimento chinês. Mao destaca ainda como na questão da terra, não haveria a princípio uma estatização integral da terra (com caráter radicalmente socialista), mas sim um processo de expropriação e composição de pequena propriedade e cooperativas, que guardariam elementos socialistas (MAO, 1960). O Autor sintetiza assim: “*China's economy must develop along the path of the ‘regulation of capital’ and the ‘equalization of landownership’ and must never be ‘privately owned by the few’; we must never permit the few capitalists and landlords to ‘dominate the livelihood of the people’*” (MAO, 1960, pg. 16). É fundamental frisar aqui que os paralelos que estabelecemos entre preceitos da Nova Democracia, e as formulações sobre o Socialismo com Características Chinesas são de nossa livre interpretação, não havendo necessariamente qualquer correspondência direta entre ambas. Acreditamos que com diferentes graus e intensidades muitos destes preceitos foram reformulados e reinstituídos após as reformas de Deng Xiaoping, que sustentaram elementos fundamentais do controle operário e primazia da economia pública, ao passo que retrocederam e radicalizaram a presença do capital em determinados setores e territórios da economia chinesa. De modo que diversos princípios serão levados adiante mesmo após as muitas transformações da Reforma e Abertura.

As tarefas mais urgentes da China após a revolução seriam a superação do feudalismo, transformação nas relações de produção dominantes, reconstrução nacional da China, desenvolvimento das forças produtivas, estabelecimento da democracia proletária no país lançando bases para o socialismo. Mao ressalta assim: “*What we want to get rid of is the old colonial, semi-colonial and semi-feudal politics and economy and the old culture in their service. And what we want to build up is their direct opposite, i.e., the new politics, the new economy and the new culture of the Chinese nation*” (MAO, 1960. pg. 3, On New Democracy). Deste modo ficava evidente um objetivo primeiro de superação das antigas formas políticas, mas também econômicas, das superestruturas e estruturas.

Mao Zedong ressaltava a partir do debate sobre a “contradição fundamental” que o enfrentamento ao imperialismo, apareceria para a China naquele período histórico como a contradição principal. A própria contradição entre “capital e trabalho” seria aos olhos da China

uma contradição secundária a ser enfrentada futuramente. Em Sobre a Contradição publicação original de 1937, essa perspectiva já era enfatizada:

Em um país semicolonial como a China, a relação entre a contradição principal e as contradições secundárias constituem um quadro bastante complexo. Quando o imperialismo lança uma guerra de agressão contra um tal país, as diversas classes desse país, excetuado o pequeno número de traidores à nação, podem unir-se temporariamente em uma guerra nacional contra o imperialismo. A contradição entre imperialismo e o país considerado passa então a ser a contradição principal e todas as contradições entre as diversas classes no interior do país (inclusa a que era a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam temporariamente para um plano secundário. Para uma posição subordinada. Foi esse o caso na China na Guerra do Ópio de 1840, na Guerra Sino-Japonesa de 1894, na Guerra de Ihotuan de 1900 e na atual Guerra Sino-Japonesa (MAO, 2017, pg. 50-51).

Tal situação irá se transformar após a tomada do poder político em 1949. Mao em seu célebre estudo “Sobre a justa solução das Contradições no seio do Povo” estabelece uma análise muito clara acerca das formulações de povo e “inimigo” e como cada tipo de contradição deveria ser tratada, seja pelo conflito, ou pelas diversas mediações. Em tal momento a edificação de uma economia pública com orientação socialista passa a assumir o papel de destaque. Ao estabelecer que a *“Contradição entre a classe operária e a burguesia nacional pertence à categoria das contradições no seio do povo”* firmava-se naquele momento uma avaliação de um papel contraditório entre ambas as classes, mas que poderiam ser resolvidas no seio do povo, embora a burguesia nacional apresentasse um duplo caráter: *“No período da revolução socialista, a busca pelo lucro através da exploração da classe operaria constitui um aspecto do caráter da burguesia nacional, enquanto que seu apoio à Constituição e sua disposição de aceitar a transformação socialista constituem outro aspecto”*. Para Mao essa é uma contradição antagônica, mas que na situação concreta da China daquele período poderia ser tratada por métodos pacíficos, com a crítica e educação (MAO, 2017). É sabido que no desenvolvimento posterior as animosidades entre a classe operária e a burguesia nacional chinesa aumentaram, tendo partes expressivas passado para *“as fileiras contrarrevolucionárias”*. Os movimentos do Grande Salto Adiante promoveram restrições

ainda maiores à economia privada na China, ainda que não tenha sido completamente abolida em nenhum momento.

Toda a análise feita por Mao sobre as diferentes contradições, em diferentes circunstâncias históricas, nos são bastante pertinentes para avaliar os desenvolvimentos da China tanto no período da chamada Nova Democracia, o Grande Salto a Frente ou na Revolução Cultural (vistas por Mao como dois passos ou etapas da revolução) que a sucedeu, e no período posterior à morte de Mao, após a Reforma e Abertura na qual avaliamos que muitas das questões colocadas sobre a Nova Democracia se fazem presentes, **repetimos**: com graus e intensidades distintas; mas retomando um debate sobre estágios do desenvolvimento do modo de produção socialista. Com seus avanços e recuos. Em uma palavra, observamos um **relativo** retorno a algumas das formulações que orientavam aquele momento político, da Nova Democracia, embora sob novas condições sócio-históricas, que discutiremos mais adiante. Tal enfoque analítico nos coloca um grande desafio de fundo: como estudar um modo de produção, para o qual poucas ferramentas analíticas foram concebidas? Sobretudo no que tange à relação do modo de produção local, com sua política externa. Em resposta a tal problemática adiantamos, que trabalharemos com teorias que originalmente foram concebidas para discutir o modo de produção capitalista, como o caso da teoria do imperialismo, mas complementando com outras abordagens como as disputas hegemônicas, bem como leituras teóricas forjadas para a compreensão de modos de produção em transição socialista, culminando assim num esforço de atualização, e recomposição.

A fim de avançar na compreensão da natureza do projeto geopolítico chinês e seu caráter de classe será feita uma análise de algumas das principais políticas macroeconômicas chinesas de peso, com destaque para a região analisada, investigando os projetos e iniciativas políticas chinesas, em especial a Organização de Cooperação de Shanghai (SCO), alguns acordos da Nova Rota da Seda – *Belt and Road Initiative* (BRI), Banco de Infraestrutura e Investimento da Ásia. Em termos políticos buscaremos compreender as dinâmicas das relações políticas estabelecidas pela China para com as demais nações da região que situamos como os principais países no plano político e econômico, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, analisando as principais diferenças neste padrão de relações entre Nações.

Para além dos eventos na região que destacamos como “epicentro”, voltaremos em alguns momentos nosso olhar para alguns embates territoriais nas regiões circunvizinhas do mar do sul da China, região onde estão em curso disputas territoriais e fortes tensões com,

Filipinas, Malásia e mesmo Taiwan, conforme apontado por (AMIN, 2013, KOTKIN e ELLEMAN, 2012). Tal questão vem sendo documentada em series de artigos produzidos pelo *Council on Foreign Relations*¹⁴. Além do já mencionado esforço analítico para dinâmica ligada à península Coreana, onde estão diretamente envolvidos Japão, Coréia do Norte e Coréia do Sul, além dos próprios Estados Unidos, que estabelecem uma crescente cooperação militar com Coréia do Sul e Japão costurada via Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Por fim ainda se fará necessário adentrar no embriado debate sobre Hong Kong, e as interferências da política externa de outros países nesta região administrativa especial. Utilizando o arcabouço teórico analítico para o fenômeno entendido como Guerras Híbridas. Para tal contaremos com os aportes teóricos dentre outros de Korybko (2018).

A presente pesquisa buscará deste modo responder: Qual o padrão da geopolítica chinesa e suas relações políticas e econômicas concretas com seus principais vizinhos no pós- crise mundial de 2008? Fazendo contrapontos entre política e linha oficial, que será observada a partir dos escritos do presidente chinês (XI, 2014), das comunicações das mídias estatais chinesas como Xinhuanet, CGTN e People's Daily, além dos documentos oficiais e posicionamentos dos congressos do PCCh, e os desdobramentos geopolíticos **reais**, que serão observados a partir dos diversos veículos de informação internacionais, além de teóricos que discutem questões pertinentes ao nosso objeto. Tendo sempre em vista a metodologia de análise materialistas empregada por Lenin (2012) e Gramsci (2007), tendo as categorias **imperialismo e hegemonia** como centrais para a compreensão da geopolítica chinesa e suas diversas implicações.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar as características e processos de formação Estado Chines e sua respectiva geopolítica, a partir sua dinâmica política interna e externa, em seus diferentes estágios, suas múltiplas determinações e seus desdobramentos político-econômicos para os principais países vizinhos, trazendo a Rússia com maior ênfase expositiva: com um enfoque no período pós- crise

¹⁴*Council on Foreign Relations. China's Maritime Disputes.* Disponível em: <https://www.cfr.org/interactives/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide#!/chinas-maritime-disputes?cid=otr-marketing_use-china_sea_InfoGuide>. Acesso em 05/11/2017

econômica mundial de 2008 e o estágio atual da política exterior chinesa até a pandemia do Covid-19.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a natureza da atual etapa político-econômica chinesa, as transformações no Estado a partir do chamado socialismo com características chinesas, resgatando elementos do debate sobre a nova democracia, observando assim seu caráter de classe, à luz dos conceitos de imperialismo e hegemonia, bem como sua dinâmica geopolítica buscando investigar os elementos: exportação de capitais, transferência de tecnologia, formação e caráter (qualitativo) de monopólios, formação e caráter das zonas de influência.
- Analisar os principais acordos econômicos e parcerias econômicas feitas entre China e Rússia e outros dos principais vizinhos com enfoque em: Nova Rota da Seda (BRI).
- Analisar os principais acordos e alinhamentos políticos feitos pela China na Organização de Cooperação de Shangai (SCO).
- Analisar os principais conflitos fronteiriços, sua dimensão política e econômica mais imediata, como na península Coreana e o envolvimento chinês neste conflito. Bem como investidas externas no território chinês e as respostas da República Popular da China à Guerra Híbrida (Hong Kong)

1.3 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo sobre Estado e Geopolítica, que tomo tal diálogo com diferentes interfaces da ciência política, da economia, geografia, história, passando ainda pela filosofia e até mesmo a cultura. Neste esforço o estudo será construído a partir de uma análise balizada no materialismo histórico-dialético. A escolha metodológica e epistêmica indica como iremos trabalhar nosso objeto, de que forma os dados empíricos serão observados e analisados, nestes termos a base material da sociedade será elemento analítico fundamental, mas desta base emergem outras categorias analíticas das quais faremos uso.

Uma vez que nosso objeto de análise é um Estado-nacional com características extremamente particulares, será necessária uma articulação inovadora de categorias analíticas. Partimos da compreensão de que a República Popular da China a partir de sua fundação consolida um novo modo de produção que passa por diferentes fases. A chamada **Nova Democracia** (debate iniciado por Mao em 1940) inaugura um período em que o capital privado segue existindo enquanto parte subordinada do modo de produção na China, sob dominância do modo de produção socialista, o que significa que a base capitalista passará a ser cada vez mais subordinada à uma lógica estranha à sua própria. Utilizando um entendimento feito em outro contexto por Preobrajensky (1979) compreendemos que em situações como esta a Lei do valor (reguladora do modo de produção capitalista) passará a entrar em conflito com o princípio da Planificação (reguladora do modo de produção socialista), que a partir da Nova Democracia colocam o Estado chinês a favor do princípio da planificação, que em última instância em algum momento histórico o conflito entre estes reguladores deve resultar na vitória de algum dos dois. Tal dinâmica invariavelmente influencia não apenas na política e na economia internas à China, mas a toda sua dimensão geopolítica em suas relações com outros Países.

De tal modo é fundamental apontar que do ponto de vista metodológico e analítico sustentamos uma hipótese de que a China estaria orientada ainda hoje por alguns dos princípios da Nova Democracia, e que seus princípios gerais seguem alinhados com o que hoje é concebido como “socialismo com características chinesas”. Um modo de produção em transição onde coexistem elementos da forma capitalista e da socialista, mas no qual a segunda subordina a primeira, num esforço de posterior superação, tal subordinação aparecerá tanto do ponto de vista político quanto econômico.

A dinâmica das classes sociais e a própria **luta de classes**, seus conflitos internos e externos permearão toda a pesquisa, tal dinâmica é em si uma categoria de análise fundamental,

mas desta se desdobram outras, como a **hegemonia** e a disputa pela hegemonia, que nos ajudará a conceber a dinâmica de luta de classes da China, e como essa se expressa em suas **relações internacionais**, ou como preferimos entender, em suas disputas contra-hegemônicas, uma vez que entendemos que a China a partir de uma dinâmica de luta de classes em âmbito supranacional. Uma discussão acerca do modo de produção se fará presente em nosso estudo, mas não a fim de destrinchar o modo de produção vigente na China, mas sim de entender como este modo de produção da forma que está estabelecido, se relacionará com outros países e suas economias. Assim articula-se nesta investigação uma análise do imperialismo, categoria de análise que busca compreender um estágio particular do capitalismo, mas também uma política particular referente ao estágio monopolista do capital.

Algumas categorias de análise têm ao longo desta pesquisa uma especial atenção, a saber, **imperialismo**, **hegemonia** e também irá emergir um debate sobre **internacionalismo**, avançando na discussão sobre a perspectiva geopolítica do “terceiro-mundismo” movimento em grande medida alavancado pela China desde o período sob direção de Mao Zedong. Utilizando assim da fundamentação teórica formulada por Lenin e Gramsci, sobre tais categorias, mas também da própria compreensão dos teóricos e dirigentes chineses como o Deng Xiaoping, Xi Jinping e o próprio Mao Zedong.

As categorias trabalhadas enquanto categorias do materialismo histórico, estarão elas próprias sujeitas a um remodelamento a partir dos novos elementos constitutivos da realidade histórica atual em observância. O desenvolvimento da pesquisa terá deste modo, como base, uma análise da dinâmica das **relações de produção** na China, das **forças produtivas** e do caráter de classe da política e economia chinesa, tanto em sua dimensão interna quanto externa, a análise desta dinâmica resulta numa síntese na qual se traduz a geopolítica chinesa. Um fenômeno também relevante a ser observado é a relação da China com o processo do **neocolonialismo**, que é também uma categoria de análise da política, que ajuda a elucidar a compreensão do objeto de estudo.

A partir do método materialista-histórico-dialético, é feito um esforço analítico que se divide em níveis de análise, uma decomposição e recomposição que gera novas abstrações e novas aproximações da realidade objetiva analisada. Este esforço de capturar ou se aproximar ao máximo das múltiplas determinações, é também um esforço de abstrair quais os principais elementos constitutivos de nosso objeto, ou quais os principais fenômenos que integram tal objeto. Tal esforço de abstração de encontrar fenômenos, e elementos que se destaquem, estará

presente ao longo de todo o Estudo, especialmente considerando nossa escala de análise, que visa em certa medida abarcar algumas particularidades, mas acima de tudo visa trabalhar elementos constitutivos estruturantes, da dinâmica da geopolítica chinesa, assim ao observar fenômenos da economia ou da política, nossas categorias buscam articular sempre os elementos de maior destaque, de maior peso constitutivo, estruturante, este esforço é em certa medida arbitrário, mas será sempre articulado com nosso referencial teórico.

Dada a complexidade das estruturas e superestruturas da China, isto é, de seu modo de produção e sistema político, o estudo de nosso objeto necessitará de uma capacidade analítica que busque desvelar como tal modo de produção funciona do ponto de vista da sua ação geopolítica, como a esfera nacional se integra a esfera internacional. Um esforço particularmente difícil, será a utilização de categorias que originalmente não foram pensadas para análise de um modo de produção com tais características, se a categoria imperialismo por um lado busca entender o estágio monopolista do capitalismo, este modo de ser específico do capitalismo não tem sua existência realizada de forma plena na China, nem poderia ter enquanto as formas vigentes de relações de produção, as formas vigentes em toda base estrutural e superestrutural estejam vigorando. Assim o esforço aqui será também entender como a dimensão do capital monopolista se relaciona com a planificação conduzida pelo Estado chinês, em outras palavras como essas duas dimensões presentes na economia chinesa, irão interferir em sua política externa, qual se mostra como dominante e como pode-se interpretar tal fenômeno? Quais categorias analíticas darão conta de tal explicação? Apostamos que uma interconexão entre imperialismo, hegemonia e internacionalismo, trarão nossas melhores possibilidades de resposta. Contrapondo em grande medida os fenômenos do Imperialismo e Hegemonia, aos seus opostos: **Anti-imperialismo e contra-hegemonia**. Numa busca por entender a dialética da política e economia chinesa

A fim de adentrar as diferentes dimensões do fenômeno estudado, será necessário dividir o estudo em alguns eixos, articulados pelas categorias de análise que depois serão correlacionadas reconstruindo uma totalidade de relações como proposto pelo método escolhido. O estudo será, portanto, dividido em: Aspectos econômicos do modo de produção chinês e seu impacto na geopolítica do país, aspectos da político-econômica externa chinesa para a região “epicentro” que situamos, com enfoque nas principais organizações e associações econômicas, tratados e blocos nos quais a China se insere junto aos países da região), avaliação das contradições entre linha oficial e políticas aplicadas pela China no período pós crise mundial

de 2008. Nos aspectos políticos serão investigados, as principais diretrizes para a política externa, sua orientação geopolítica e as **alianças táticas** formadas pela China para esta região do epicentro.

A análise da política externa chinesa deve ter como um de seus eixos a ação dos monopólios chineses, a natureza político-econômica da intervenção destes monopólios em outros países, as políticas de transferência de tecnologia, tanto da entrada quanto de saída de tecnologias chinesas para fora. Os acordos de cooperação e o papel desempenhado por cada parte nestes acordos. A ação dos bancos chineses, tipos de empréstimos e suas finalidades, o padrão de relações comerciais estabelecidas em cada contexto. A ação política da China em sua região vizinha, interferência nos assuntos internos de seus vizinhos e a relação com a soberania nacional.

Em suma, o presente estudo se reveste tanto com informações qualitativas quanto quantitativas, que serão interpretadas à luz das categorias propostas. As fontes que serão trabalhadas contarão com bibliografia específica orientada tanto para questões específicas da China, quanto para questões políticas e econômicas referentes à região de nosso enfoque. O fato de a presente pesquisa ter como objeto um processo não apenas atual, mas que segue em curso, significa faz com que seja adotada uma profunda busca em fontes jornalísticas realizando um acompanhamento do dia a dia da geopolítica chinesa, usando fontes internacionais como *BBC*, *RT*, *The Guardian*, *Die Zeit*, *New York Times* e *El País*, bem como mídias chinesas como *People's Daily*, *Xinhuanet*, *CGTN*, *South China Morning Post* (mídia de Hong Kong) e outras fontes oficiais. A cobertura dessas mídias traz necessariamente uma necessidade de enfoque em eventos geopolíticos de grande relevância que são analisados articulando o conjunto de categorias propostas, bem como nossa base teórica em geral. Quanto aos dados quantitativos estes são trabalhados de forma mais instrumental, sempre contando com dados secundários, advindos bancos de dados e relatórios de organismos financeiros internacionais como FMI, OMC e Banco Mundial, bem como mídias internacionais especializadas como *Financial Times* e *The Economist*, além destes tem importância acentuada os relatórios oficiais produzidos pelo Estado chinês e seus organismos. Os dados quantitativos serão observados na perspectiva de confirmação de tendências, avaliando alguns dos principais padrões das relações econômicas da China

1.3.1 **Concepção de Ciências Sociais a partir do referencial materialista-histórico**

O materialismo-histórico enquanto conjunto epistemológico de ferramentas teóricas para a análise social desenvolveu um forte arcabouço que remonta desde sua tradição clássica, até as produções científicas mais atuais. As Ciências Sociais e também dentro dela a Ciência política aparecem nesse conjunto enquanto importante ramo de produção científica conduzida pela tradição marxista, associando categorias econômicas, espaciais, sociais, culturais, políticas, dentre outras, na busca de uma totalidade articulada ou de um todo social. Orientando assim para desvelar as relações dominantes no interior das Formações Econômico-sociais, ou seja, intranacionais, mas também relações entre países tendo a luta de classes enquanto centralidade e motor das transformações sociais.

Entendemos a ciência política como parte das ciências sociais formando um conjunto de ferramentas teórico-práticas para compreensão da realidade social, a partir da dinâmica entre o modo de produção e suas superestruturas (Formas Jurídico-legais, mas também ideológicas). Assim assumimos que a pesquisa em ciência política deve ter como um referencial sempre as relações concretas – materiais - entre os indivíduos e grupos sociais, formando um conjunto, e a relação deste conjunto com a base material que condiciona a produção da vida. Partimos, assim, da compreensão da realidade social como algo real, concreto e que possui uma objetividade que pode e deve ser captada a partir de uma análise materialista e histórica. Sobre a concepção materialista da história:

Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) [...] (MARX e ENGELS, 2007, pg. 42.).

Nos munindo desta compreensão da realidade social, como uma totalidade, integrada a partir da base real e material que estrutura as diversas relações, buscaremos compreender nosso objeto de estudo. As chamadas formas políticas, econômicas, e formas da consciência – ideológicas -, serão analisadas em momentos distintos de uma decomposição, recomposição da totalidade analítica. Para compreensão da dinâmica de conformação da sociedade utilizaremos ainda algumas categorizações importantes como a distinção entre sociedade política e sociedade

civil (Gramsci, 2007) mas também o debate sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 2014) e o papel da Ideologia para os arranjos sociais no âmbito nacional e internacional.

CAPÍTULO II:

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA COMPREENSÃO DA CHINA CONTEMPORÂNEA.

A discussão acerca do Estado e da geopolítica da República Popular da China requer um profundo e robusto empreendimento teórico o qual nos propomos a arranhar um pouco mais a fundo do que a superfície. Tal desafio assume duas dimensões no sentido de compreensão das produções próprias dos grupos dirigentes que ocuparam (e ocupam) as fileiras de liderança do Partido Comunista da China (partido dirigente do país), mas também todo conjunto de produções teóricas, analíticas e jornalísticas, que se propõem a tal análise seja diretamente da China, ou formulações mais gerais, mas que nos deram munções analíticas com maior ou menor distanciamento. Buscaremos nas próximas páginas sacudir algumas das principais formulações feitas neste sentido, avaliando minuciosamente as contradições que irão emergir.

O presente capítulo propõe uma leitura, imersão e debate teórico conceitual mais profundo no arcabouço epistemológico voltado para a compreensão da China, na sua forma estatal, dinâmica social, as especificidades de seu *modo de produção* vigente. A presente investigação dará notadamente um destaque à tradição teórica do materialismo-histórico-dialético, em outras palavras a tradição marxista. Uma vez que em nossa compreensão este grupamento epistêmico é o que melhor possibilita à apreensão da dinâmica concernente a nosso objeto. Serão também utilizadas criticamente algumas leituras de autores de outros matizes, seja de teorias como o Sistema-mundo (Arrighi), seja autores de tradição liberal (Economy) ou orientados diretamente em articulação com organismos político-administrativos do ocidente capitalista, assim utilizaremos desde relatórios de organismos como Banco Mundial, FMI, OMC até produções teóricas ligadas à organismos como Conselho de Relações Exteriores (órgão de forte associação ao Departamento de Estado dos EUA). Entretanto a leitura e análise destas produções será sempre articulada a partir do arcabouço epistêmico do materialismo-histórico, com ênfase na luta de classes, dinâmica das contradições entre relações de produção e forças produtivas, disputas hegemônicas, relações imperialistas, dentre outro conjunto de categorias engendradas no seio desta tradição teórica.

A dinâmica atual da República Popular da China (RPC) é alvo de muitos debates, mas ao mesmo tempo carece de referencial teórico específico que dê conta da compreensão do

conjunto das contradições envolvidas na conflituosa formação econômico social da China contemporânea. Se a compreensão da China revolucionária pós 1949 já possuía grandes dificuldades, seja no acesso à informação, seja no desvelamento das múltiplas determinações envolvidas nas relações sociais da China, as mudanças pulsantes nas Relações de Produção e Forças Produtivas, os conflitos internos e externos, entre classes sociais antagônicas e contra as investidas do imperialismo japonês e ocidental. A orientação Estatal sob direção maoísta, possuía ao menos uma maior capacidade de criar consensos teóricos acerca da compreensão dos rumos da política e economia da RPC, produzindo inclusive toda uma linha política. Teórico-prática de ampla adesão em partidos espalhados pelo mundo. Com o fim do período político sob direção e liderança de Mao, após sua morte em 1976, abre-se um novo ciclo político na China, que culminará nas Reformas e Abertura, propostas por Deng Xiaoping em 1978. Tais reformas marcaram uma cisão associada a um “abismo teórico” e um grande *vácuo* na compreensão dos novos rumos da política chinesa, que culminaram sobretudo em avaliações de que o “revisionismo” teria tomado conta da China e de que o capitalismo estaria em vias de restauração, ou sumariamente restaurado na China, e em questão de pouco tempo o Partido Comunista da China (PCCh) se desagregaria. Não obstante, floresceram algumas leituras bem divergentes, que apontariam que essas reformas seriam o caminho de *adaptação* da via socialista na China tanto avançando sobre algumas de suas dificuldades, mas também respondendo às novas condições geopolíticas mundiais (sendo esta notadamente a linha oficial do PCCh).

Dentro da tradição marxista o fosso de compreensão do novo fenômeno instaurado na China não foi menor, muito pelo contrário, o a própria tradição materialista-histórica passava, ela própria, por um período de refluxo-desagregação, reformulação, grandes grupos antes defensores desta corrente político-teórica-científica debandaram e passaram a compor outras linhas teóricas. Entretanto, dentro da fração de pensadores que continuaram no bojo da tradição marxista, poucos foram os que se debruçaram a análises mais aprofundadas sobre a China pós reformas de abertura. Em realidade instaura-se uma compreensão quase generalizada de que o chamado *socialismo de mercado* ou conforme a denominação dos próprios chineses: *socialismo com características chinesas*, nada teria a ver com a tradição marxista, muito menos com socialismo, assim este deveria estar fora do conjunto de preocupações teóricas desta tradição, que doravante lavara suas mãos, ou no máximo a China passaria a ser observada –timidamente– como um país em pleno processo de restauração ao Capitalismo, cujo processo de “restauração”

propriamente dito, pouco foi alvo de debates. É precisamente a partir deste vácuo que surgem nossas inquietações teóricas, e buscas de respostas para o complexo fenômeno intitulado “socialismo com características chinesas” bem como sua expressão política para com seus países vizinhos. Para responder tais inquietações buscaremos empreender nas próximas páginas um debate teórico acerca das categorias que julgamos fundamentais para a compreensão dos aspectos fundamentais do modo de produção vigente na China, visando finalmente uma compreensão teórica sólida acerca primeiro das relações políticas e econômicas interiores à China mas também estabelecidas por este país para com alguns de seus países vizinhos de maior relevância, no que qualificamos neste trabalho como “epicentro geopolítico” na região.

2.1.1 **Duas categorias fundamentais: Imperialismo e Hegemonia.**

O objeto de estudo da presente pesquisa tem uma dimensão ampla, compreende não apenas o Estado-nação chinês, mas as relações geopolíticas estabelecidas com outros Estados-nacionais circunvizinhos em especial a Rússia, promovendo um aparato teórico para destrinchar os padrões estabelecidos nestas relações e entender as dinâmicas atuais e futuras. Vez que a compreensão da realidade adotada na presente pesquisa se situa no arcabouço do materialismo histórico. Nesta ótica se faz fundamental pensar nas forças produtivas e relações de produção que estruturam a sociedade, e a dinâmica específica do modo de produção vigente na sociedade chinesa, e as interrelações deste estado-nacional com outras nações. A fim de balizar nossa investigação e compreensão do objeto de pesquisa, situamos duas categorias de análises fundamentais que serão articuladas ao longo da pesquisa, a saber, imperialismo e hegemonia. A articulação dessas duas Categorias somadas ao debate sobre Aparelhos Ideológicos do Estado, nos dará um arcabouço para fazermos um conjunto de observações sobre o Estado em geral, e o Estado chinês em particular.

A primeira categoria analítica abordada é a do *imperialismo*. Trabalharemos na perspectiva que apreende o imperialismo tanto como um modo de ser ou estágio específico do capitalismo monopolista, mas também na perspectiva de um conjunto de práticas de ordem política, econômica, militar, culturais, dentre outras que estão circunscritas a este modo de ser do capitalismo, *ou* que eventualmente poderiam ser manifestadas em outros modos de produção diferentes do capitalismo monopolista (ainda que de forma restrita). Assim aqui aparecerão em nossa discussão tanto as formulações acerca do imperialismo enquanto “etapa superior do capitalismo” (LENIN, 2012), mas também enquanto expressão que determinados Estados podem assumir, através da chamada política imperialista.

Fundamentalmente utilizaremos o arcabouço teórico produzido por Lenin para análise deste fenômeno numa leitura e releitura crítica, buscando atualizações a partir do movimento histórico e as transformações ocorridas no último século desde as formulações teórico-conceituais do referido autor. Ademais para além de nossa leitura e *diálogo* teórico com Lenin, introduziremos, ainda, outros autores que buscaram atualizar ou destacar certos desdobramentos ou elementos do imperialismo. Para Lenin (2012) o capitalismo figurava enquanto modo de produção mais avançado que a humanidade havia desenvolvido até então, sendo este cheio de contradições inerentes ao seu funcionamento que o colocavam precisamente sempre em constante movimento, o que geraria fases distintas de desenvolvimento tanto no padrão de produção quanto de acumulação do capital. O Imperialismo é, portanto, o estágio superior do capitalismo, no qual o movimento natural da acumulação capitalista leva a uma monopolização e fusão dos capitais bancários e industriais, formando o chamado *capital financeiro*. Sendo o capital financeiro a forma mais avançada que o capital pode assumir.

Uma aproximação geral do imperialismo compreende: “1) a concentração da produção da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a *exportação de capitais*¹⁵, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou.” (LENIN, 2012, pg. 124). Este autor reforça ainda que aspecto econômico e político, são ambos de extrema importância, assim acentua: “[...] no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação.” (LENIN, 2010, pg. 127). Além disso o autor vai ressaltar a tendência para anexação de regiões inteiras por vias não pacíficas.

¹⁵Destaque nosso.

A categoria imperialismo faz uma junção dos aspectos políticos e econômicos deste estágio particular do capitalismo. Sendo compreendida por Lenin (2012) como um movimento que engloba todas as economias capitalistas avançadas, sendo assim um estágio incontornável que as potências capitalistas mais avançadas devem alcançar, o que significa que o desenvolvimento do capitalismo invariavelmente gerará monopólios cada vez maiores, inculcando assim ao próprio estado capitalista uma forma monopolista (imperialista), reforçando a impossibilidade de paz duradoura entre potências capitalistas. O movimento de monopolização, a própria tendência de superacumulação de capitais e a supercapacidade, confluem para a chamada tendência geral de queda da taxa de lucros, num processo iniciado no final século XIX e que segue em andamento. Estes em conjunto serão, portanto, elementos motivadores de disputas hegemônicas entre potências (ARRIGHI, 2008). A tendência de queda da taxa de lucro, elucidada por Marx (2017), aponta um movimento que força a apropriação de novos mercados, novas zonas de influência e mesmo novos territórios. Essa tendência geral de queda da taxa de lucros é retomada na crise estrutural do capital aberta nos anos 70 e aprofundada a partir da crise de 2008 (HARVEY, 2013 e CALLINICOS, 2005).

O estágio imperialista do capitalismo pode ser periodizado. Seguindo Almeida (2017) teríamos quatro fases: do início do século XX até a segunda guerra mundial; do final da segunda grande guerra até o rompimento do Acordo de Breton Woods em 1971; o novo período que compreende a ofensiva de políticas neoliberais e a financeirização, e que passa pelo fim a União Soviética, pela globalização com os EUA enquanto potência hegemônica e por fim momento atual, com emergência da China como potência.

Para nossos fins analíticos daremos maior atenção aos dois últimos períodos, a saber: o ciclo neoliberal pós 1971 e o ciclo atual. Estas duas periodizações pegam um aspecto fundamental do movimento histórico: o colapso do bloco socialista, até então dirigido pela URSS e as reformas de abertura pelas quais a República Popular da China passa após a morte

de Mao Zedong¹⁶ em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping¹⁷, tendo início em 1979 sob direção política e ideológica do próprio Deng¹⁸. A este respeito Harvey aponta como:

[...] o final da Guerra Fria removeu subitamente uma ameaça de Longa data ao terreno da acumulação do capital global. A burguesia coletiva tinha de fato herdado a terra. Fukuyama profetizou que o fim da história estava próximo. Teve-se por um breve momento a impressão de que Lenin estava errado e de que Kautsky poderia estar certo – um ultra-imperialismo baseado numa colaboração “pacífica” entre todas as grandes potências capitalistas (agora simbolizado pelo chamado G-7, ampliado para G-8 a fim de incorporar a Rússia, embora sob a hegemonia da liderança dos Estados Unidos) era possível -, bem como de que o caráter cosmopolita do capital financeiro (simbolizado pelas reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos) seria sua ideologia de base (HARVEY, 2013 pg.63).

Não obstante, o desenvolvimento do capitalismo, e por conseguinte do seu estágio imperialista, continua invariavelmente a produzir novas crises, novos conflitos e disputas entre as potências. De modo que Harvey (2013) aponta como séria errôneo pensar que o poder da financeirização, por impressionante que fosse, poderia se livrar da sua natureza instável, além de vulnerável com relação à produção de valor na atividade industrial e agrícola. Assim em meio a essa destruição e desvalorização emergem novos importantes complexos de produção industrial no sudeste asiático, como nos complexos regionais do delta do rio Pearl (Guangdong), na China, além de “economias orquestradas” como Cingapura e Taiwan.

Para Harvey (2013) estas economias se mostraram propensas a se adaptar às pressões financeiras, e foram então capazes de criar uma força de oposição que demonstrou a vulnerabilidade do capital financeiro – este então concentrado especialmente, nos EUA, Europa e Japão - frente à *produção de valores reais*¹⁹. Esta nova produção de valores reais, devido a sua base nacional, ou regional, possibilitou que sutilmente se conformasse um contra-ataque à

¹⁶ O Líder chinês Mao Zedong, foi por tempos referido nas bibliografias ocidentais como “Mao Tsé-tung” assim como Deng Xiaoping é grafado com Teng Siaoping. Porém uma vez que esta forma de transliteração foi abandonada e substituída pelo método Pinyin, garantindo mais precisão fonética, e uma “desocidentalização” das traduções. Para aderir a tais normativas de transliteração.

ação orientadas a partir da China, daremos preferência à forma “Mao Zedong”, Deng Xiaoping e assim por diante.

¹⁷ Deng Xiaoping foi um importante dirigente chinês, que assume a posição de “dirigente máximo” do país após a morte de Mao Zedong, tendo sido responsável por idealizar as reformas de abertura econômicas da China, embora não tenha assumido formalmente a função de Presidente.

¹⁸ Na tradição chinesa o sobrenome como no caso de Deng, vêm antes do nome pessoal (Xiaoping), assim para fins de padronização as menções e a nomes chineses trazem sempre o “primeiro nome”, considerando-os como sobrenomes, o mesmo valerá para nossas citações, onde o primeiro nome é considerado efetivamente como o sobrenome.

¹⁹O debate sobre a produção real de valores e a produção ou reprodução de capital fictício se faz extremamente atual, e aparece em autores como Jaime Osório (2014).

Hegemonia norte-americana. Neste mesmo sentido se posiciona Callinicos (2005) que aponta como neste novo ciclo a China a partir de seu crescimento econômico e militar se torna o centro das atenções do imperialismo estadunidense, sendo apontado como novo fio condutor para tensões geopolíticas, suplantando o Japão como objeto da agitação protecionista nos EUA, sendo ainda identificada pela CIA e Pentágono como a potência com a qual os EUA têm maiores chances de entrar em guerra. Esta tese da criação de um novo epicentro de tensão, entre os EUA e a China, é igualmente defendida por Losurdo (2016) que ressalta como as novas diretivas do Departamento de Estado estadunidense, bem como os projetos do chamado “*Novo século americano*” apontariam dentre outras coisas para um “pivô” asiático. Um pivô de guerra essencialmente apontado para a China, delineando de forma explícita a ascensão da contradição entre os dois países, e os blocos políticos a eles associados.

É neste novo ciclo da geopolítica mundial, circunscrito entre o final dos anos 90, mas eminentemente a partir da crise de 2008, que se inicia a emergência da *contra hegemonia*²⁰ da China. Um ciclo político-econômico mundial marcado pela superexploração do trabalho e alcance do capital à maior parte dos territórios mundiais. A financeirização apoiada nos capitais fictícios cria uma superacumulação do capital que precisa se expandir e fluir livremente se materializando parcialmente no território. Esta dinâmica dos capitais financeiros, que operam em sua maioria em bolsas de valores, estabelece um fenômeno concebido como “capitais fictícios”, discussão à qual não adentraremos aqui. Mas um outro lado dessa dinâmica é a materialização igualmente presente, destes capitais em investimentos em ativos industriais, ou desenvolvimento de tecnologias, nesta segunda dinâmica a China – e suas Zonas Econômicas Especiais (ZEE)- se configura a partir dos anos 90 como principal porto receptor destes capitais (materializados na produção) devido a alguns fatores centrais, que em *realidade* se estabelecem muito antes da *reforma e abertura* que possibilitou a entrada destes capitais propriamente ditos.

A base da industrialização chinesa tem sua fundamentação no período que seguiu a criação da República Popular da China, em 1949, sob direção de Mao Zedong²¹ até sua morte, tendo aquele período desenvolvido um largo parque industrial (sobretudo de indústria pesada) espalhado em todo território chinês (NOGUEIRA, 2019), tanto no aspecto material, com a criação das grandes empresas estatais de produção pesada (maquinaria, petroquímica,

²⁰A discussão teórica sobre hegemonia e a possibilidade da contra-hegemonia será tratada adiante.

²¹Mao Zedong, foi o líder revolucionário, dirigente do PCCh, que conduziu a revolução de 1949, manteve-se à direção do país até sua morte em 1976

siderúrgica), a criação das infraestruturas de transporte e energia e a educação em massa da população, criando uma mão de obra qualificada e com oferta quase ilimitada. Para Arrighi (2008) foi precisamente a associação deste primeiro período com a posterior abertura orquestrada das ZEE, onde os capitais privados poderiam voltar a se desenvolver, que possibilitaram o grandioso salto qualitativo e quantitativo no desenvolvimento das Forças Produtivas na China. Iniciando assim uma industrialização cada vez mais massiva no gigante asiático, que utiliza o peso de sua organização estatal para administrar a abertura econômica e orientar os rumos do desenvolvimento do capital nacional, em associação íntima com a economia pública, que possui uma miríade de dimensões, desde à propriedade estatal, formas de propriedade coletivizada na indústria e no campo, formas de propriedade municipal (Empresas de Aldeias e Municípios) até formas mistas de parceria público privada, que formam hoje o que a China passa a chamar de *Socialismo com Características Chinesas*. Para Isabela Nogueira (2019) por sua vez o período maoísta teria sido ainda responsável por vertiginoso crescimento econômico e redução da desigualdade global na China, a industrialização com um forte caráter descentralizado aparece para a autora como marca daquele período. Contudo a autora matiza o aprofundamento da desigualdade cidade-campo que se processou de maneira contraditória neste período, em especial devido à dificuldade de elevação dos índices de produtividade agrícola. A autora irá ressaltar ainda como este foi o primeiro elemento da Reforma e Abertura a contrastar drasticamente com o período maoísta, com as reformas no Campo, que passam a trazer para o âmbito local a esfera decisória, bem como o estabelecimento da “especialização produtiva” no campo.

Para compreensão deste novo ciclo chamamos a concepção de Osório (2014) que considera que o mundo especialmente pós década de 70 caminha para o que ele entende por *mundialização*, este processo para o autor não está em contradição com o imperialismo, mas pelo contrário, são complementares, a mundialização seria um processo específico onde o capital financeiro, orientado pela superacumulação e pela constante queda na taxa de lucro, avança para quase todas as regiões do mundo, aumentando os mecanismos de superexploração e emissão de remessas para os países centrais, através de capitais cada vez mais “fluídos”. A mundialização é um processo em estreita relação com o neoliberalismo, onde os direitos sociais e trabalhistas são sistematicamente removidos, o Estado se faz desobrigado de muitas de suas funções no âmbito da seguridade social (como garantia de saúde, educação e previdência pública), além de ter grande parte de seus setores econômicos estratégicos liberalizados.

Adotando a concepção de Estado de Gramsci (2007) podemos concluir que neste ciclo o que Gramsci ressalta enquanto característica do “Estado Moderno” ou seja, uma incorporação progressiva de funções antes dispostas na sociedade civil, passa a ter a maior parte destas mesmas funções reduzidas, retornando assim, à suas funções prioritariamente coercitivas e organizacionais mais elementares, em outras palavras o “Estado-ampliado”²² estaria “retornando” para algo mais próximo do “Estado-restrito”. O Estado neoliberal no ciclo atual do imperialismo seria, portanto, um estágio regressivo do Estado. Abonando-se de funções sociais e limitando-se das funções coercitivas. Não entendemos, no entanto, como um fenômeno linear, e que o Estado estivesse retornando à sua forma pretérita, mas sim que algumas das funções que foram abraçadas pelo Estado no pós revolução francesa, foram sistematicamente transferidas à esfera privada pela forma estatal neoliberal. Não obstante, é evidente que certas funções assumidas pelo Estado não encontrariam condições a retornar a formas pretéritas, como no caso dos aparelhos coercitivos modernos, o exército permanente, e diversas das instituições de controle, ou do que Althusser (2014) chamou de “Aparelhos Ideológicos do Estado” que não teriam condições de voltar à esfera privada.

2.1.2 **Imperialismo, um fenômeno econômico e político:**

Retornemos, por fim, a uma discussão teórico-conceitual fundamental circunscrita ao debate sobre a categoria *imperialismo*, um debate de que traz em si fortes implicações políticas na compreensão do fenômeno do imperialismo: isto é, o seu caráter eminentemente econômico ou economicista. Não raras são às críticas a utilização desta categoria que consideram todo o debate acerca do imperialismo, um debate economicista, para estas leituras imperialismo seria em resumo uma análise das feições econômicas do capitalismo monopolístico, e suas formas de reprodução, como exportação de capitais, financeirização e mecanismos de consolidação e ampliação de monopólios (trustes, dumping, etc.). Em vias de regra essas interpretações se baseiam nas mesmas premissas que avaliam toda a tradição materialista-histórica-dialética ou simplesmente *marxista*, como uma teoria social que busca a compreensão da realidade social a partir de uma leitura estrutural, de fundo economicista, onde a economia seria o único determinante para a composição da realidade social, a despeito das múltiplas determinações dessa mesma realidade.

²² Embora tal noção encontre sua base e correspondência em Gramsci, tal terminologia jamais fora empregada de fato pelo autor.

Evidentemente este tipo de interpretação quando confrontada com a tradição do materialismo-histórico, encontra poucos subsídios. Leituras aprofundadas de obras balizadoras do pensamento marxista, podem elucidar a compreensão dialética das múltiplas determinações da realidade social (dentre elas a base estrutural da economia), em suas expressões contraditórias. Ademais o pensamento materialista-histórico postula que estas mesmas contradições se tornam motores de mudanças na realidade social, como apontado por Mao²³ (1960; 2017)²⁴. Sob esta ótica as contradições sociais gerariam um fluxo de embates, que em determinado momento gerariam uma superação daqueles embates até então colocados e uma nova situação seria estabelecida, a partir da qual novas contradições tenderiam a emergir, promovendo novas mudanças.

Uma vez colocado o problema da compreensão *economicista* da questão do imperialismo, observaremos mais de perto esta questão, porém voltando-nos para as compreensões economicistas desta categoria no seio da própria tradição marxista. Tal questão apresenta-se aqui de forma candente, visto que a interpretação da China de hoje perpassa em nossa compreensão de forma inexorável pela discussão acerca do imperialismo. Pode-se distinguir três formas predominantes de compreensão do imperialismo enquanto fenômeno: uma seria a forma economicista, que já iniciamos a elucidação, a outra seria a leitura politicista, e por fim uma leitura eminentemente dialética entre a dimensão econômica e política, tentaremos avançar na compreensão destas diferenciações.

Foi apontado previamente, que em nossa compreensão o imperialismo pode ao mesmo tempo ser compreendido enquanto fenômeno, ou seja, forma de ação - política e econômica - de determinado Estado, e que, portanto, pode ter diferentes manifestações, ou diferentes níveis, e também enquanto estágio específico do desenvolvimento do Capitalismo. Esta distinção pode parecer de baixa relevância à primeira vista, mas para o estudo de nosso objeto terá um papel fundamental, afinal para compreender até que ponto a China poderia ou não ser interpretada a partir da categoria imperialismo, precisamos compreender todas suas formas de manifestação. Poderia a China ao mesmo tempo ser um Estado não capitalista e ter uma ação imperialista? Ou poderia a China ao mesmo tempo ter uma mescla entre políticas imperialistas e políticas de outro tipo? Até mesmo do tipo que a tradição marxista concebia como internacionalista e anti-imperialista?

²³Localizado na obra “Sobre a Contradição”.

²⁴Localizada no ensaio “Contradições sob o socialismo”.

Para qualquer uma destas últimas acepções de imperialismo, este apareceria enquanto forma de ação política para além de um estágio de desenvolvimento do capitalismo, haveria, de tal modo um desprendimento, do que é um estágio de desenvolvimento do capitalismo, e da forma de manifestação política que este estágio pode gerar em cada estado-nacional. A fim de melhor elucidar nosso problema, estabelecemos que hoje podem ser situados no mundo uma espécie de cadeia de Estados imperialistas, algo já apontado por Lenin (2012), uma potência Hegemônica aparece como o principal destes estados imperialistas, a saber, os Estados Unidos da América, em sequência aparecem países como Alemanha, França, Inglaterra e Japão, que possuem suas próprias políticas imperialistas e sua forma de Estado imperialista, ou seja, estes países são exemplos do imperialismo enquanto estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, mas também possuem suas mostras e formas de política imperialista. Afirmar que existe uma diferença entre ser imperialista e ter ações políticas imperialistas significa afirmar que determinadas nações podem ao mesmo tempo em certa medida não mais se expressar completamente enquanto Estados imperialistas, e ainda assim manter políticas imperialistas para com outros estados mais frágeis política e economicamente, ou mesmo manter padrões de relações imperialistas com certos estados mais fracos e não as manter com outros mais fortes. A Alemanha após o processo do pós segunda guerra nos traz um exemplo emblemático.

A política da Alemanha atual expressa uma boa síntese desta compreensão, ao mesmo tempo em que a Alemanha possui uma política claramente imperialista para com seus países vizinhos mais fracos como Grécia, Espanha, Portugal, ainda que estes sejam integrantes da União Europeia, ou seja, o mesmo bloco econômico que a Alemanha. As ações da Alemanha para estes países visam não apenas o controle econômico, mas também o fortalecimento de um controle político. Por outro lado, a mesma Alemanha apresenta um forte grau de subserviência ao poder estadunidense, seja no sentido político, seja no econômico, seja em termos militares. Assim a política da Alemanha ao se relacionar com os EUA deixam de assumir uma forma imperialista e assumem outra forma. Evidentemente tal quadro de relações é contraditório, e o próprio crescimento de monopólios alemães, foram determinado padrão de ação de seu estado, como na defesa dos grandes monopólios farmacêuticos, petroquímicos e automotivos. Esta compreensão poderia ser aplicada para entender que alguns estados capitalistas dependentes, que não podem de forma alguma ser considerados como expressão de Estados imperialistas, podem assumir em alguns momentos políticas imperialistas para com Estados mais frágeis, como no caso de políticas do Brasil para promover a exportação de capitais para vizinhos latino-

americanos ou africanos. Mas aqui voltamos a nos debruçar sobre uma outra questão importante, exportar capitais é sinônimo de imperialismo?

Ao voltarmos às formulações de Lenin (2012) veremos que a o imperialismo é compreendido enquanto processo multifacetado, sem uma forma linear, mas que conta com forte grau de causalidade, a acumulação de capitais por exemplo dará pontapé inicial à monopolização, esta possibilitará eventualmente a fusão de capitais, aqui inclusos os industriais com os bancários, que por fim darão início ao chamado Capital Financeiro, nestes aspectos “puramente” econômicos pode-se arriscar uma compreensão causal, e até mesmo linear, embora alguns destes processos tenham acontecido em alguns casos de forma quase simultânea, ou com algum grau de inversão fatorial. O fato de ao elencar as características políticas do imperialismo, estas aparecerem depois, não pode significar de forma alguma que tais características sejam de menor importância, ou que apareçam apenas como expressões secundárias do imperialismo, a chamada “partilha do mundo” e política de anexação forçada de novos territórios, o controle econômico tornando Estados em semicolônias²⁵. Se voltarmos a Gramsci (2007) veremos que a superestrutura (aqui incluída a própria sociedade civil) não pode ser vista como um mero subproduto das estruturas econômicas, mas que esta também possui papel ativo na própria dinâmica do modo de produção, e que o movimento entre estrutura e superestrutura é que possibilitará o próprio movimento da sociedade. Ao tratar da forma política que o Estado imperialista assume Lenin sublinha: “A superestrutura extraeconômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a sua política e a sua ideologia, reforça a tendência para as conquistas coloniais” (LENIN, 2012, pg. 118). Vemos assim que para Lênin, não apenas o imperialismo possui consequências políticas explícitas, mas como o imperialismo tem suas próprias expressões políticas e ideológicas correspondentes, estas operando conjuntamente. O avanço e consolidação do Estado monopolista, ou do Estado imperialista, requer, portanto, uma relação dialética íntima entre estrutura e superestrutura.

Ao tratar das disputas e da “política colonial da época do imperialismo capitalista” Lenin (2012, pg. 119) afirma que o imperialismo e sua: “correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal.” Estas formas transitórias são

²⁵Em nossa compreensão essa categoria é melhor definida como Neocolônia e não como Semicolônia, embora os elementos colocados por Lenin concordem em sua maioria com o que será delimitado sob esta outra definição. A fim de esclarecimento, postulamos que daremos preferência doravante a chamar o fenômeno em questão de ‘neocolonialismo’ e neocolônias. Retomaremos esta discussão mais adiante.

as colônias e semicolônias (neocolônias). Para Lenin a política imperialista ocasionará não por acaso o fato de ter “o desenvolvimento particularmente rápido do capital *financeiro*, coincidindo com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 1880, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial)” (LENIN, 2012, pg. 127), o autor conclui que assim não apenas “regiões agrárias”, mas também “regiões industriais” passam a ser alvo da política e apetite imperialistas. Para Lenin (2012, pg. 111) é, portanto, evidente que o fim do capitalismo de livre concorrência que teria seu “pico entre 1860 e 1870” e o “auge” do período monopolista, se situa posteriormente a este período, coincidindo com a radicalização da política colonial, que se iniciam precisamente na mesma época. Destacando assim a correlação entre desenvolvimento do imperialismo com o avanço da política *neocolonial*.

Em nossa compreensão fica clara a relação intrínseca entre a dimensão econômica e a dimensão política do fenômeno imperialismo, assim figura-se de um lado nitidamente a visão *politicista* que exclui a dimensão econômica e entende imperialismo apenas como ação política orientada para “opressão” de outros povos, como na curiosa interpretação de alguns autores que colocam a Rússia enquanto uma potência imperialista, a despeito da inexistência de uma base material para tal, ou de outro lado a visão *economicista* que entende que *a mera presença de capitais sendo exportados*, ou *a presença de monopólios na economia de um país fariam dele imperialista*, ambas se mostram insuficientes para apreender a complexidade do fenômeno em questão. Partimos, portanto, da compreensão de que apenas através da leitura integrada de elementos econômicos e políticos, associados ainda com elementos ideológicos, culturais, todos estes farão parte da compreensão de imperialismo. Os aspectos militares embora não tenham aparecido explicitamente até então, têm em nossa visão um papel importantíssimo e que possui uma vinculação direta com o aspecto político, mas possui também uma forte ligação com a dimensão econômica, tanto pela ótica da produção propriamente dita, onde setores estratégicos e de uso intensivo de capital são mobilizados, mas também pela ótica da dominação de recursos naturais, e aquisição forçada de “monopólios naturais” antes situados sob domínio de outro país.

Levantamos assim, de forma preliminar, a *pertinência* ou *possibilidade* de utilização da categoria imperialismo para compreensão da geopolítica chinesa. Cabe aqui a partir do exposto até então estabelecer algumas primeiras observações: o processo de monopolização dos capitais privados tal qual previamente descrito, encontrou no Estado um agente impulsionador

ao longo da história (a despeito de alguns raros episódios de regulações antitruste), a figura do Estado enquanto um agente ativo que pressiona pela não-consolidação dos monopólios privados é portanto estranha à história do Imperialismo, este é um primeiro aspecto a ser observado no caso da China. Onde o Estado assume notadamente um papel de agente econômico que impulsiona a monopolização *dentro* do Estado e regulamenta de diversas formas a atividade do capital privado, impossibilitando *de facto* a criação de verdadeiros monopólios privados. Neste sentido é bastante pedagógica a atual corrida anti-trust do Estado chinês contra as chamadas “*tech-giants*”²⁶.

Outro aspecto do Imperialismo destacado por Lenin é o processo de fusão de capitais industriais e capitais bancários estabelecendo a primazia do segundo. Este é um outro ponto altamente contraditório entre tal teoria e o desenvolvimento do modo de produção vigente na China, vez que embora exista uma massiva presença de capitais financeiros, concentrados nas instituições bancárias, estes têm em primeiro lugar um caráter universalmente estatal, a própria “fusão entre os capitais” não encontra uma exata correspondência na China, vem que o peso dos capitais industriais segue sendo gigantesco na economia Chinesa. Evidentemente se observa uma interação no sentido do fomento, investimento e desenvolvimento industrial e de infraestruturas na China, mas sobre uma base bastante distinta daquela observada nos países imperialistas.

Por fim os aspectos da exportação de capitais e sua dimensão política que serão discutidos mais adiante podem aqui receber uma rápida menção. O controle político previamente afirmado com relação à disposição dos capitais privados e sua impossibilidade de monopolização, opera de forma semelhante na questão do investimento exterior, ou na chamada exportação de capitais. Sendo o Estado um ator central na ação de empresas chinesas no exterior, mesmo as empresas privadas. A esfera de regulação impõe que a ação dos capitais chineses no exterior será regida pela lógica determinada pelo Estado. Não adentraremos por ora na lógica das relações políticas e econômicas estabelecidas entre a China e outros países, tampouco será alvo de debate aqui a pertinência da categoria “capital” para pautar os processos de valorização do valor na China (e no socialismo), sejam na indústria ou em outras formas. De fato, a ressalva necessária a ser feita neste momento consistia na natureza de atributos

²⁶ Diversas notícias apontam a recente corrida e relatam a “perseguição” a figuras como o bilionário Jack Ma, precursor da área na China.: Ver: Bloomberg: “China Clampdown on Big Tech Puts More Billionaires on Notice” Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-11-10/china-turns-up-heat-on-internet-giants-with-new-antitrust-rules>>

econômicos do modo de produção hoje vigente na China, que para nós como veremos em outro momento, se comporta como um modo de produção socialista, com as contradições a ele inerentes.

2.1.3 Hegemonia na atualidade

A Ideologia Alemã (MARX e ENGELS, 2007) inaugura uma polêmica com a concepção de sociedade derivada das perspectivas idealistas, sobretudo daquela gestada pela tradição hegeliana. À qual passará por um processo de superação-síntese dialética, formando o que os autores chamam de “concepção materialista da história”. A concepção materialista da história buscara desvelar a base material, a concretude, a partir da qual todas as relações sociais, inclusive às imateriais, teriam um ponto de partida. Tal polêmica resulta numa “inversão dialética”, ou melhor numa inversão da dialética hegeliana, mas sem uma negação de seus pressupostos, Althusser (2014) por exemplo argumenta de forma convincente que embora teoricamente acurado, o procedimento *metodológico* não se materializaria *por completo* naquela obra e nas análises ali estabelecidas. Essa nova situação colocaria desta maneira, as relações materiais como base das relações “espirituais”, debate este que será largamente revisitado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere. Gramsci como veremos chegará a uma posição materialista, mas que reposiciona, recalibra, o devido espaço de ação e resposta das dimensões “espirituais”, ou seja, aspectos ideológicos, políticos e culturais.

Não restam muitas dúvidas que para Marx e Engels o papel das *estruturas*, ou base material da sociedade e suas formas de produção, apareceriam como ponto nodal, da construção societária, sendo as formas políticas e a própria sociedade, prolongamentos desta estrutura, acomodadas e moldadas para esta. Para Gramsci, a essa concepção caberia ainda ajustes e aprofundamentos: ele vai assim dedicar parte significativa de sua obra a conceber sobre as “superestruturas”, ou seja, precisamente às formas políticas e societárias gestadas pela base material, às quais Gramsci desloca parcialmente o foco, na relação dialética base-superestrutura.

Portelli (1977) analisa profundamente à obra gramsciana com vistas a situar até que ponto a compreensão de Gramsci seria uma “continuação” da compreensão do marxismo clássico, ou até que ponto esta teria elementos inovadores, próprios do autor, que modificassem os pressupostos metodológicos até então estabelecidos. Portelli destaca que a compreensão de sociedade civil e sociedade política de Gramsci, se distinguiriam daquelas de Marx e Engels, em suas palavras:

A concepção gramscista da sociedade civil é radicalmente diferente, pertence ao momento da superestrutura: ‘pode-se distinguir dois grandes níveis superestruturais: 1) o que se pode chamar de sociedade civil (reúne) o conjunto dos organismos vulgarmente ditos “privados” e correspondente à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (PORTELLI, 1997, pg. 67).

O autor vai destacar ainda citando Norberto Bobbio, que a origem dessa concepção de sociedade civil, remontaria segundo o próprio Gramsci à Hegel e não à Marx. Noção à qual Bobbio considera *inusitada*, embora encontre alguma correspondência (PORTELLI, 1977). Independente da origem precisa dessa concepção, é um grande consenso de que fora de fato o próprio Gramsci, a desenvolver sua concepção particular de sociedade civil, sociedade política e hegemonia. Para Gramsci fica evidente que a separação seria em realidade metodológica, uma vez que na realidade concreta haveria sobreposições orgânicas que dão unicidade às diferentes “esferas”: Sociedade civil, política e base econômica.

2.1.4 O momento da Hegemonia

Portelli (1977) considerava que a centralidade do pensamento de Gramsci estaria no conceito de Bloco Histórico, ou seja, no arranjo político e econômico dominante e sua organicidade. Tal concepção será contraposta por Gruppi (1980) que embora não polemize com a concepção de Bloco Histórico, coloca a centralidade da discussão Gramsciana no conceito de Hegemonia. Partiremos seguindo os passos de Gruppi para a interpretação de que a noção de Hegemonia é central para a compreensão do funcionamento não apenas do Estado, mas de toda a superestrutura. Adentraremos agora na discussão da categoria *Hegemonia*, categoria fruto de uma profunda síntese analítica entre política, economia e sociedade civil, desenvolvida por Gramsci (2007), na qual o debate sobre Estado e poder entram em um novo patamar analítico, adentrando na discussão das formas de dominação, bem como nas respostas que a sociedade terá à essas formas. Para Gramsci a discussão de Hegemonia não estará circunscrita apenas ao Estado-nacional, na verdade terá uma dupla dimensão, uma dimensão intranacional, e uma dimensão internacional à qual ele chamará de “Sistemas Hegemônicos”, sendo estes sistemas que congregam as grandes potências (GRAMSCI, 2007).

Na perspectiva materialista-histórica o Estado é uma produção material e imaterial fruto de relações concretas que se dão na esfera da chamada “infraestrutura”, ou seja, a esfera concreta da produção (Forças Produtivas e Relações de Produção) (MARX, 2015). O Estado surgiria como ente encarregado de dar uma Forma política e jurídica que legitime as relações de produção e a forma de apropriação dos produtos das Forças Produtivas (incluído os excedentes

na forma de mais-valia). Esta forma seria, portanto, a chamada superestrutura. Este esquema analítico é simplificado e passível de certas leituras mecânicas, que entendam a superestrutura apenas como produto das estruturas. Embora Marx e Engels apontem à relação entre ambas esferas, e uma certa causalidade entre uma e outra, a perspectiva dialética capta sempre a relação “via de mão-dupla” estabelecida entre estrutura e superestrutura. Gramsci talvez seja o melhor teórico captar essa dinâmica dialética, desenvolvendo especialmente a leitura da superestrutura e seu papel mediado -mas nunca totalmente subordinado- às infraestruturas. Entretanto conforme ressaltado previamente, seguiremos aqui a perspectiva de Portelli (1977), que observa como o esquema Gramsciano está para além do esquema base-estrutura de Marx e Engels, modificando de forma significativa o esquema de forma a gerar sua própria concepção.

Marx e Engels (2016) fazem uma leitura inicial do Estado, onde este é apontado como o “comitê político que gerencia os negócios *comuns*²⁷ da burguesia”. O caráter anárquico da produção capitalista, em sua dinâmica de competição, seria portanto mediado e dirimido pelo Estado, organizando e direcionando a atuação capitalista, dando-lhes uma forma menos autodestrutiva, impelindo na lei do valor certas restrições para seu movimento natural de autovalorização, autoexpansão, e destruição dos capitais menos “capazes”, o Estado intermediaria portanto, possibilitando uma sobrevivência de certos capitalistas, em certos momentos, advogando assim interesses de médio ou longo prazo, assim portanto advogando os “negócios comuns da burguesia”. Uma leitura particularmente interessante para nossa análise feita por Marx (2011) consiste na tese da constituição do chamado “Partido da Ordem”, este seria um partido²⁸ que congregaria os interesses mais gerais das classes dominantes em certo contexto histórico. Gramsci (2007) ao tratar desses interesses gerais, congregados na expressão de partido, traz a noção de *Bloco Histórico*, podemos compreender um bloco histórico como um Partido da Ordem que estabelece uma coesão de equilíbrio-dinâmico, mas com possibilidade de manter arranjos mais ou menos duradouros, que envolvam tanto a esfera política, produtiva e ideológica.

Na concepção de Bloco Histórico (GRAMSCI, 2007), estrutura e superestrutura estariam em uma *harmonia orgânica*. Um Partido ao se elevar à essa relação orgânica de dominação e consenso, de funcionamento coeso, harmônico, das estruturas e superestruturas sob sua direção teria, portanto, se elevado a um Bloco Histórico. “Mas pode-se falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? O

²⁷Grifo nosso, para ênfase neste aspecto.

²⁸Partido aqui tem uma acepção bem ampla, semelhante àquela adotada por Gramsci.

conceito de ‘Bloco Histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e distintos.” (GRAMSCI, 2007). Esta dimensão “orgânica” que salientamos aqui é particularmente importante para Gramsci, não havendo organicidade nas relações entre estrutura-superestrutura, não havendo uma dinâmica de equilíbrio-estável, a *hegemonia (função dirigente articuladora entre coerção e consenso)* não estaria assegurada, e assim se abririam momentos de pura dominação onde o controle de uma classe “dirigente” sobre as classes subordinadas se daria pela dominação-coerção, ou poderia mesmo se conformar uma situação de crise de hegemonia.

Para Marx, a tomada de “Partido”, ou seja, a necessidade de congregação de uma classe em torno de interesses comuns, seria principalmente mobilizada pela necessidade de contraposição à outra classe. A formação de um partido equivale em certa medida à sua ideia da “passagem de consciência de Classe em si, para classe para si” (MARX, 2013). Esse debate será elucidado não em uma formulação teórica precisa, mas sim em uma análise concreta dos desenrolares políticos na França do séc. XIX. Assim toma destaque a passagem:

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo e do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “Propriedade, família, religião, ordem”, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás! (MARX, 2011 pg. 36)

Assim é possível situar uma compreensão semelhante da ideia de Partido em Marx em Gramsci, não exatamente como instrumentos políticos precisos, bem delimitados, com nomes, insígnias e bandeiras, mas na verdade como grandes congregações de classe (ou as vezes associação entre classes), em prol de determinados interesses amplos, que se contraponham à outras classes. Esta concepção de partido naturalmente subentende que para a formação destes Partidos ser possível, é necessária a hegemonia de certo grupo político, ou fração de classe, que possa dar um determinado grau de coesão aos interesses difusos da classe (ou aliança de classes). Gruppi (1980) fará um movimento de explicitar como a noção de Hegemonia em Gramsci tem sua expressão máxima no Partido. O partido aparecerá enquanto uma síntese entre “teoria e prática” numa síntese entre vontade, força e consenso. Gruppi aponta como:

“A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo. Mas se a hegemonia é a superação da contradição entre a prática e a teoria, quem deve ser o mediador, o unificador, já que essa unidade não se coloca automaticamente, já que ela é o resultado de todo um processo e de um

processo de luta entre diferentes hegemonias? O unificador da teoria e da prática, o demiurgo, se quisermos utilizar tal palavra, embora Gramsci não a use, é o *partido*” (GRUPPI, 1980).

Tal partido evidentemente que se expressa aqui é o Partido da Classe, e não necessariamente um determinado partido político individual. Sobre a própria noção de Hegemonia Gruppi fará ainda algumas importantes observações no que tange a sua origem leninista. O próprio Gramsci atribuíra à Lênin e não a si próprio a originalidade da formulação acerca da Hegemonia, tal noção é por vezes colocada em xeque, vez que Lênin não deixou nenhuma formulação mais explícita acerca da Hegemonia, embora de fato tenha feito menção em alguns de seus escritos político. Gruppi estabelece assim uma minuciosa investigação buscando a vinculação entre a concepção gramsciana e suas origens leninistas.

Lenin em diversas de suas formulações, mas em especial em “O Estado e a revolução” (LENIN, 2007) traz a questão da Ditadura do Proletariado para o centro do debate político. Lenin argumenta assim que a Ditadura do Proletariado seria a síntese máxima das formulações marxistas, que partem da luta de classes e chegam à sua síntese de superação na ditadura do proletariado (tal noção como veremos se confunde com a de hegemonia), para o autor tal centralidade fica evidente como vemos: “Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença mais profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário está aí” (LÊNIN, 2007, pg. 54). Lênin formulará ainda de outra maneira, que também guardará suas semelhanças (futuras) com a formulação gramsciana:

O proletariado precisa do *poder político*, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a enorme massa da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na “edificação” da economia socialista (LÊNIN, 2007, pg. 46).

Na sequência o autor apontará ainda o papel educador que o marxismo (instrumentalizado pela vanguarda) passará a assumir. Embora Lênin não utilize nessas linhas o termo “Hegemonia”, de fato tal termo só foi empregado pelo autor em alguns de seus célebres escritos de “juventude” como as Duas táticas da Social-Democracia e “Dois passos atrás um passo à Frente”, a noção de hegemonia segue presente. Contudo, Gruppi faz uma ressalva importante acerca de uma diferenciação no que Lenin e Gramsci irão conceber enquanto hegemonia. Para Gruppi: “Há aqui uma diferença de significado entre Gramsci e Lênin, porque Gramsci – quando fala de hegemonia- refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto

outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente” (GRUPPI, 1980, pg. 11). Gruppi irá ressaltar, portanto, como para Lenin a função de decisão é a que se destaca, enquanto Gramsci atribuirá um sentido mais amplo. Observando novamente a passagem supracitada de Lenin, podemos analisar como o que Lenin sintetiza enquanto “Poder Político” se aproximaria mais da concepção gramsciana, vez que traria as condições de “dominação e direção”. O destaque que Gramsci faz à questão da “unicidade” entre dominação e direção ou em outros termos entre “coerção em consenso”, não é acidental, afinal há todo um relevo feito por Gramsci à dimensão ideológica, à dimensão do convencimento.

Voltando a outra questão que deixamos em suspenso, o movimento da “classe em si, para uma classe para si”. Pontuamos como para Gramsci e tal qual para Marx, essa passagem toma forma com o estabelecimento do Partido de uma determinada classe. Losurdo (2015) faz uma transposição desta distinção de Classe em si e Classe para si para a análise do fenômeno da hegemonia na China dos idos dos anos 80 até os dias atuais. Para o autor a noção do salto qualitativo de “consciência” -ou sua ausência- da classe em si para classe para si é particularmente importante no cenário político chinês pós-revolucionário. Este situa que o fenômeno de expropriação política da burguesia promovido pelo PCCh sob liderança de Mao Zedong e levado adiante por Deng Xiaoping -embora com diferenças significativas-, como uma manobra fundamental para inviabilizar a “tomada de consciência” da burguesia nacional chinesa, ou em outras palavras, impedir que esta se eleve enquanto Partido -nos termos aqui discutidos-. “Mao invoca a não confundir expropriação política e expropriação econômica das classes exploradoras; Deng Xiaoping faz valer a distinção entre classe em si e classe para si também para a burguesia expropriada do poder político” (LOSURDO, 2015). A noção de consciência, Partido e Bloco histórico adotadas por Gramsci (2007), são assim mescladas e incorporadas na concepção teórica de Losurdo (2015) para análise de conformações atuais na disputa de hegemonia.

Faz-se necessário, entretanto, avançar na discussão acerca do “equilíbrio-instável” entre estrutura e superestrutura, ou seja, a organicidade nas formas de dominação-consenso, e sua aparente ou efetiva naturalização. Este elemento da organicidade entre os dois momentos estruturais, ou seja, a base (infraestrutura) e a sociedade civil e política (superestrutura) é destacado com Portelli (1977), que observa que para Gramsci a organicidade, seria a garantidora da hegemonia de um Bloco histórico determinado com sua classe dirigente a frente do processo.

Este é precisamente o debate sobre hegemonia tal qual trabalhado por Gramsci (2007). Gramsci se utiliza de uma concepção derivada de Maquiavel expressa em sua metáfora da combinação da “força do Leão e esperteza da Raposa” para fazer uma primeira aproximação do que chamará de Hegemonia. Gramsci compreende assim como Maquiavel que haveria uma diferença profunda entre dominação e consenso, e que a pura dominação de classe, desvelada por Marx e Engels (2016), para além do controle e jugo a partir da força, seria também um grande jogo de controle sutil, a partir do qual a face mais direta do controle, daria espaço para uma sensação de consentimento voluntário, ou ao menos participante, no qual as diferentes classes participariam de uma mesma construção societária com relativo grau de compromisso, acordos e ajustes entre partes desiguais.

Essa formulação consistirá no conceito de Hegemonia, ou seja, a expressão política de dominação e consenso, combinadas em uma forma articulada de controle, que possibilita uma mediação entre formas sutis e formas drásticas de domínio. Sendo às formas sutis preferíveis uma vez que a sociedade política tenha estabelecido seu controle no conjunto da sociedade. Para Gramsci a Hegemonia seria uma forma de dominação presente especialmente nos Estados consolidados, com instituições bem estabelecidas, sendo a democracia parlamentar burguesa sua grande expressão. Deste modo o autor aponta:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública - jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, pg. 95).

O exercício normal da hegemonia é, portanto, precisamente o momento em que o consenso predomina, o consenso por estabelecer a forma de dominação sutil, é **percebido** como um momento de não-contradição ou não-conflito. É evidente que o consenso aparentemente resolve contradições de classe, mas que em realidade continuam a existir e sua aparência é garantida a partir dos instrumentos destacados por Gramsci, que seriam os instrumentos ideológicos, mas também alguns **compromissos** materiais da classe dominante, que forjam um aparente comprometimento de ambas as partes. A concepção de ideologia aparece em Gramsci de maneira indissociável com a compreensão de Hegemonia. Para Gramsci a ideologia assumiria um caráter essencialmente distinto daquele apresentado por Marx e Engels (2007), ou seja, para além de um falseamento da realidade intencional gestado pela classe dominante,

a ideologia teria um caráter instrumental, na formação de uma coesão social, expressa na forma de partido. Gramsci compreende deste modo, que nas sociedades mais avançadas, a esfera política (superestrutura) ganhará uma importância cada vez maior, e a ideologia terá um papel determinante em sua manutenção, assim como as ideologias gestadas na direção contrária, formarão os partidos em conflito com as formas societárias vigentes. Essa fase é, portanto, “a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral.” (GRAMSCI, 2007. p 41). Precisamente esse estágio é que Gramsci qualifica como aquele que termina criando o que ele entende como “a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.” (GRAMSCI, 2007).

Entretanto Gramsci tomará um grande cuidado em definir que embora a hegemonia seja uma expressão política da forma de dominação/consenso, esta é pautada não apenas em termos políticos, éticos ou morais, mas igualmente econômicos. Para Gramsci serão estabelecidos compromissos (inclusive materiais) entre as diferentes classes, entre as classes dominantes e dominadas, de modo que sejam cumpridos certos anseios das classes dominadas. A partir destes compromissos, e de robustas formas de controle ideológico será estabelecido o consenso. Assim o autor realça que serão estabelecidos estes compromissos, “isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica.” (GRAMSCI, 2007, pg. 48). Portanto fica clara que a Hegemonia possui múltiplas dimensões, e não apenas uma política ou superestrutural.

2.1.5 As bases da Contra-Hegemonia

A discussão de Hegemonia, não se resume, entretanto, apenas à Hegemonia de uma classe sobre outra, mas também na forma que esta outra classe dominada organiza sua oposição à esta Hegemonia. Embora Gramsci não formule uma tese expressa da “contra-hegemonia” é precisamente nesta ideia que toda sua discussão termina por remeter a partir de sua compreensão de organização da classe. A organização da classe é assim pautada primeiramente no *Partido* (de toda a da classe), ou seja, a tomada de consciência de uma classe torna esta classe um Partido, que atua para seus interesses de classe. No exercício de seu poder de Partido

a classe dominante pode criar uma situação de equilíbrio-instável onde seus interesses apareçam organicamente enquanto interesses gerais da sociedade, a partir da esfera de dominação-consenso que Gramsci situa como Hegemonia. Este exercício hegemônico pressupõe um grau de aceitação por parte da classe dominada, que participa do consenso, mesmo que de modo cooptado, segue as diretrizes ora estabelecidas pela classe dominante. A ruptura por parte da classe ora subordinada com a Hegemonia (enquanto expressão de consciência), abre espaço para a criação do Partido da classe até então dominada, ao qual podemos chamar de Partido *Contra-hegemônico*.

É fundamental para nossa compreensão que a organização da classe subordinada, que na sociedade capitalista corresponde à classe trabalhadora, apenas a partir da tomada de consciência é que pode transpor a situação da hegemonia consensual com a classe dominante, rompendo aquele momento do *falso consenso*, que não lhe representava de fato seus interesses de classe, mas apenas uma máscara social de convencimento ideológico, perpetrado por outra classe que lhe retirava não apenas os meios de subsistência, mas também o seu projeto societário, fundamental à garantia de seus próprios interesses. Tal ruptura entre as classes gera um movimento contra-hegemônico, que se configura doravante como um movimento classista, que assume um projeto de sociedade próprio, compatível com os interesses de classe daqueles ora dominados.

As *disputas hegemônicas* podem, portanto, acontecer em formas distintas, dentro de um *mesmo* bloco, sendo estas as chamadas disputas no seio do bloco-histórico, ou seja, no interior do Bloco no Poder, mas tais disputas podem assumir formas muito distintas, mais ou menos agressivas, pautando transformações de maior ou menor grau com a situação vigente. As disputas entre frações de classe, não necessariamente colocam em xeque as estruturas socioeconômicas, mas apenas algumas orientações dessa sociedade, essas disputas se dão assim dentro de um mesmo bloco, que em certo momento terá um novo grupo dirigente, que ao assumir maior organicidade se conformará como um novo Bloco Histórico. A quebra dessa organicidade pode se dar internamente, ou *externamente*, a partir deste momento nos dedicaremos eminentemente a estas quebras, oriundas de fora do Bloco Histórico, ou seja, fora do consenso. As disputas assim que nos interessam são precisamente aquelas que pretendem contrapor a hegemonia vigente por uma outra hegemonia, por um novo arranjo histórico, um novo modo de produção, uma nova sociedade e seu Estado correspondente.

Se por um lado Gramsci nos deixou contribuições importantíssimas acerca do processo hegemônico, o mesmo não foi possível na discussão dos processos de contra-hegemonia, muito embora toda discussão acerca das chamadas “trincheiras”, “da guerra de posição” e outros debates, elucidem algumas de suas compreensões acerca da organização de um novo bloco que dispute contra o bloco-histórico vigente. Ficam, entretanto, em aberto, ou pouco exploradas algumas questões, buscaremos explorar preliminarmente algumas delas. Até aqui apontamos parte da natureza dos conflitos e disputas hegemônicas, situando que estas podem ocorrer dentro de um bloco histórico, ou fora deste. Isso implica que podem ser disputas no seio de classes aliadas, ou entre classes antagônicas. Adicionamos ainda um elemento, essas disputas uma vez que tomam a dimensão não mais de uma mesma formação social, ou de um Estado-nação, podem levar ao enfrentamento de classes antagônicas em si, ou seja da classe trabalhadora contra as classes possuidoras, mas também ao enfrentamento de classes possuidoras de diferentes nações. Assim as contradições que levam às disputas hegemônicas podem ser contradições no seio do bloco histórico (entre diferentes frações de classe, ou entre classes aliadas), contradições de classe (entre classes antagônicas como burguesia e proletariado), contradições entre a mesma classe (entre interesses individuais da “mesma classe”, ou seja entre classes dominantes, porém em diferentes nações) ou contradições de interesses nacionais ou de grupamentos de nações. Tal compreensão é fundamental para entender a possibilidade de classes que rivalizam entre si devido a seu antagonismo intrínseco, como o proletariado e a burguesia, no contexto de nações, poderem produzir alianças contra um outro bloco hegemônico. A segunda Guerra Mundial deu boas mostras de alianças entre classes dominantes antagônicas como a URSS e os Aliados, ou no caso da própria China onde o Partido Comunista concebe uma aliança com o Partido Nacionalista (Burguês) Kuomintang. Naturalmente estes arranjos tenderão em algum momento à uma contradição interna e uma nova ruptura.

As disputas hegemônicas podem assim em certos momentos levar ao estabelecimento de *coalizões* dentro de um bloco histórico. A concepção de coalizões²⁹ no seio do bloco

²⁹ Faz-se necessária uma distinção fundamental sobretudo pensando experiências brasileiras recentes, entre coalizão e conciliação de classes. A formulação maoísta aqui exposta tem como pressuposto claro a hegemonia de uma classe, dentro do arranjo da coalizão. De modo que o tipo de acordos e compromissos estabelecidos pelo PCCh ainda que com concessões à burguesia nacional, objetivava a todo momento a hegemonia do proletariado ao longo de todo processo. Por sua vez as experiências aqui conhecidas como conciliação, ou no que Lenin chamaria de “colaboração” muito mais tem a ver com a submissão dos interesses de classe a um projeto estranho ao daquela classe, a partir de discursos e práticas “apaziguadoras” que buscam distribuir ganhos a ambas partes, mas na prática gerencia apenas interesses antagônicos em cima de uma fina camada de concessões materiais e uma espessa base ideológica.

hegemônico (histórico) vai aparecer nos debates de Mao (1960) acerca da Nova Democracia escritos nos anos 40, que ao teorizar e estabelecer os parâmetros sobre as alianças de classes para a tomada revolucionária e consolidação de um novo bloco histórico na China, apontava para uma coalizão que teria dentro dela elementos antagônicos, a saber, a aliança entre o proletariado chinês com a burguesia nacional. Tal antagonismo carrega uma contradição de classe que se mostra insolúvel, entretanto a solução prática para estabelecimento de um equilíbrio-dinâmico imediato é a condução do bloco antagônico sob a hegemonia de apenas uma das classes. No caso da tomada do poder na China, o proletariado, e mais especificamente a classe operária urbana em associação com o campesinato, conduziria o novo bloco histórico, com tarefas de em dado momento posterior resolver esta contradição de classe no seio do novo bloco histórico. É didático para este debate observar a política de alianças do Partido Comunista Chinês com o Kuomintang (KMT), o Partido Nacionalista da China. Tal aliança foi marcada por dois períodos. Mao (2017) situa que o primeiro no primeiro quarto do século 20, quando a China se via ora agredida pelo Japão, que em aliança com o sistema feudal, instaurava governos de senhorios militares nas províncias chinesas, deste conflito se estabeleceu a primeira Frente Única Nacional, entre Comunistas e Nacionalistas, que culmina na revolução de 1924-1927. Após este período se vê uma passagem dos nacionalistas para o “lado contrarrevolucionário”, uma vez que a burguesia chinesa, sobretudo a compradora, se vê representada no Partido Nacionalista, e em contradição com os interesses das massas trabalhadoras.

É particularmente reveladora, das contradições em questão, e sobre a política de Frentes Únicas, coalizão de classe, a seguinte passagem:

“No período da primeira aliança com o Partido Comunista, o Kuomintang encontrava-se em contradição com os imperialistas estrangeiros, o que levava a opor-se ao imperialismo; por outro lado, encontrava-se em contradição com as massas populares no interior do país -muito embora fizesse de boca toda a espécie de promessas miríficas aos trabalhadores, na prática dava-lhes muito pouco, ou mesmo nada lhes dava. Durante a sua guerra anticomunista, o Kuomintang colaborou com o imperialismo e o feudalismo para se opor às massas populares, e suprimiu de uma só penada todas as vantagens que estas haviam conquistado na revolução, tornando assim mais agudas suas contradições com tais massas. No período atual de resistência ao Japão, em virtude das contradições com o imperialismo japonês, este tem necessidade de aliar-se ao Partido Comunista sem, contudo, por um freio à luta contra este e contra o povo, nem a opressão que exerce sobre ambos. Quanto ao partido Comunista, este esteve sempre, em qualquer dos períodos, ao lado das massas populares, para lutar contra o imperialismo e o feudalismo; no atual período de resistência ao Japão, adotou uma política moderada com relação ao Kuomintang e às forças feudais do país, na medida em que o Kuomintang pronunciou-se pela resistência. Essas circunstâncias deram lugar tanto a uma aliança como a uma luta entre os dois Partidos, estando, aliás, mesmo em período de aliança, em uma situação complexa de aliança e luta simultâneas” (MAO, 2017, pg. 47-8. Sobre a Contradição).

Fica evidente um movimento analítico que capta ao mesmo tempo os pontos de convergência e pontos de divergência que possibilitaram as associações momentâneas, o “equilíbrio-instável” para usar uma concepção gramsciana. Este no seio de uma Frente Única, de uma coalizão de classes, possibilita um arranjo contraditório, porém, relativamente duradouro entre classes antagônicas, associadas por interesses maiores que emergem naquela conjuntura histórica. Justificando assim a aliança e conflito que ocorrem simultaneamente.

Mao (1960) tinha clareza sobre a dimensão conflituosa que as alianças ou coalizões de classes teriam, vez que o projeto político e econômico de classes antagônicas só poderia encontrar uma sobreposição em uma situação bem específica e por determinado tempo histórico, antes que as contradições se tornassem irreconciliáveis, momento onde novo arranjo no bloco histórico seriam incontornáveis. Assim o autor apontava as diferentes etapas do processo revolucionário chinês:

The first step or stage in our Revolution is definitely not, and cannot be, the establishment of a capitalist Society under the dictatorship of the Chinese bourgeoisie, but will result in the establishment of a new-democratic Society under the joint dictatorship of all the revolutionary classes of China headed by the Chinese proletariat. The Revolution will then be carried forward to the second stage, in which a socialist Society will be established in China (MAO, 1960. pg. 9. On New Democracy)”

Assim observa-se uma noção de estágios, nos quais a conformação da nova sociedade chinesa teria um rearranjo de forças do Bloco histórico, o qual Mao chama de “Nova Democracia”. Ao apontar este arranjo as contradições são igualmente levantadas por Mao, tanto ao apontar como a burguesia nacional em um país semicolonial como a China guardaria algum aspecto revolucionário: [...] the Chinese national bourgeoisie retains a certain revolutionary quality at certain periods and to a certain degree- even in the era of imperialism- in its opposition to the foreign imperialists and the domestic governments of bureaucrats and warlords [...] (MAO, 1960. pg. 10). E por outro lado esta mesma burguesia guardaria características vacilantes, fraqueza política e econômica, e tendência de subordinação ao imperialismo:

At the same time, however, being a bourgeois class in a colonial and semi-colonial country and so being extremely flabby economically and politically, the Chinese national bourgeoisie also has another quality, namely, a proneness to conciliation with the enemies of the revolution. Even when it takes part in the Revolution, it is unwilling to break with the imperialism completely (MAO, 1960. pg. 11)

Fica evidente a natureza instável deste arranjo no seio do Bloco histórico, o que não impede que sob a hegemonia de uma classe, seja estabelecido um novo grupo dirigente, numa coalizão entre proletariado urbano, camponeses, intelectualidade e setores da burguesia nacional sob direção do Partido³⁰. Tal compreensão é fundamental em nossa análise a fim de observar como a China em especial, encontrará formas e arranjos bastante particulares na conformação do bloco hegemônico no poder. O próprio movimento dessas contradições termina por induzir mudanças históricas que vão se processar tanto no sentido de aumentar a hegemonia de uma classe, quase expulsando as classes antagônicas no arranjo do Bloco histórico, no movimento em que a classe trabalhadora no período conhecido como a Revolução Cultural (concentrada nos anos 1960) enfraquece a presença da burguesia nacional. Mas também no sentido de uma nova reestruturação no final dos anos 1970 e mais especificamente meados dos anos 80 e 90 que retoma e cria um (novo) espaço para a burguesia nacional no seio do bloco histórico, que passará a ter fomentado em certa medida seu poderio econômico (a partir das reformas e abertura), porém mantendo-se a estrutura de poder político sob hegemonia do Partido e das classes fundamentais (proletariado e campesinato). Nestes termos entendemos que do ponto de vista da *hegemonia da classe dirigente*, o proletariado, segue constituída de fato conforme os pressupostos pensados por Mao.

Deste modo, compreendemos que a questão na hegemonia na China segue extremamente atual, tanto do ponto de vista da leitura de sua política interna, mas igualmente no cenário das disputas pela hegemonia no cenário internacional. Voltaremos em capítulos posteriores a tratar das disputas pela hegemonia, na qual situamos a China em um polo contra-hegemônico ao observar as disputas do ponto de vista de classe, situadas entre as diferentes potências.

2.1.6 A conformação de um bloco Contra-Hegemônico

Trazemos aqui a concepção da conformação de blocos hegemônicos ou de potências hegemônicas que exerçam sua hegemonia para além das fronteiras do Estado-nacional, fenômeno que Gramsci já observava em linhas bem gerais, e uma segunda face diretamente relacionada a esta primeira é a possibilidade da conformação de uma contra-hegemonia também

³⁰ Tal arranjo é disposto de forma alegórica na bandeira nacional da República Popular da China no pós revolução, com as quatro estrelas menores (proletariado urbano, campesinato, intelectualidade e burguesia nacional) e a estrela maior representando O Partido Comunista da China.

a nível supra-nacional, seja ela formada por um país ou por blocos de países. Tal questão será esboçada na presente investigação, tomando como ponto central de nossa teorização a conformação da República Popular da China enquanto uma potência contra-hegemônica, e da possibilidade de estabelecimento de um bloco contra-hegemônico, puxado por este país em associação em especial com a Rússia, em uma disputa hegemônica contra as potências hoje dominantes, ou seja, aquele bloco puxado pelos EUA, potências europeias e Japão.

A ideia de conformação de uma potência hegemônica é uma possibilidade concreta para Gramsci, vê com clareza e aponta seus elementos centrais:

Elementos para calcular a hierarquia de poder entre os Estados: 1) extensão do território, 2) força econômica, 3) força militar. O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre os outros Estados: **a grande potência é potência hegemônica**, líder e guia de um sistema de alianças e pactos com maior ou menor extensão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico. No elemento territorial, deve-se considerar concretamente a posição geográfica. Na força econômica, deve-se distinguir entre a capacidade industrial e agrícola (forças produtivas) e a capacidade financeira. Um elemento “*imponderável*” é a **posição ideológica** que um país ocupa no mundo em cada momento determinado, enquanto considerado representante das forças progressistas da história (exemplo da França durante a Revolução de 1789 e o período napoleônico) (GRAMSCI, 2007. p 55)³¹

Diversos elementos relevantes aparecem nessa passagem, mas são fundamentais dois destes: a percepção de Gramsci de que há uma potência hegemônica, e que esta pode assumir papel de líder, de guia, e que imprime de forma autônoma sua direção estatal, influenciando outros Estados, a partir de seus atributos territoriais, econômicos, capacidades inerentes das forças produtivas. O segundo elemento que Gramsci chama atenção é a própria *posição ideológica* que o país ocupa, já apontamos previamente que conforme Gramsci, a ideologia não é apenas uma visão de mundo distorcida conscientemente, mas é uma visão de mundo forjada para operar na realidade, destacando sempre o papel que a ideologia tem na produção dos próprios consensos e da Hegemonia. No caso específico o autor se refere não apenas a ideologia enquanto forma de visualizar, mostrar e operar a realidade, mas também enquanto a própria expressão político-econômica deste Estado. De tal maneira temos que a Hegemonia que um estado exerce é orientada por sua ideologia de classe, e como tal, esta notadamente pode estar em conflito com outras ideologias, assim novamente abre-se a possibilidade de disputas

³¹ Destaques nossos.

hegemônicas e contra-hegemônicas. Extrapolamos assim tal compreensão para entender que como tais, essas disputas podem estar pautadas tanto em disputas de classe, pelas classes dominantes de diferentes países que aspirem tornar-se eles próprios potências hegemônicas, mas principalmente essas disputas devem se deflagrar entre países com posicionamentos ideológicos distintos, onde os projetos político-econômicos de classe de cada um desses países entre em conflito, tal acepção será fundamental para nossa compreensão das disputas nas quais a República Popular da China se insere, em especial ao buscar conformar um Bloco com *aliados táticos*, como Rússia, Coreia do Norte, Irã, Venezuela que enfrentam de forma maior ou menor as potências ora hegemônicas. Situamos anteriormente como a aproximação da China com a Índia vinha ao longo de quase duas décadas numa lenta, porém constante aproximação, a dimensão estratégica dessa associação segue perene do ponto de vista chinês, no entanto as pressões das classes dominantes indianas bem como as pressões e interferências do bloco imperialista ocidental elevaram tensionamentos o que fez a Índia pender recentemente para o outro lado da balança.

Gramsci vai ressaltar ainda como o papel de liderança de uma Potência hegemônica pode levar à construção de alianças e pactos. Embora não fique clara a conformação de tais alianças, a realidade objetiva nos mostram que estas podem assumir diversas formas, desde alianças onde existe claramente uma única liderança incontestada, como no exemplo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, onde os Estados Unidos figuram como liderança máxima, até os blocos de países onde alguns embora tenham maior proeminência, isso não se configura enquanto uma potência hegemônica única subordinando as outras. Tal compreensão é fundamental para entendermos uma espécie de bloco que vem tomando forma e que nos é particularmente interessante: o Bloco puxado por China e Rússia, um bloco que embora não tenha uma configuração formal, vem se materializando a partir de acordos e alinhamentos políticos, culturais, econômicos, envolvendo parcerias tecnológicas em áreas diversas como energia, defesa, tecnologia aeroespacial e transportes.

A discussão acerca de hegemonia assume portando um corte especial dentro de nossa argumentação teórica, tanto na sua dimensão nacional, na compreensão da dinâmica da Luta de Classes interna à China, mas também na sua dinâmica externa, à qual voltamos aqui o nosso olhar, buscando contribuir com a própria concepção teórica de Hegemonia enquanto processo de uma nação para com outras nações. Um último elemento que merece o devido destaque é a natureza das “coalizões” que se inserem no seio dos blocos hegemônicos, apontamos

anteriormente que estas podem ser nitidamente alianças de classe, ou seja burguesias de países capitalistas centrais, em sua dinâmica imperialista, se associam, em algum determinado período histórico, visando atingir alguns interesses comuns. Ou alianças ainda mais particulares, àquelas que compreendem uma coalizão entre classes dirigentes distintas e antagônicas entre si num plano geral, mas que em determinado período histórico se associam, em disputa com outro bloco classista consolidado. Este segundo caso é em nossa compreensão, precisamente o que se observa no bloco que se estabelece entre China e Rússia e outros aliados, sendo o primeiro um Estado dirigido e orientado pela classe trabalhadora, e o segundo um estado dirigido por uma burguesia nacionalista, que confronta de forma frontal, as suas classes correspondentes nos países capitalistas centrais do ocidente.

Partimos assim de uma compreensão que será desenvolvida nesta pesquisa de que estes blocos são possíveis devido aos interesses mais imediatos e de médio prazo destas nações (predominando assim uma aliança tática), o que pode forjar até mesmo alianças temporárias entre grupos distintos, sejam eles “inimigos naturais” ou adversários de uma mesma classe. Tal possibilidade é factível a partir do momento que entendemos a dinâmica da luta de classes, a dinâmica da formação dos Estados-nacionais, o caráter nacional do capital, que produz em suas entranhas disputas entre agentes de mesma natureza, mas com interesses particulares distintos. A relação entre interesses particulares e interesses gerais, ou entre interesses imediatos e interesses de longo prazo. A disputa pela derrubada de outra potência hegemônica (ou que aspire tal situação) ou de um bloco hegemônico estabelecido, pode assim forjar alianças aparentemente inusitadas e incoerentes, mas que se observadas no plano temporal e estratégico mais amplo se mostram coerentes.

Como evidenciado até então este debate é balizado essencialmente nas contribuições de Gramsci, porém é importante ressaltar que ainda que de contribuição teórica magnífica, a produção teórica gramsciana possui um elevado grau de incompletude, causada tanto pelas condições nas quais o autor produziu sua obra, em um cerco intelectual gigantesco dentro do cárcere, mas também a própria morte prematura impossibilitou o desdobrar de algumas de suas formulações. Estabelecemos deste modo aqui um papel ativo de interpretação e complementação das formulações teóricas do autor, associando com elementos de uma conjuntura atual, com uma complexidade distinta daquela analisada. Contudo as conclusões até aqui elucidadas estão em nossa compreensão de acordo com a linha de raciocínio do autor,

embora as tenhamos desenvolvido à nossa maneira e compreensão em complemento com outros formuladores.

2.1.7 Em busca do Estado e da Ideologia

“Política é a economia concentrada” tal formulação atribuída a Lenin (ou por vezes a Engels) tornou-se célebre entre muitos pensadores marxistas. Embora tendamos a considerar interessante este ponto de partida, ele segue sendo apenas um ponto de partida. Nem poderia deixar de ser, afinal a política assume também diversas outras formas para além da economia, a despeito de toda interação que a base econômica siga tendo, com as formas da consciência, os modos de vida e etc. Para avançarmos em nossa discussão sobre o Estado chinês, consideramos necessário estabelecermos ainda um debate prévio sobre o Estado em geral, o que definitivamente nos dará forte fundamentação para prosseguirmos em nossa investigação.

O debate sobre o Estado na teoria marxista gerou alguns calorosos debates, e muitas as teorizações esbarraram nos limites conjunturais. Lenin em “O Estado e a revolução” (LENIN, 2007) fez o que se pode situar como uma primeira revisão crítica acerca da temática do Estado, tal obra que se tornou clássica, terminou ela própria esbarrando em alguns limites conjunturais, das tarefas imediatas para lidar com aquele Estado ora colocado. O próprio José Paulo Netto em prefácio à obra supracitada apontará estes mesmos limites. Não pretendemos aqui de forma alguma fazer uma revisão ampla da teoria marxista do Estado, mas munidos de alguns escritos fundamentais, balizar a compreensão de Estado que nos orienta ao longo da presente investigação.

Althusser (2014) aponta criticamente que a teoria marxista do Estado possuía até então um caráter essencialmente descritivo, que para ele era em si fundamental, mas que precisaria ainda ser desenvolvido. Para o autor, alguns dos principais formuladores do marxismo até então, haviam se ocupado não de teorizar sobre o Estado, mas sim de enfrentar do ponto de vista prático as tarefas de enfrentar o “aparato” de estado burguês, mas também de construir um aparato que o substituísse, precisamente o caso em que situa Lenin, Stalin e Mao, com diferentes críticas e matizes. Segue em aberta portanto para o autor uma teorização mais explícita sobre o

funcionamento do Estado burguês, e também do que viria após sua derrubada, a saber, a Ditadura do Proletariado e o Estado Socialista³².

Lênin teria segundo Althusser nos seus últimos anos de vida, enfrentado uma inquietação permanente a respeito do que fazer com o antigo Estado burguês que fora “assaltado” pela revolução. Se n’O Estado e a Revolução está clara a necessidade inexorável do estabelecimento da Ditadura do Proletariado enquanto estágio posterior à tomada do poder político, ou seja, momento de estabelecimento da hegemonia proletária, não estava precisamente clara a via. Lenin acreditava no primeiro momento que a “quebra” do Estado burguês, encaminharia o “Definhamento do Estado” e que caberia à Ditadura do Proletariado organizar o poder e as funções do estado neste interim. A noção de Definhamento do Estado e Ditadura do Proletariado remetem direta ou indiretamente à crítica ao programa de Gotha (MARX, 2012), embora a primeira delas só tenha sido desenvolvida por Lenin (2007). Para Marx o período de reorganização política posterior à derrubada revolucionária do Estado burguês consistiria na Ditadura do Proletariado conforme vemos:

Pergunta-se, então, por que transformações passará o ordenamento estatal numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais funções sociais, análogas às atuais funções estatais, nela permanecerão? Essa pergunta só pode ser respondida de modo científico, e não é associando de mil maneiras diferentes a palavra povo à palavra Estado que se avançará um pulo de pulga na solução do problema. Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado (MARX, 2012)

Se é verdade que o autor postula a existência de um “Estado transicional” é também verdade que pouco se avançou nas feições que tal “Estado” tomaria, o próprio pressuposto metodológico já explicitava: Apenas de modo científico é que a questão seria respondida, e não a partir de teorizações apriorísticas. É um fato incontornável que o mesmo movimento foi empreendido por Lênin, apenas as condições concretas dadas em determinado momento e em determinado território é que poderiam gerar as respostas, das mais imediatas até algumas primeiras “generalizações”. A inquietação de Lenin já apontada, e ressaltada por Althusser, demonstra num primeiro momento uma inquietação com o movimento de “definhamento do Estado” e como este deveria se processar, mas num segundo momento veio à tona uma segunda

³² O autor em questão estabelece uma diferença entre Ditadura do Proletariado e o Socialismo, o que não se coloca enquanto um consenso na tradição marxista, vez que diversas interpretações observam uma correspondência entre ambos.

inquietação ainda maior, antes que estivessem colocadas as condições para definhamento do Estado, ou seja, o momento onde este aparato perderia suas funções sociais, deveria haver o momento onde essas funções sociais lentamente seriam subsumidas. O estabelecimento do poder revolucionário da Rússia Soviética coloca para Lenin portando uma outra questão monumental: Antes de definhar, a Ditadura do Proletariado deveria conceber um Estado e seus respectivos aparatos, com tal nível de organização, que este se mostrasse insusceptível a todo tipo de ataque das potências imperialistas, mas ao mesmo tempo, que se mostrasse capaz de oferecer “o cavalo da grande indústria mecanizada, da eletrificação, da central hidroelétrica do Volkhov” (LÊNIN, 1977, pg. 681). Com tal assertiva ficava claro o primeiro grande dilema da sociedade pós-revolucionária, para poder materializar a futura destruição do Estado, o primeiro passo era constituir um novo Estado.

Mobilizamos nas ultimas linhas da maneira mais direta possível uma contradição fundamental na dialética da supressão do Estado, que ao assumir sua forma revolucionária, invertendo-se seu papel de aparato de repressão de uma minoria, se tornaria um aparato de repressão da maioria. A função do Estado enquanto aparato de repressão é clara para Marx (2011), mas igualmente para Lenin (2007), tal aspecto será reforçado e destrinchado por Gramsci (2007) e Althusser (2014). Gramsci de sua parte a partir do conceito de Hegemonia exprime de forma clara como as funções coercitivas tenderão no Estado moderno cada vez mais a aparecerem em segundo plano, apenas como um garantidor do funcionamento em momentos de crise, mas o momento do consenso é que tomaria na maior parte do tempo o papel de organizador da vida social. Althusser. Neste papel a função da ideologia e dos intelectuais (Gramsci, 2001) assumiria um papel determinante na organização social. Gramsci afirma que:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001, pg. 15)

O entendimento de Gramsci da intelectualidade vai muito além das acepções comuns, o papel de organizador, ou melhor organizador “de uma nova cultura” em suas palavras, é precisamente o ponto aonde o autor pretende levar sua interpretação do papel de tal grupamento social. Para Gramsci os intelectuais funcionarão enquanto o “cimento” que aglutina uma classe social, ou um arranjo de classes em um Bloco Histórico. Tal ideia do cimento social carrega

precisamente o sentido da ideologia, que dá coesão aos grupamentos sociais. Em outras palavras: “Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” [...] 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem (GRAMSCI, 2001, pg. 21). A Função dos intelectuais é para Gramsci garantir o funcionamento normal das instituições e da própria “hegemonia social”. Gramsci irá ressaltar ainda como para a garantia dessas funções o Estado moderno irá fomentar o crescimento artificial de instituições como jornais e mídias mesmo na sociedade civil, organismos que o autor chama de “designados vulgarmente como “privados”. Para Gramsci (2001) essa designação enquanto organismos privados da sociedade civil perde de vista sua função de classe e sua relação intrínseca, entre intelectuais e uma classe fundamental à qual estão umbilicalmente ligados.

O caráter de classe dos aparelhos privados que, portanto, de privados apenas guardam uma nota jurídica-legal será também confrontado por Althusser (2014, p 244.) que irá reforçar tal noção -inclusive citando o próprio Gramsci- assim o autor aponta como: “As a conscious Marxist, Gramsci already forestalled this objection in one sentence. The distinction between the public and the private is a distinction internal do bourgeois law, and valid in the (subordinate) domains in which bourgeois law exercises its ‘authority’”. Althusser assim como Gramsci termina por conceber que a vinculação dos organismos privados em última instancia é estabelecida pela sua função de classe, e que enquanto tal deixam de ser “aparelhos/organismos privados” para serem organismos de classe. É possível estabelecer toda uma série de diferenças importantes entre ambos autores, mas aqui nos interessa muito mais os pontos de convergência.

Faz-se necessária aqui uma imersão rápida no debate sobre Ideologia e Aparelhos/Aparatos³³ ou organismos que cumprem a função de reprodução da ordem social. A função de reprodução será o ponto de destaque central em toda formulação althusseriana, enquanto Gramsci irá ressaltar um aspecto dirigente, organizador da ideologia e dos organismos que a produzem, o que em última instância não guardará uma diferenciação fundamental.

³³ Acreditamos que aqui subsiste apenas uma questão de preferência terminológica na tradução, sem maiores implicações conceituais.

2.1.8 Ideologia, Aparelhos e Organismos

Althusser e Gramsci parecem muitas vezes convergir por caminhos diferentes, outras vezes parecem chegar a becos sem saída cada um à sua maneira ao propor a subversão dos sistemas por eles analisados. Gramsci por um lado irá situar na Sociedade Civil e o alargamento de seus organismos como ponto alto da luta de classes e como um produto das sociedades Modernas. Althusser por sua vez irá conceber a existência de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIS), parece que para o Autor aquilo que Gramsci chamaria de sociedade civil, é completamente subsumido pelos AIS. O que não quer dizer que não existam indivíduos, mas estes teriam sua ação política e social ocorrendo predominantemente por dentro dos AIS. Evidentemente a esfera da produção e do mundo do trabalho segue existindo, porém para ambos ficaria fora dessa noção. De modo que entendemos que para Althusser a sociedade civil existe e se reproduz por dentro dos Aparelhos, enquanto para Gramsci ela parece se reproduzir *também* dentro do que o autor chama de organismos (religião, escola, mídia, jornais e etc.) mas não inteiramente. É digno de nota que por vezes Althusser irá ressaltar que para ele a Luta de classes não se processa inteiramente dentro dos AIS, embora sua construção intelectual tenda a reforçar essa concepção, e não ficando completamente claras as formas que esta tomaria para além dos AIS. De todo modo não nos interessa aqui explorar este elemento ou os caminhos distintos que ambos irão tomar em certas proposições, mas sim as convergências que nos ajudarão na compreensão dos aparelhos e organismos ideológicos.

A diferenciação entre público (Estatal) e privado não será considerada aqui como uma distinção para além do status jurídico-formal, conforme as leituras supracitadas. No entanto é importante ressaltar como para Althusser, os organismos ou aparelhos dito privados, recebem ao contrário um status de estatais, chegando a ser concebidos como “Aparelhos Ideológicos do Estado”. Para além da distinção da função de classe já estabelecida, Althusser irá ressaltar como o Estado em última instância é que cumprirá um papel de aglutinador das diferentes ideologias, culminando no que o autor chama de “Ideologia do Estado”. Ideologia do Estado aqui não teria qualquer tipo de vinculação com o Gramsci (2007) criticava como “estadolatria”, tem na verdade a ver com o papel organizador que o Estado assume, enquanto Estado de uma classe, e o papel que a Ideologia por este sistematizada, cumprirá no papel de reprodução das relações sociais. Poderíamos dizer que o que Althusser chama de Ideologia do Estado, nada mais é do que o exercício da *Hegemonia*, a partir dos instrumentos do Estado, que produzem a todo momento um arranjo funcional entre as diferentes ideologias, sob hegemonia de uma classe.

Para Althusser (2014) fica, portanto, claro o funcionamento da sociedade com base na ideologia, e embora em determinados momentos ideologias possam entrar em contradição entre si, uma delas sempre irá prevalecer em um arranjo que faz com que as pessoas “prossigam” em suas vidas cotidianas, reproduzindo nas suas práticas materiais os fundamentos das relações de produção da sociedade. Para Althusser portanto a Ideologia não existe nas ideias, mas sim nas práticas:

Ideology exists in apparatuses and the *practices specific to them*, this is the sense in which we said that Ideological State Apparatuses realize, in the material dispositives of each of these apparatuses and the practices specific to them, an ideology external to them, which we called the primary ideology and now designate by its name: State Ideology, the Unity of the ideological themes essential to the dominant class or classes (ALTHUSSER, 2014, pg. 156)

A reprodução das práticas sociais (materiais), faz com que a própria Ideologia tenha uma existência material e não ideal, reforçamos essa tese por a considerarmos importante para entender por fim a função dos aparelhos. Voltando a Lenin (1977) e toda a contenda referente a Ditadura do Proletariado, veremos como de fato naquele momento estava clara para Lenin a necessidade de criação de novos aparelhos, novos organismos que possibilitassem a hegemonia do proletariado (então içado ao status inédito de classe dominante). Lenin aponta que o interesse ali não é mais de saber da “verdade histórica do triunfo inexorável do socialismo” ou em suas palavras “Mas o que nos interessa não é esta inevitabilidade da vitória definitiva do socialismo. O que nos interessa é a tática que nós, Partido Comunista da Rússia, que nós, Poder Soviético da Rússia, devemos seguir para impedir que os Estados contrarrevolucionários da Europa Ocidental nos esmaguem” (LENIN, 1977, pg. 680). Todas as respostas dadas por Lênin, tanto no sentido da defesa, quanto da edificação do Poder soviético vão no sentido da edificação de Aparatos: “Devemos procurar construir um Estado no qual os operários conservem a sua direção sobre os camponeses, a confiança dos camponeses, e no qual, com a maior economia, expulsem das suas relações sociais todos os vestígios de quaisquer excessos.”. Lenin reforça em outras passagens ainda como a necessidade de edificar um sistema educacional e uma nova base cultural serão fundamentais na edificação deste novo estado. Assumindo que as premissas políticas estavam ao lado do nascente Estado soviético, mas faltavam os aparelhos:

O mais prejudicial seria pensar que sabemos pelo menos alguma coisa, ou que temos uma quantidade mais ou menos considerável de elementos para a organização de um aparelho realmente novo, que mereça verdadeiramente o nome de socialista, de soviético, etc. Não, não temos tal aparelho, e mesmo o número de elementos dele que

temos é ridiculamente reduzido. E devemos ter presente que para o criar não há que poupar tempo e que isso levará muitos, muitos, muitos anos (LENIN, 1977, pg. 671).

Consideramos fundamental o resgate desta avaliação fundamental feita por Lênin ainda no início da edificação do primeiro estado de transição. A centralidade na construção de novos aparelhos, novos organismos, nova cultura, e nova educação e a função diretiva e pedagógica do partido. Já ressaltamos como igualmente para Gramsci o Partido assumirá também o papel de intelectual coletivo, organizador das mais diferentes demandas da classe, em última palavra organizador da própria ideologia da classe.

Voltemos por fim nossos olhares rapidamente para a construção do Estado na China. As primeiras tarefas pós revolucionárias foram precisamente a luta para o estabelecimento de novas instituições de uma educação. Mao³⁴ (2017) irá ressaltar a necessidade urgente da edificação de uma Nova Cultura, não atoa a mesma perspectiva aparecera em Gramsci. A Educação em massa se colocou como uma das primeiras tarefas, substituição das direções dos quadros burocráticos nas universidades por quadros partidários. Tais modificações não vieram sem solavancos, sem as enormes dificuldades ressaltadas por Lenin e a necessidade de um “agir parcimonioso”. Uma das primeiras políticas de peso estabelecidas pelo nascente estado chinês foi a reformulação da política educacional. Que trouxe em poucos anos a alfabetização massiva, a partir da instituição do chinês simplificado, despido de “seus preconceitos feudais” que tornavam a língua inacessível. A reforma escolar veio sob a premissa:

Que cem flores desabrochem e que cem escolas rivalizem é a política para estimular o progresso da arte e da ciência e o florescimento da cultura socialista em nosso país. Na arte, podem desenvolver-se livremente distintas formas e estilos: na ciência diferentes escolas podem rivalizar livremente. Julgamos que a imposição, por meio de medidas administrativas, de um só estilo e de uma só escola, e a proibição de outros estilos ou escolas, dificultam o progresso da arte e da ciência. O problema do correto e do errado na arte e na ciência deve resolver-se pela livre discussão nos meios artísticos e científicos e no decurso da prática da arte e da ciência (MAO, 2017, pg. 89.)

Mao irá ainda ressaltar que “É ainda necessário um longo período para se decidir o resultado da luta ideológica travada em nosso país entre socialismo e capitalismo, visto que a influência da burguesia e dos intelectuais que provêm da velha sociedade persistirá ainda na China durante muito tempo como ideologia de classe.” (MAO, 2017, pg. 90). Não pretendemos

³⁴ Sobre a Justa resolução das Contradições no Seio do Povo

assim entender que havia algum tipo de inocência quanto a disputa ideológica ainda em curso. Se mostra evidente ao longo do transcurso histórico, que a política de ampliação em massa da educação, permitindo inclusive expressões distintas na arte e na educação, mas garantindo um acesso amplo, foram ferramentas necessárias para ampliação da cultura no país. As novas instituições, os novos organismos evidentemente passaram sistematicamente a refletir os embates ideológicos em curso, o que não poderia se dar por um decreto, sem todo um arcabouço de preparação.

A Educação assume no Estado Moderno um papel central, papel este reforçado por Althusser (2017) e também por Gramsci (2001) por ser esta a ponte institucional mais duradoura entre a ideologia dominante e a classe trabalhadora, seja ao formar seus filhos (e futuros sujeitos sociais na luta de classes) mas também pela interação perene que a Escola (e em menor medida a Universidade) irá estabelecer com o entorno, com as comunidades, com as “famílias” e assim por diante. Não entraremos aqui no mérito das divergências que os autores tem em relação ao “que se fazer” com essa instituição no âmbito da sociedade burguesa. O grande consenso é o papel central dessa instituição na reprodução ideológica dos sujeitos sociais, de modo que numa nova sociedade recém criada, sob bases revolucionadas e erigida sobre os escombros da antiga sociedade, é de se esperar que a escola assuma um papel determinante. A já aludida política de “Um país dois sistemas” presente na China atual, evidentemente se estabeleceu enquanto uma mediação, que possibilitaria uma lenta, porém gradual construção da hegemonia da China sobre as regiões administrativas especiais, evitando embates diretos por meios militares. Entre 2012 e 2013 após o estabelecimento de uma reforma educacional (Moral and National Education³⁵) levada adiante pelo Governo de Hong Kong sob orientação do Governo Central Chinês, levaram a protestos massivos em Hong Kong, fomentados por instituições e governos estrangeiros. Observava-se ali ao mesmo tempo, a movimentação do Governo Central da China em reformar a educação de Hong Kong, aproximando-a do modelo educacional chinês, e por outro lado como tal movimento precipitou todo tipo de intervenção estrangeira que tensionaram até o ponto de fomentar um verdadeiro separatismo em Hong Kong. As Reformas educacionais, deram impulso inicial aos embates que se estenderam pelos próximos anos, gestando inclusive uma nova geração de “dissidentes” com destaque para Joshua Wong, que se destacou como um

³⁵ Para uma rápida avaliação de como as mídias ocidentais noticiaram o episódio:
BBC: Hong Kong debates “national education classes”
disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-19407425>>

quadro separatista de Hong Kong. A movimentação ora descrita dos acontecimentos em Hong Kong, tem ao nosso ver todas as características que são entendidas por Korybko (2018) como uma Revolução Colorida. Voltaremos mais à frente a tal debate, mas por ora é fundamental ressaltar os dois aspectos que aqui emergiram 1) A importância que os Aparelhos Ideológicos do Estado – Educacionais, tem para a estabilidade e para a própria reprodução social; 2) O papel que os outros Aparelhos -inclusive os repressivos- terão em assegurar a hegemonia de uma determinada classe.

No caso da China as respostas para os episódios de Hong Kong, envolveram determinadas mediações para arrefecimento dos protestos, ao passo que as reformas foram adiadas e reinseridas em outras movimentações mais sutis. Por outro lado, uma face de repressão foi necessariamente imposta aos protestos que passaram a ser dispersados e dissuadidos. A intervenção permanente se estabeleceu nos últimos anos, em um movimento que buscava garantir uma virada “ideológica” em Hong Kong, estabelecendo um controle do Estado chinês, dos Aparelhos de Estado operantes na ilha. Os desdobramentos mais recentes terminaram por reconfigurar os AIS – políticos, as próprias estruturas de funcionamento do Parlamento foram remodeladas em crescente alinhamento com o Governo Central de Beijing.

Para a China a construção de seus próprios Aparatos segue sendo uma tarefa premente. Organismos de regulação da atividade econômica, um sistema político integrado entre diversos níveis de conselhos que emergem desde os bairros, passando pelas cidades, distritos e províncias, até uma assembleia nacional. A presença quase universal do Partido Comunista Chinês nos mais diversos espaços de produção e reprodução da vida. A dinâmica entre sociedade civil e sociedade política na China carrega uma grande mostra da relação indissociável nas esferas superestruturais. O Partido irá figurar enquanto grande articulador das diferentes esferas, inclusive fazendo o papel de “articulador orgânico” entre base produtiva e superestruturas políticas-jurídicas, mas também os aparelhos ideológicos. A organização partidária se dá de forma que comitês de base estão instalados nos polos produtivos, quase na totalidade das empresas públicas e cooperativas, e num crescente número de empresas privadas. A legislação atual pressupõe que toda instituição pública ou privada com mais de três membros deve organizar um comitê de base do Partido. Tal legislação evidentemente se aplica para as atividades produtivas, embora para além das grandes empresas, a adesão a tal ferramenta ainda seja incipiente. No entanto a presença direta do partido não encerra o único mecanismo de articulação e direção política e ideológica, as agências reguladoras atuam conjuntamente com

as mídias, a educação e outras instituições que forjam a unidade ideológica nacional, forjando assim os instrumentos com os quais o PCCh exerce sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade chinesa. Em artigo recente, Xi ao discutir elementos da economia política marxista que hoje orientam o modo de produção na China, reforçava tanto as dimensões econômicas, leis de funcionamento como as duas formas de relação de produção hoje presentes: “At the same time, we must be extremely clear that our nation's basic economic system is an important pillar of the Chinese socialist system and the basis of the socialist market economy, and therefore the dominant role of public ownership and the leading role of the state sector must not change” (XI, 2020). Ao passo que também reforçava a necessidade de assimilação crítica dos êxitos ocidentais, mas separando de sua dimensão ideológica: “we must ensure that we do not mechanically copy the aspects of these theories that reflect the nature and values of the capitalist system or that are colored by Western ideology.” (XI, 2020). Tais postulados se mostram em consonância com as diretivas do último congresso do PCCh (XIX Congresso), A dimensão ideológica, moral, o papel da comunicação e reforço dos valores “socialistas centrais” apareceram com um grande destaque, associados ao papel dirigente do Partido nas diversas esferas. Sobre a relação entre comunicação e Ideologia Xi formula:

We will maintain the right tone in public communication, give priority to improving means of communication and to creating new ones, and strengthen the penetration, guidance, influence, and credibility of the media. We will provide more and better online content and put in place a system for integrated internet management to ensure a clean cyberspace. We will implement the system of responsibility for ideological work, and further consolidate our positions and improve management in this field. We will distinguish between matters of political principle, issues of understanding and thinking, and academic viewpoints, but we must oppose and resist various erroneous views with a clear stand (XI, 2017, pg. 37.)

Observamos aqui como alguns dos pressupostos acerca da Hegemonia e dos Aparelhos Ideológicos do Estado reverberam nas formulações do Partido Comunista Chinês (sistematizadas por Xi Jinping). A criação de novos meios de comunicação, elevação de sua penetração e credibilidade. A ideia de um sistema de responsabilidade ideológica. Os princípios aqui postos se articulam com o reforço da Hegemonia pelo Partido. Sobre o próprio partido e seus desafios para elevação da “Governança” ainda segundo Xi são reforçados como pontos principais : 1) Elevar a liderança geral do Partido; 2) Garantir a governança de Longo termo a partir do reforço dos ideais partidários e sua pureza e confiança; 3) Reforçar a disciplina, a teoria, organizações e instituições partidárias; 4) Elevar o combate a corrupção; 5) Fazer do Partido um partido marxista vibrante com amplo apoio popular, sempre a frente de seu tempo

com capacidade de superação de desafios e reformar-se (XI, 2017). Sob este prisma faz-se evidente o movimento continuado de criação [re]estruturação, dos Aparatos Ideológicos do Estado, o reforço do próprio partido, e sua necessidade incontornável para a reprodução das relações de produção na China.

CAPÍTULO III

3 AS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS ECONÔMICAS E TEÓRICAS NA CHINA

No capítulo anterior até o presente momento buscamos avançar num esforço teórico tanto de balizar as teorias, categorias e diferentes linhas de pensamento que circunscrevem nossa pesquisa. O debate sobre o Estado, sobre o imperialismo assumiram uma importância já destacada, assim como o debate acerca da hegemonia. Um outro fenômeno a ser observado é o processo das formulações teórico-práticas que foram gestadas na China após o início da construção revolucionária. Formulações essas que trataram de gerar novas respostas para muitas perguntas que sequer haviam sido colocadas até então. A primeira grande resposta foi a própria *Nova Democracia*, debatida anteriormente, que coloca em prática um princípio de Coalização de Classes não conhecido até então.

O processo revolucionário na China tratou de lidar com uma série de questões, desde a luta pela expulsão da invasão japonesa, até às disputas internas contra o partido nacionalista Kuomintang (KMT). Se a Nova Democracia foi a primeira resposta, à qual pergunta se colocava tal resposta? Essencialmente à questão do poder político. Uma vez que a classe trabalhadora e o movimento revolucionário “personalizado” no Partido Comunista Chinês (PCCh) avançava na conquista do poder político, cada vez mais afluía a questão de como construir uma nova forma de poder político compatível com o tamanho das demandas colocadas, que envolviam não apenas as disputas políticas e anticoloniais, mas também necessidades materiais gritantes, que forçaram a necessidade de um amplo projeto de modernização urgente. Assim estava em questão a condução e reconstrução da própria base econômica. Para tal projeto a primeira resposta fora uma Coalizão de Classes, expressa simbolicamente na bandeira da nascente República Popular da China. As quatro estrelas orbitam a estrela maior que representa o partido revolucionário, que dirigiria dali em diante o processo político no país.

Se no primeiro período após a tomada do poder o PCCh visava organizar uma nova forma estatal, com novas formas políticas e econômicas, no momento posterior as questões se viram muito mais voltadas à condução deste novo estado e novo modo de produção. O que na perspectiva de Losurdo (2004, p 142-145.) retirariam a China de uma primeira fase militar, anticolonial e antifeudal, e marcam sua passagem para o que o próprio Mao (1960) nos escritos

sobre a nova democracia colocava como a fase “Democrático Burguesa”, Losurdo (2016) qualifica essa passagem como a saída de um estágio “político-militar” para um estágio da construção político-econômica. Para o Losurdo (2004, pg. 144 e 145) o próprio Mao terá leituras contraditórias e terá abordagens diferentes para tal problemática. Sendo no período da Revolução Cultural a ênfase na contradição principal: o embate entre burguesia e proletariado. Num momento posterior a avaliação de Mao modificaria, trazendo a ênfase a outra contradição, o descompasso entre socialismo e atraso. A resposta aqui segundo Losurdo encontrada por Mao, será um reposicionamento do papel tático da burguesia na China, aprofundando-se sua expropriação política, mas mantendo seu papel no desenvolvimento econômico (das forças produtivas) sob direção do Estado socialista. Em outras palavras um rearranjo no Bloco Histórico. O autor vai assim insistir que as bases para alguns princípios norteadores da Reforma e Abertura de Deng Xiaoping, já estariam de fato postuladas sob Mao Zedong, em especial a partir das políticas estabelecidas ao início dos anos 70.

A passagem dos anos 70, com a retirada progressiva dos embargos econômicos, o reestabelecimento de relações diplomáticas da China com os EUA, movimento realizado no final da “era Mao”, mas ainda anterior às Reformas de Abertura, bem como a entrada da China na ONU, irão marcar o início de um longo e continuado processo de inserção da China na economia global. A China passa assim daquele momento em diante a se inserir no contexto mundial de modo cada vez mais integrado, porém de forma particular, ao adentrar no que Arrighi (2008) dentre outros chama de Sistema Mundo. Embora não tenhamos acordo conceitual com o debate acerca do sistema mundo, Arrighi (2008) capta com bastante qualidade o processo de “incorporação” da China a uma dinâmica mundial, na divisão internacional do trabalho. Enquanto processo específico a China perpassará o primeiro momento de seu desenvolvimento econômico sobre uma base nacionalizante e socializante em um contexto de guerra fria, isolamento do bloco capitalista e posterior isolamento do bloco socialista, chegando a um estágio de “duplo isolamento” nos idos dos anos 1960. Sua segunda etapa a chamada *abertura econômica da China* se situa no período que compreendemos como o da mundialização, seguindo a leitura de Osório (2014). Essa relação com o período da mundialização se dá, entretanto de forma bastante específica, guardando fortes contrastes com o padrão ocidental, dos países centrais. Para Arrighi (2008) a China se insere no período da mundialização de forma particular, e sua relação com os fluxos de capital internacional é completamente distinta daquela estabelecida por países capitalistas. A própria abertura da China

ao contrário do que diversas leituras apontam, teria como “atrativos” principais não a desregulamentação, o baixo valor da força de trabalho e o grande volume da mão de obra mas sim: “A característica mais atraente [...] foi a elevada qualidade dessa reserva [mão de obra] em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento”, essas são somadas para o autor a características: “de um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas direções, porém minando-o em outras” (ARRIGHI, 2008, pg. 357). Para tal autor é muito evidente o quanto o papel regulador e condutor do Novo Estado chinês no processo de desenvolvimento e acumulação, o que se distinguiria radicalmente do padrão estabelecido pelas economias capitalistas (em sua forma neoliberal), sobretudo as dependentes e subdesenvolvidas. A dimensão da (re)abertura ao capital é matizada por Arrighi, que diferencia retorno de capitais da diáspora chinesa, fugidos para Taiwan, Hong Kong, Cingapura etc., estes se diferenciariam do que o autor qualifica como “Capital Estrangeiro” que seria aquele do ocidente. Arrighi (2008) nega assim com veemência uma suposta adesão da China ao padrão político-econômico neoliberal, discussão à qual retornaremos mais tarde. Nogueira (2019) por sua vez se debruçou especificamente sobre o padrão de acumulação na era maoísta, e traz como grande balanço positivo os ganhos industriais vertiginosos, o estabelecimento da indústria pesada em todo território nacional, bem como a elevação dos níveis de vida, saúde, educação, moradia. A autora contesta as narrativas que consideram tal período como uma “antípoda” do ponto de vista de desenvolvimento, apontando como mesmo utilizando as estatísticas mais “pessimistas” a China teria experimentado um crescimento médio de 4,5 a 6,5% nos quase 30 anos sob direção de Mao.

A China de Deng Xiaoping passa por um processo contínuo e sistemático de reformas de abertura econômica, ou seja, a China que após sua revolução proletária de 1949 buscou implementar paulatinamente um projeto de nacionalização (ou estatização) de quase todos setores econômicos, em especial no período do Grande Salto para Frente e Revolução Cultural, inicia uma reformulação nas relações de produção dominantes, com uma reinserção/ abertura para o capital privado, porém em dimensões muito maiores do que as anteriores experienciadas durante a já aludida “Nova Democracia”. Esta espécie de “resgate e transformação” indicariam assim não uma ruptura, mas uma reformulação da orientação político-econômica da China. O Partido Comunista da China (PCCh) sob direção de Deng Xiaoping argumentava que as tentativas até então empreendidas no período maoísta, embora de rico legado e avanços, não

teriam dado conta do desenvolvimento das forças produtivas em escala necessária à China para superação de seus entraves econômicos, em especial no Campo e na indústria leve, na era da eletrônica. Deng pontuava ainda que as correlações de força a nível internacional, com o isolamento da China, e insuficiência dos esforços de integração até então postulados, tornaram ainda mais difícil a perspectiva de desenvolvimento da indústria sobre uma base totalmente socializada e eminentemente nacional. Assim como aponta Losurdo (2004) após a morte de Mao Zedong, o PCCh reformula fortemente a orientação econômica da China, buscando uma abertura econômica em Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), visando por um lado a entrada de capitais internacionais e por outro a reintegração da China no comércio mundial. Essa integração da China seria feita de forma controlada a partir das ZEEs que sob um rígido controle do Governo Chinês possibilitariam o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de uma espécie de NEP³⁶. Nas palavras do atual dirigente do PCCh Xi Jinping: “O socialismo com características chinesas foi criado no novo período histórico após a China implementar a política de reforma e abertura, mas, lastreado sempre no sistema básico do socialismo já estabelecido pela Nova China e na sua construção ao longo de mais de 20 anos. Apesar de grandes diferenças na construção do socialismo em aspectos do pensamento guia, diretrizes, políticas e trabalhos reais, essas duas etapas históricas não são isoladas nem contrárias uma à outra de jeito nenhum.” (XI, 2014).

Tanto para os dirigentes Chineses quanto para a interpretação de Losurdo (2004 e 2016) não existe uma real “ruptura” com o projeto político iniciado em 1949 com a revolução chinesa, nessa compreensão a política de *Frente Única* (ou coalizão de classes) com a burguesia nacional para desenvolvimento das forças produtivas já havia sido estabelecida e fomentada no início da revolução chinesa, ainda sob liderança de Mao Zedong, entretanto neste período havia uma *permissão/tolerância* de permanência e fomento apenas para a burguesia nacional, em especial setores da pequena e média burguesia, tendo sido a burguesia em seus setores monopolistas, esta sim alvo de um processo direto de confronto e expropriação. Losurdo reforça assim, que a visão de que existem provas inegáveis da restauração capitalista na China, devido a essa política de abertura para a burguesia: “[...] perde de vista o fato de que também na China de hoje há um descompasso entre o quadro econômico e o quadro político, e esquece a distinção,

³⁶NEP, ou Nova Política Econômica, foi uma proposta de economia mista criada nos primeiros anos da URSS, com objetivo de desenvolver as forças produtivas, mesclando a economia socialista com uma série de setores estatizados e setores capitalistas com participação de capitais privados e até mesmo internacionais.

que Mao já tinha conseguido fazer vigorar, entre expropriação econômica e expropriação política da burguesia.” (LOSURDO, 2004), tese que já expomos aqui anteriormente.

O comparativo entre essas análises traz à tona uma dimensão de continuidade entre o projeto iniciado em 1949 e as feições que a Formação Econômico Social da RPC assume após o início das reformas de abertura. Põe-se em questão portanto a premissa de que a reforma e abertura seria em realidade uma “Reforma e Ruptura”. Romper com tal visão nos coloca, entretanto em um desafio teórico delicado, avançar por um lado na interpretação das discontinuidades e das continuidades. A política externa chinesa é notadamente um dos pontos de inflexão que nos chamam atenção, o padrão de intervenção no que se convencionou chamar de “internacionalismo proletário” característico do período maoísta, que em certa medida se assemelhava, embora em diversos contextos tenha se oposto, ao modelo de política externa soviética, era caracterizado sobretudo por intervenções políticas diretas e declaradas em diversos países a partir de fomento de grupos revolucionários, especialmente em África (como Moçambique, Guiné-Bissau, Argélia e na Ásia, sobretudo no Vietnã (MLM, 2007). A própria presença massiva do exército popular de libertação chines na guerra das coreias, foi resultado direto das concepções então dominantes sobre a política externa e o internacionalismo então concebido.

É evidente o surgimento de uma inflexão na política externa chinesa do final da “era Mao” para o período posterior marcado pelas reformas e abertura. Tal inflexão, todavia tem início ainda durante o período Mao, com o avanço do movimento terceiro mundista, e o fomento de abordagens não militares-insurrecionais, o fomento de tal movimento levava adiante alguns dos princípios de não-intervenção e coexistência Pacífica (citados na página 13). Tal perspectiva seria cada vez mais reforçada no período da reforma e abertura. A política não intervencionista, ou a primazia da cooperação econômica *pragmática*, frente a política, marcam a política externa do período iniciado por Deng Xiaoping.

Remetendo ao debate entre *Terceiro-mundismo e internacionalismo proletário*, pretendemos resgatar fundamentais pontos de análise para avançarmos na compreensão da política externa chinesa e sua expressão mais atual, com a acentuada inflexão de uma política assertiva e ideológica, para uma política externa marcada pelo pragmatismo, de cooperação “win-win” mesmo entre pares opostos no plano político, econômico, estratégico. O formato de pragmatismo chinês levado a cabo no período Deng Xiaoping, como buscamos resgatar, se baliza ele próprio em alguns princípios de política externa pensados na era Mao por um dos

principais dirigentes chineses da época, Zhou Enlai, que ocupava um posto semelhante ao de ministro de relações exteriores. Mas emerge uma questão: se a própria era Mao gestou “duas linhas” de política externa tão diferenciadas entre si, transitando dos princípios de coexistência pacífica, para uma política externa incisiva, abnegada, de fomento a revoluções alhures, por vezes com dispêndio de recursos que se viam escassos para a própria classe trabalhadora chinesa, como compreender tal passagem? E ainda, posteriormente a escolha de um retorno e radicalização da abordagem da coexistência pacífica pelos governos que se seguiram após a morte de Mao Zedong e do próprio Zhou Enlai?

Tais mudanças não podem ser compreendidas numa abordagem a-histórica e que perca de vista o contexto geopolítico, econômico e as próprias transformações nas correlações de Força entre China, bloco socialista e bloco capitalista. Busquemos agora concentrar nesta primeira “transição”. Posteriormente retomaremos ao período atual onde uma nova inflexão de desenha no horizonte. No que Economy (2018) situa como a política externa da terceira revolução chinesa, àquela promovida por Xi Jinping. Ou no que Arrighi (2008) situa como a fase da crise de hegemonia dos EUA. E que aqui entendemos como o período de ascensão da China como polo contra-hegemônico.

3.1.1 O elemento nacional em questão

A União Soviética consolidou como subproduto de sua política externa um esforço de articulação internacionalista vigoroso até certo momento, a chamada Terceira Internacional Comunista. Não pretendemos aqui fazer um resgate histórico do que foi tal instrumento político, entretanto algumas colocações se fazem fundamentais. A Terceira Internacional possuía uma orientação internacionalista, ou seja, de pretensões de integração internacional entre movimentos revolucionários, tais pretensões trouxeram diversos frutos, como a organização de Partidos Comunistas por todo o mundo, reforço vertiginoso da luta política organizada entre as classes trabalhadoras dos diversos países. Entretanto, em paralelo ao avanço organizativo promovido pela Terceira Internacional, emerge uma grande questão: qual o papel a ser exercido pela nação? Pelas peculiaridades locais? O balanço crítico da experiência da Terceira Internacional aponta que houve um descompasso entre a orientação internacionalista e a orientação nacional. A “linha soviética” acabou por emergir em última instância como a linha a ser difundida. Contradições internas, somadas a uma conjuntura internacional desfavorável ocasionaram a desarticulação da Terceira Internacional (Komintern) e sua substituição pelo Kominform. Tal instrumento menos robusto e articulado também não superou os problemas e

contradições entre as “orientações” da URSS, e percepções dos movimentos locais em diversas nações. Tal elemento forja lentamente os primeiros cismas e fraturas entre movimentos revolucionários diversos, o que posteriormente irá culminar num verdadeiro rompimento entre a República Popular da China (RPC) e a URSS.

O movimento comunista chinês, desde antes de a tomada do poder pelo PCCh em 1949 possuía uma forte condicionante nacional, no sentido de defender uma construção política própria, orientada à luz das condições locais, frente à orientação oficial da URSS. A posição da URSS, mesmo com o fim da Terceira Internacional e a criação do “Kominform” continuou numa perspectiva de líder máximo, “Farol do movimento socialista”, assim, ainda antes da chegada dos comunistas chineses ao poder, aumentam as fissuras, com posicionamentos políticos diferenciados. A própria orientação oficial da URSS para a disputa do poder na China, se colocara vacilante frente à tomada do Poder pelo PCCh até as vésperas da revolução chinesa estourar. Buscando costurar por vezes alguns acordos com os Nacionalistas. A resposta do lado chinês foi o fomento de uma política (por ora interna) cada vez mais autônoma frente a URSS. Com o fim da segunda guerra mundial, e a conformação das novas correlações de força internacionais, o ascenso da revolução chinesa, é obviamente saudado pela União Soviética, entretanto as diferenças de compreensão da condução dos caminhos da revolução e da condução da política interna e externa dos países socialistas passará por fissuras cada vez mais marcadas.

A conferência de Yalta traça ao mesmo tempo a demarcação de uma nova fase nas correlações de forças internacionais, posicionando EUA e URSS como duas maiores potências políticas e militares do mundo, mas internamente no bloco socialista. Tal conformação trará ao mesmo tempo certas esperanças com relação a URSS, mas também crescentes divergências. Mao Zedong e Stalin têm por exemplo enormes divergências referentes à questão de Taiwan, à questão da criação de uma força naval chinesa e outras questões que emergem à época. A própria concepção da relevância da questão nacional é motivo de desacordos. Losurdo reforça que a “maior vitalidade da RPC” tem dentre elementos centrais a forma que Mao soube levar à questão dos “camponeses e das minorias nacionais” bem como a “persistência da questão nacional, mesmo depois da conquista do poder pelos comunistas e operários” (LOSURDO, 2004, pg. 57.) Tais divergências são sintetizadas por Copeland, que aponta que a própria relação entre o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o PCCh se mantém frágil até a tomada do poder pelos comunistas chineses. Copeland ressalta como mesmo durante a guerra civil chinesa de 1945 até 1949 a ajuda soviética ao PCCh fora tímida, ao passo que a União Soviética

continuava a negociar com o Governo Chinês e o Partido Nacionalista -Kuomintang-, e que apenas após 1949 com a ida de Mao Zedong à Moscou teriam “aquecido às relações entre os movimentos comunistas chinês e soviético (COPELAND, 1975).

As diferenças de compreensão do papel da questão nacional entre China e URSS seguem distintas, o que mais tarde irá fomentar uma diferenciação do movimento terceiro mundista, para aquela política externa marcada pela terceira internacional. No entanto ainda fica uma questão em aberto: a concepção de questão nacional na própria China também passa por algumas modificações ela própria? Ou teríamos observado apenas ajustes na política externa? Quanto à concepção difundida largamente no ocidente de que hoje a orientação da política chinesa seria um nacionalismo de tipo chauvinista, ou seja um nacionalismo agressivo, contra outros grupos étnicos e outras nações, Losurdo (2016) faz observações contundentes: em primeiro lugar a de que o nacionalismo sempre teria sido um elemento forte no movimento comunista chinês, segundo; para o autor essa compreensão remove onexo entre emancipação nacional e emancipação social fortemente presentes no marxismo e no leninismo, visão presente em Mao Zedong e também em Deng Xiaoping, e por último; este tipo de concepção não define, ou define de forma incorreta a categoria de nacionalismo. Assim o autor aponta: “Existe uma diferença entre a defesa da independência e dignidade nacional e um nacionalismo exaltado e agressivo? Apesar de alguma semelhança, as posturas são radicalmente diferentes, a primeira é universalizável e a segunda não” (LOSURDO, 2016).

Seguimos assim, a perspectiva apontada, a de que a China embora transite entre diferentes estágios e padrões de política externa, essa segue balizada pela mesma compreensão da questão nacional. A grande mudança se dá em como a China lida com as condicionantes da esfera internacional, que a fazem transitar entre uma política externa de não intervenção no primeiro momento, para uma política de aberto fomento de revoluções, em disputa direta com a URSS por polos de influência. As mudanças na política externa Chinesa ocorrem ao passo que novas mudanças internas emergem. Emerge assim de forma mais evidente uma relação dialética entre política externa, e política interna. O período de internacionalismo radical em disputa ao modelo soviético, é marcado também por uma situação de duplo isolamento da China, na qual de um lado avança o isolamento frente ao bloco socialista de orientação soviética, e avança o isolamento frente ao bloco capitalista, tal situação se provará insustentável no início dos anos 1970, fase que marcará uma *nova inflexão* na política interna e externa chinesa.

3.1.2 Os Caminhos da Reforma e Abertura

Se os anos que se seguem à morte de Mao Zedong marcarão transformações radicais na política interna e externa da China, também é verdade que os “humores” de transformações, e em certa medida as bases da Reforma e Abertura, se avizinham no horizonte ainda no final da era Mao. O processo de duplo isolamento da RPC, trará como resultado uma deterioração nas condições materiais de vida da população Chinesa. Tal processo se assoma à dificuldade que os dois grandes projetos de “transformação estrutural”, a saber, o Grande Salto a Frente e da Revolução Cultural, tiveram em promover algumas das modificações às quais se propunham, seja na base produtiva chinesa, ou nas superestruturas e na esfera ideológica. Estes projetos tinham como pano de fundo um grande objetivo, o de gerar uma modernização acelerada que a China necessitava, para superar simultaneamente o isolamento do bloco socialista e do bloco capitalista. Fazemos aqui um balanço positivo destas experiências, ao mesmo tempo em que reconhecemos seus limites.

O Grande Salto a Frente, consegue objetivamente lançar às bases de uma produção descentralizada, impulsionando a criação de cooperativas, e pequenas produções socializadas, que dentro do espectro dos chamados “planos quinquenais” subsidiaram a consolidação da indústria pesada na China. A revolução cultural promove a partir da mobilização de massas, transformações radicais na educação, alavancando enormemente a educação básica, e gera também um movimento impulsionador no desenvolvimento das Forças Produtivas, gerando um crescimento econômico forte. Entretanto o “gap” entre as zonas urbanas e o campo e também entre a China e os países centrais continuou extremamente largo, e cresceu em determinados sentidos. As dificuldades em acessar e desenvolver endogenamente tecnologias associadas à terceira revolução industrial, como a eletrônica, robótica e computação, bem como a dificuldade em resolver o problema de abastecimento interno de alimentos e commodities, elevar a produtividade do trabalho sobretudo no campo, se mostraram cada vez mais latentes, assim o processo de duplo isolamento objetivamente mostrou um entrave para que a China ultrapassasse aquele determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Losurdo (2004) o pacto social construído em 1949 mostrou ali seus limites, o que gerou a necessidade histórica do estabelecimento de um novo pacto social, ao qual Deng Xiaoping se propõe a conduzir.

Apontamos previamente que concordamos com a compreensão de que as bases da industrialização e desenvolvimento chinês, foram de fato lançadas na era maoísta, a criação da

indústria pesada, a elevação vertiginosa dos níveis educacionais e instalação de um sistema básico de saúde, promoveram os níveis de vida da população chinesa, de forma a forjar uma ampla mão de obra qualificada. A população chinesa dobra de tamanho na era Mao a expectativa de vida faz um movimento semelhante. Entretanto, como ressaltamos algumas vezes o processo de isolamento somado às dificuldades internas, o elevado grau de descentralização da indústria, dificuldades logísticas e outras questões, estabelecerão cada vez mais entraves ao desenvolvimento tecnológico, que se soma a catástrofes naturais que criarão dificuldades materiais crescentes, em especial situações de fome e carestia. Tal situação leva à um início ou prelúdio do processo de abertura ainda sob direção de Mao Zedong, que contará com a contraditória reaproximação com os Estados Unidos. Sobre esta reaproximação Copeland afirma:

“Although the Chinese CP continued to attack U.S. imperialism during the rest of 1969 and through 1970 and 1971, particularly in relation to Vietnam, they were apparently planning a new turn in foreign policy. In the latter part of this period, they held a number of secret meetings with U.S. Secretary of State Henry Kissinger — a fact that was later widely publicized (COPELAND, 1975)

Tal reaproximação culminou com a visita do presidente dos EUA Richard Nixon à Beijing em 1972, que sela o reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Fica evidente o processo contraditório que acontecia no interior da China. Se por um lado na política interna e externa continuava evidente uma contradição de classe gritante entre a China e os Estados Unidos, com projetos políticos e econômicos radicalmente distintos, por outro lado o processo de duplo isolamento, fazia com que a China precisasse buscar formas de aliviar a pressão exercida pelo isolamento. Apenas observando estes elementos faz-se possível compreender essa movimentação contraditória levada à cabo pela China. Destacamos anteriormente que tal movimentação tem início ainda no período maoísta, isso não significa dizer que a Reforma e Abertura, tal qual conhecemos é um produto direto da era Mao, entretanto observamos que não existe uma ruptura nos moldes que diversas análises pretendem encontrar, há na verdade um processo contínuo de adequação à realidade social concreta chinesa e às transformações geopolíticas mundiais, objetivamente não é possível prever num esforço contrafactual os rumos que as reformas teriam tomado sob Mao, mas arriscamos afirmar que o processo já se avizinhava ainda durante a liderança de Mao Zedong, e fica evidente como uma série de mudanças no sentido da abertura já tomavam forma.

A compreensão da conformação atual modo de produção na China segue complexa, e embora não seja o cerne de nossa pesquisa, é impossível contornar essa discussão, sem explorar alguns elementos estruturantes, e que nos possibilitem uma chave de leitura para a política externa chinesa. As transformações trazidas pela reforma e abertura geram assim uma complexificação e um novo cenário na dinâmica interna e externa da China. Por um lado, a abertura deu espaço para uma crescente presença de empresas transnacionais na China, e em alguma medida certa “ocidentalização da cultura chinesa”, por outro lado, o controle político do PCCh não parece em absoluto, ter sido abalado, mesmo após colapso monumental do campo socialista após a implosão da União Soviética. E assim o controle estatal da economia, bem como os planos quinquenais e diversos elementos da planificação seguem presentes, embora convivendo com uma conflituosa e contraditória presença do mercado. Notamos que embora a China busque maneiras de vincular “organicamente” o mercado ao modo de produção socialista, no que os chineses concebem como “socialismo com características chinesas”, tal esforço não poderia produzir uma vinculação totalmente orgânica a partir das próprias contradições envolvidas entre a planificação estatal e o mercado, e no seio das relações de produção. Sobre esta dinâmica contraditória é particularmente elucidativo o debate feito por Preobrajensky (1979) sobre o embate entre os dois reguladores em uma economia de transição, o regulador da Lei do valor (mercado) e o regulador do princípio da planificação, nos deteremos mais a frente com um pouco mais de profundidade nesta análise. Para Souza (2007), no entanto, as evidências apontariam no sentido de uma restauração capitalista na China, basicamente consolidada. Desde o Governo de Deng Xiaoping a visão de desenvolvimento econômico teria levado ao aprofundamento das relações capitalistas, tendo voltado a existir a estratificação de classes a partir da dominação do capital. A Reforma e Abertura estabelecida no período Deng representaria a adoção de mecanismos capitalistas, cada vez mais impregnados na estruturação e funcionamento da economia da China. A essa visão se soma a compreensão de que: Estruturas do partido, das empresas estatais e coletivas tem autoridades que se empenham em ganhos pessoais, formando uma “acumulação primitiva de capitais.” Acumulação esta que contribui para a diferenciação social e criação de classes privilegiadas, novos capitalistas e de despojados, os trabalhadores (SOUZA, 2007).

Nossa concepção diverge fortemente da perspectiva traçada por Souza, no entanto é parte importante do processo de pesquisa analisar as diferentes vias teóricas de compreensão de nosso objeto. Consideramos que a questão da inserção dos “mecanismos capitalistas” é um

fato concreto, entretanto fato que se subscreeve numa dinâmica de subordinação aos mecanismos socialistas. A discussão sob o controle da economia segue incontornável, e guarda relação estreita com a dinâmica da política externa e geopolítica.

O controle da economia na China definitivamente é uma discussão em aberto, mesmo em relação ao aumento ou diminuição dos mecanismos de controle estatal, versus mecanismos de mercado existem visões divergentes. Para Souza: “[...] a China deslocou-se e desloca-se cada vez mais, do ponto *A* – política, planificação, gestão da economia em mãos, sobretudo, do Estado, na tentativa de construção do socialismo – para o ponto *B* – liberdade e dominação do capital privado, quanto a decisões de investimentos, produção e processo de trabalho” (SOUZA, 2007). As divergências se mostram mais evidentes após a Crise de 2008, marco temporal fundamental a esta pesquisa, a partir do qual se observa que a China passa a assumir uma política muito mais assertiva e sob determinado prisma mais agressiva, tanto na economia local quanto internacional. Ao nosso ver essa política mais assertiva se desenha especialmente a partir de um reforço dos mecanismos de controle estatal, e da base socializada da produção. O cenário pós a crise mundial de 2008 traz transformações pronunciadas, o processo de desaceleração (e até mesmo recessão) da economia mundial faz cair a demanda por importações da China, o que impacta diretamente a economia privada, vez que internamente o setor privado é o mais ligado às exportações. Deste modo, com a crise inicia-se, ou melhor se “ensaia” uma fuga de capitais da China para outros países da Ásia com menor regulamentação e menores custos da força de trabalho. O processo de aumento constante de salários e a pressão por melhores condições de trabalho estariam em tese contribuindo para afugentar as empresas da China, o que produziria tal fuga de capitais. Houve certa especulação nestes termos, entretanto afirmamos que houve no máximo um ensaio, o que se observa de fato é que por um lado, os ganhos de produtividade, e os ajustes logísticos, continuam mantendo a China como um solo extremamente fértil para a atividade industrial, inclusive a atividade privada, e por outro lado, o governo chinês preparou uma reestruturação macroeconômica de níveis vertiginosos, deslocando o padrão de produção da China de um modelo orientado para a exportação, para um modelo cada vez mais voltado para o mercado interno, e orientado para os serviços, o que não representa no entanto uma desmobilização da produção industrial, nem do investimento pesado em capitais produtivos, tampouco uma desarticulação dos setores exportadores. Estes passarão no entanto a corresponder paulatinamente a uma fatia menos dominante da economia chinesa.

Em momentos de crise econômica o Capital tem seus próprios mecanismos de regulação, destruição de capitais menos competitivos, e a intervenção do Estado em sua forma neoliberal vem sendo também crucial na radicalização da desregulamentação trabalhista, mas também do fluxo impetuoso de capitais financeiros. Harvey (2013) coloca os “Spatial fix” ou ajustes espaciais como um mecanismo importante mobilizado pelo capital para conter tais crises. Tais ajustes contariam precisamente com medidas como o deslocamento territorial de polos produtivos, a fim de possibilitar novos ciclos de acumulação de Capital. A partir dessa ótica percebe-se nitidamente como o caso chinês caminha no sentido oposto de tal ajuste espacial. As intervenções do estado, as respostas dos organismos de planificação têm precisamente garantido que a despeito da conjuntura de crise econômica (ainda agravada após a crise pandêmica em 2020) os ajustes promovidos no interior da China, são estranhos aos “Spatial fixes” da lógica do capital, e tem impedido a destruição de infraestruturas, e as políticas de terra arrasada de cunho neoliberal que tomam forma no mundo capitalista.

É neste cenário que o PCCh aposta num amplo programa de desenvolvimento do setor estatal, com processos de aquisições, fusões, e até mesmo expropriações, em setores que a atividade privada deixou de ser estratégica. Economy (2018) faz um debate importante sobre o processo de “reforma” das SOEs (State Owned Enterprises), ou empresas estatais, na China, e dentre os principais resultados dessa análise está o de que ao contrário do que muitos discursos oficiais apontam, a “desregulamentação” e redução do setor Estatal, não encontram correspondência real na China. Observa-se sobretudo como a China segue apostando num jogo contraditório e com um esforço retórico de “seduzir” o capital internacional e relações diplomáticas estáveis com o bloco capitalista ocidental, a partir de reformas pontuais, e “mecanismos nebulosos de controle” como apontados por Economy (2018). A autora Elizabeth Economy (2018, pg. 98-100) dialoga com outros autores numa análise acerca das guinadas estruturais propostas pelo governo Xi Jinping no terceiro pleno do congresso do PCCh em 2013, e estabelece uma contradição principal: O governo se propõe a elevar o papel do mercado para um papel decisivo, saindo do papel até então estabelecido como “básico” para a alocação de recursos. Gerando assim uma guinada mercadológica na economia chinesa, entretanto um compromisso aparece ao lado deste: a consolidação e avanço da economia pública e estatal enquanto liderança da economia chinesa. Economy situa aí uma contradição incontornável, posicionando-se notadamente ao lado das perspectivas reformistas pró-mercado, mas ressaltando como o que emerge é na prática uma retórica “pró-mercado” e uma política

econômica objetivamente mais alinhada ao Estado e à propriedade pública, utilizando assim uma expressão irônica de que as reformas pró-mercado seriam “Trovões barulhentos e pequenas gotas de chuva”

Assim o estado segue nitidamente como um ator político determinante na China, de forma completamente diferente do observado nas economias ocidentais, não apenas reforçando o papel regulador, mas o próprio papel de agente econômico nos diversos ramos, sejam nos setores produtivos, industriais, construção, tecnologias, insumos, como nos setores financeiros. Elizabeth Economy observa assim com certo pesar o movimento do estado de garantir o seu papel decisivo, apontando:

The seeming paradox in the Third Plenum statements between the claim that the Market would play ‘a decisive role’ and the pledge to ‘persist in the dominant position of the public ownership’ has apparently been resolved in favor of the state. Despite the early promise of radical reform, SOE reform has been distinguished by a deepening of the already robust role of the party and the state in SOEs, and limited opportunities for efficiency gains through privatization, competition, or bankruptcy (ECONOMY, 2018, pg. 118.)

Avaliamos nos mesmos termos o resultado das políticas de reformas iniciadas na “era Xi Jinping”, período ao qual Economy situa como a “Terceira revolução chinesa”. Embora ainda seja bastante discutível a profundidade das transformações que emergem desde o ascenso de Xi Jinping ao mais alto posto do PCCh, o de Secretário Geral, é cada vez mais evidente que mudanças cada vez mais fortes tomam forma, na esfera econômica, política e ideológica. O processo de aprofundamento do poder do Estado, e por conseguinte do Partido Comunista da China, bem como das empresas públicas (SOEs), terá rebatimentos nas diversas esferas da política externa chinesa, é notável como a própria noção de “cooperação estratégica”, difundida pela China como um valor em suas relações bilaterais com outros países, e sobretudo suas relações com os capitais estrangeiros, se mostra como uma relação muito mais complexa, onde a cooperação de fato pode existir em uma série de níveis, sendo no caso da relação com os capitais privados uma “cooperação” onde a lógica ganha-ganha (win-win cooperation) vigora aos olhos de Economy ao contrário. A autora aponta concordando e citando um analista do mercado chinês que: “The belief by foreign companies that large financial investments, the sharing of expertise and significant technology transfers would lead to an ever-opening China Market is being replaced by a boardroom banter that win-win in China means China wins twice” (ECONOMY, 2018, pg. 142.). Não ficam aqui margens para segundas compreensões, a

cooperação entre a economia chinesa, sobretudo o Estado chinês, e os capitais estrangeiros, significam uma vitória dupla da China.

Nestes termos apontamos seguindo os passos de Arrighi (2008) que a China caminha na contramão das reformas Neoliberais, reforçando não apenas o controle estatal, mas todo o aparato de seguridade social. Arrighi destaca como mesmo entre intelectuais de esquerda a visão da China aderindo ao receituário liberal, pairou por certo tempo, leitura da qual discorda drasticamente, o autor destaca assim: “Deng Xiaoping, por exemplo, aparece em destaque, ao lado de Reagan, Pinochet e Thatcher, na capa de *A Brief History of Neoliberalism*, de David Harvey³⁷ e um capítulo inteiro do livro é dedicado ao neoliberalismo “com características chinesas.” Arrighi contrapõe essa ideia trazendo elementos de como as reformas na China, fugiam ao receituário do Consenso de Washington, e mesmo ao escutar alguns conselhos do Banco Mundial, o fazia sempre pautado nos interesses nacionais Chineses. Assim o autor vai destacar como a abertura para os capitais estrangeiros se dá apenas sob tutela do Estado, em condições planejadas, nas quais se considere que os interesses nacionais fossem atendidos, o autor destaca um episódio no qual: “No início da década de 1990, [o governo chinês] informou sem muita cerimônia à Toshiba e a outras grandes empresas japonesas que, a menos que levassem consigo os fabricantes de peças, não precisavam nem se incomodar em mudar para o país” (ARRIGHI, 2008). Numa mostra evidente que não estavam abertas negociações para transformar a China em um setor de montagem, como as famosas “maquilarias”. Para Arrighi em realidade as principais reformas não teriam sido a privatização e desregulamentação conforme advogava o Consenso de Washington, mas sim: “[...] A exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas” (ARRIGHI, 2008, pg. 362). Para o autor a concorrência teria promovido um “declínio acentuado da participação das Estatais com relação ao período 1949-1979.”, entretanto o papel do Estado enquanto agente econômico teria continuado extremamente alto, seja na regulação, seja no estímulo de setores estratégicos, ou no fomento da educação superior e construção de infraestruturas (ARRIGHI, 2008). Tal avaliação vem conforme apontamos, diametralmente oposta à tese de uma adesão da China ao neoliberalismo. Essa tendência é reforçada por Amin

³⁷ É importante destacar que David Harvey, embora em trabalhos pretéritos tenha feito uma análise bastante questionável sobre aspectos da política macroeconômica chinesa, vem fazendo análises melhor fundamentadas, e em intervenções recentes em palestras mostra uma transformação considerável em suas reflexões acerca da China, e do papel exercido pela China precisamente no contraponto ao Neoliberalismo.

(2013), que ressalta o aspecto dos avanços sociais na China, com a reconstrução da previdência pública e do atendimento público de saúde. Associados a um gigantesco processo de urbanização planejada e estratégias de desenvolvimento regional associados aos planos quinquenais, dando destaque à inexistência de processos de favelização no território chinês em contraste com os países do terceiro-mundo, ou em desenvolvimento.

Uma outra expressão da centralidade do Estado na China, pode ser observada no sistema financeiro chinês. Segundo relatório do Banco de Reserva da Austrália³⁸ em 2012 a participação de bancos estrangeiros na China assomava apenas 2% do total dos capitais financeiros em solo chinês, sendo a maior parte oriunda de Hong Kong, que conta com um sistema político-econômico diferenciado e bem mais aberto à presença da propriedade privada e dos capitais internacionais. Este mesmo relatório aponta ainda, que a maioria dos bancos ativos em solo Chinês são de controle do Estado, no entanto, existe também espaço para o controle privado de parte das ações em alguns deles, através das listas de ações na bolsa de Hong Kong. Tal medida serve dentre outros propósitos, ao fomento da chegada de novos capitais à China, que como observado até aqui, uma vez na China, passam a ser submetidos à uma lógica distinta do processo de financeirização e especulação.

O sistema financeiro da China, não apenas demonstra uma solidez, e uma forte base nacional, mas passou por um crescimento exponencial. Em notícia divulgada pelo Financial Times³⁹ aponta-se que em 2017 a China teria ultrapassado a União Europeia, e agora passara a possuir o maior sistema bancário do mundo. Ainda segundo o Financial Times, diferente de outras economias desenvolvidas a China apostara em investimentos para financiar infraestrutura, através da política dos bancos estatais como o Banco de Desenvolvimento da China (CDB). Neste sentido, observa-se que a tendência de controle estatal no setor financeiro cresce a passos largos. Tal fenômeno nos faz voltar as interpretações de Osório (2014) quando o autor coloca a centralidade do Estado no processo de mundialização dos capitais, como agente último de sua expansão para além das fronteiras nacionais, mas como garantidor de seu retorno e “porto seguro”. A centralidade do Estado na China não é isenta de debates e polêmicas, sobretudo sobre suas características e seu papel político. O caráter de classe desse processo de

³⁸ Reserve Bank of Australia: *The Chinese Banking System*. Disponível em: <<https://www.rba.gov.au/publications/bulletin/2012/sep/pdf/bu-0912-7.pdf>>. Acesso em 11/12/2017

³⁹ Financial Times: China overtakes eurozone as world's biggest bank system Disponível em: <<https://www.ft.com/content/14f929de-ffc5-11e6-96f8-3700c5664d30>>. Acesso em 12/12/2017

acumulação e desenvolvimento, ou “acumulação primitiva socialista⁴⁰” segue “em aberto”, mas até então como observamos até aqui com uma tendência socializante, sob direção proletária. Este processo de acumulação e transformação das forças produtivas segundo Amin (2013) teria sido necessário, para se poder escapar do ciclo de estagnação que foi fatal à URSS e causava fortes impactos na China. Assim não por acaso a abertura da China para os capitais estrangeiros e a propriedade privada com as Reformas de Abertura de Deng Xiaoping (a partir da década de 80, mas principalmente de 90), coincidiu com o colapso da URSS e o período do neoliberalismo globalizado. Assim teria sido largamente justificada a adoção do que Amin chama de “Socialismo com mercado”, que viria demonstrando um desempenho fenomenal em cumprir as metas dos planos quinquenais, desenvolvendo as próprias forças produtivas radicalmente, rompendo a esfera do que chamamos de “duplo-isolamento” seguindo a leitura de Losurdo (2004) e das dificuldades internas no desenvolvimento das Forças Produtivas aqui ressaltadas.

3.1.3 Do Marxismo Clássico ao Marxismo Chinês contemporâneo

A fim de prosseguirmos nossa investigação, acreditamos que é necessário aqui um movimento de resgate de alguns dos pressupostos fundamentais da tradição marxista. Tal resgate nos possibilitará buscar os nexos entre o que conformou enquanto marxismo hegemônico na China e a plataforma teórico-conceitual do marxismo clássico.

A tradição Marxista tem desde suas origens como veio central de toda sua produção teórica, a relação indissociável entre teoria e prática. Esta se consolidou, portanto, como uma forma de produção do conhecimento engajada na transformação da realidade. A análise materialista-histórica e dialética, se pretende, portanto a não apenas apreender os movimentos históricos concretos, mas também transformá-los (MARX e ENGELS, 2007). Na China revolucionária, as transformações empreendidas política, econômica e ideologicamente, fizeram o marxismo ascender ao poder do Estado, ao controle de uma economia centralizada e mesmo à direção cultural e ideológica. Dentro dessa perspectiva buscamos neste momento observar como a experiência revolucionária chinesa, tem se apropriado, aprofundado e ou transformado as concepções marxistas, focando agora especialmente no período posterior às grandes reformas dirigidas por Deng Xiaoping, com início em 1978.

⁴⁰Sobre este padrão de acumulação utilizaremos a leitura de Preobrajensky, que será introduzida adiante.

3.1.4 O pensamento Marxista Clássico e a revolução socialista.

Para abrir esta discussão é fundamental abordar inicialmente a concepção de um “Marxismo Clássico”, esta tese amplamente difundida pretende estabelecer uma separação epistemológica entre os autores primordiais do Marxismo, ou seja, Marx e Engels, e os outros pensadores de peso dessa tradição que vieram num período imediatamente posterior (ou contemporâneo) dos pais do marxismo, como Lenin, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Hilferding, Preobrajensky, Bukharin entre outros. Muitas obras trataram do que seria o pensamento clássico do marxismo, como Anderson (1976) que baliza não apenas o pensamento marxista clássico, mas também o que chama de marxismo ocidental.

O pensamento marxista clássico seria, portanto, aquele com correspondência mais imediata ao pensamento legado por Marx e Engels, para Anderson (1976) os primeiros seguidores ou continuadores seriam Mehring, Kautsky, Plekhanov e Labriola, sendo seus escritos uma tentativa mais ou menos direta de continuação do pensamento de Marx, e mais especificamente Engels, com o qual estes estiveram em contato direto. Estes pensadores não apenas continuaram o pensamento marxista -materialista histórico-, no sentido de seguir apenas nas direções já apontadas, mas também buscaram expandir a concepção materialista da história para áreas nas quais este ainda não tinha se debruçado como arte e literatura. Anderson (1976) vai apontar ainda como estes primeiros pensadores se formam num período de relativa calma, mas que com a aproximação da primeira guerra mundial, a elevação das tensões entre as potências imperiais, trouxe consigo uma “explosão” nos estudos embasados no marxismo, tendo assim surgido expressivos autores como Lenin, Luxemburgo, Trotsky, Preobrajensky e Bukharin, sendo os dois últimos considerados por ele como produtos tardios desta mesma leva de pensadores.

A tradição clássica pode ser apontada portanto como aquela onde as bases epistemológicas da concepção materialista histórica foi construída, tanto em seus termos conceituais, quanto nas primeiras grandes obras que articularam este arcabouço teórico, produzindo enormes estudos das condições materiais objetivas, seja do capitalismo na sua forma mais geral, buscando desvendar os diversos mecanismos que possibilitam o funcionamento do capitalismo e quais suas condições de reprodução, seja do colonialismo e sua relação com a acumulação capitalista, estudos práticos das condições econômicas e da luta de classes da Inglaterra, da Rússia, Alemanha e assim por diante. Assim neste primeiro período, que se convencionou a chamar de clássico, se lançam as bases do marxismo, tendo os

continuadores imediatos (Lenin, Kautsky, Preobrajensky etc.) avançado na compreensão das transformações na sociedade em especial a partir da monopolização e do imperialismo.

No escopo do pensamento marxista clássico as emergem discussões sobre algumas categorias e processos fundamentais, como Forças Produtivas, Relações de Produção e Colonialismo tinham grande relevância, porém foi legado aos autores mais tardios do que chamamos aqui de tradição clássica, adentrar a uma discussão que consideramos fundamental nesta pesquisa: a do Imperialismo, enquanto modo de ser específico do capitalismo. O imperialismo conforme já discutido anteriormente se concebe marcado pela monopolização dos capitais, pela dominância do poder econômico do capital que subjuga completamente o Estado aos seus interesses, tornando em última instância o Estado capitalista (imperialista) em um grande garantidor e patrocinador da expansão mundial do capital monopolizado, seja na esfera política, econômica ou territorial. Para essa compreensão mobilizamos nesta investigação principalmente Lenin (2012). Em uma importante obra de síntese do pensamento marxista clássico acerca do imperialismo Santi (1984) retoma algumas das teorias que inspiraram Lenin, tendo Hilferding, Bukharin e Luxemburgo exercido papel de destaque. Não cabe aqui adentrar nas minúcias deste debate, apenas salientamos que a despeito de determinadas divergências, existe entre estes uma convergência na compreensão do imperialismo enquanto modo de ser do capitalismo que tomava corpo, tendo Lenin se apoiado bastante em Hilferding especialmente na sua pesquisa empírica, mas avançado no aprofundamento teórico das características imanentes ao imperialismo, balizando assim a mais completa teoria acerca do imperialismo.

A compreensão do imperialismo tem para nós centralidade, pois é precisamente a partir das condições específicas do imperialismo, que vão surgir não apenas no âmbito teórico, mas no âmbito da luta de classes, vão se materializar as primeiras expressões do movimento revolucionário que levam “às últimas consequências” as teorias marxistas, concretizando assim as primeiras revoluções de caráter socialista. Lenin que já aparecia como uma figura teórica importante, passa a ser o principal dirigente do processo revolucionário na Rússia, que se dá no seio da primeira guerra mundial, qualificada por ele como a primeira guerra imperialista. Assim as revoluções socialistas surgem já em sua primeira expressão envoltas nas contradições de uma sociedade regida pela forma imperialista. Portanto temos aqui uma primeira demarcação fundamental: o embate do novo modo de produção que surge -o socialismo-, se dá contra o capitalismo em sua forma imperialista.

3.1.5 Forças Produtivas e Relações de Produção: uma tortuosa centralidade na teoria e nos processos revolucionários

Marx e Engels (2016) não hesitam no Manifesto do Partido Comunista em declarar: “Toda história da sociedade humana, até os dias atuais, é a história da luta de classes” esta história da luta de classes tem em seu seio a história da dinâmica conflituosa entre Forças Produtivas e Relações de Produção, sendo o próprio desenvolvimento da história humana fruto deste constante embate, a luta de classes seria portanto a “roda da história” que se movimenta a partir do desenvolvimento -e conflito- das Forças Produtivas e Relações de Produção. Esta abordagem metodológica chamada de compreensão materialista da história traz, assim, uma centralidade nas Forças Produtivas e Relações de Produção. Entretanto, cabe reforçar que ambas são compreendidas como base material de um produto social e não atoa diversas vezes estas são colocadas como Forças Produtivas Sociais e Relações Sociais de Produção.

Colocadas em seu devido destaque, a dinâmica entre Forças Produtivas e Relações de Produção assume em sua forma histórica um caráter contraditório, acirrado, conflitivo, mas em certos momentos históricos também de cooperação ou confluência. Marx (2013) discute no Capital como do ponto de vista histórico a ascensão do Capitalismo enquanto modo de produção dominante se dá a partir de um longo processo de acumulação de capitais, um processo de transformação das Forças Produtivas, que saem de sua base manual e rudimentar, com forte dispersão e lenta transformação tecnológica, sendo o avanço da manufatura, das cooperativas e a posterior mecanização, elementos fundamentais para a consolidação do novo modo de produção. As Forças Produtivas não compreendem apenas um conjunto de técnicas e tecnologias, mas também a própria organização societária, organização do trabalho e os aportes intelectuais que possibilitam suas transformações. Referindo-se a Força Produtiva do trabalho Marx (2013) aponta: “Essa força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras, pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais” (MARX, 2013, pg. 118)

As Forças Produtivas se desenvolvem sempre com base em determinadas Relações de Produção, como a propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado, que aparecem enquanto relações específicas do Modo de Produção capitalista. Acerca da dinâmica entre essas duas determinações no período capitalista onde se consolidara a grande indústria, Marx e Engels (2007) apontam: “[...] Ela [Grande Indústria] produziu uma massa de forças

produtivas para a qual a propriedade privada tornou-se um empecilho, tanto quanto o fora a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento rural para o artesanato que progredia. Essas forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada.” Aqui fica muito claro uma compreensão sempre presente no pensamento dos autores: A dinâmica entre as Forças Produtivas e Relações de produção é contraditória, e ora se colocam uma a serviço da outra, promovendo um desenvolvimento, e ora se colocam enquanto entrave, forçando assim transformações no interior do Modo de Produção, sendo este último, uma síntese das duas.

Quanto a estas contradições serem as forças motrizes das mudanças no Modo de Produção, Marx e Engels (2007) não deixam dúvida e apontam:

Essa contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio, que como vimos, ocorreu várias vezes na história anterior sem, no entanto, ameaçar o seu fundamento, teve de irromper numa revolução em que a contradição assumiu ao mesmo tempo diversas formas acessórias, tais como totalidade de colisões, colisões entre classes distintas, contradição da consciência, luta de ideias, luta política etc. De um ponto de vista limitado, pode-se isolar, então, uma dessas formas acessórias e considerá-la como a base dessas revoluções, o que é tanto mais fácil na medida em que os indivíduos que promoveram as revoluções guardavam ilusões sobre sua própria atividade, segundo seu grau de formação e seu estágio de desenvolvimento histórico. De acordo com nossa concepção, portanto, todas as colisões na história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e a forma de intercâmbio. Aliás, não é necessário que essa contradição, para gerar colisões num país, tenha de chegar ao seu extremo nesse mesmo país. A concorrência com países industrialmente mais desenvolvidos, provocada pela expansão do intercâmbio internacional, é o bastante para engendrar uma contradição similar também nos países com indústria menos desenvolvida[...] (MARX e ENGELS, 2007, pg. 61)

A síntese desta concepção aparecerá de forma cristalina anos depois em Marx:

Em certo estágio do desenvolvimento, as Forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social (MARX, 2015 pg. 28)

É precisamente esta síntese que será ora alvo de nossa discussão. De fato, tomamos esta síntese como um movimento histórico que acontece de forma mais ou menos consciente, e que tem nos indivíduos, em especial nas suas formas coletivas de classe, enquanto sujeitos

históricos que levarão adiante as transformações sociais a partir de sua base material que as possibilita, embora não as garanta. Portanto são estas classes que a partir de suas organizações e formas políticas apareceram e aparecem enquanto sujeitos da que levarão adiante estas contradições forçando a sua *suprassunção*. Althusser (2014) avalia criticamente o debate ora situado, levantando a questão de uma aparente primazia das Forças Produtivas sobre as Relações de Produção, que pode parecer emergir. Para o autor o desenvolvimento do pensamento de Marx, em especial no *Capital* (MARX, 2013), deixará clara uma “primazia das relações de produção”. De nossa própria parte tendemos a compreensão de que não existe uma primazia a priori, e que situações sócio-históricas distintas poderão tensionar a balança e a necessidade de mudanças em favor de uma ou de outra.

No esforço feito até aqui, buscamos delinear como está colocado de forma muito nítida o papel das Relações de Produção e Forças Produtivas, enquanto elementos centrais das transformações sociais e revoluções no Modo de Produção. Entretanto, como buscaremos tratar, ainda que esta dinâmica apareça de forma muito clara no pensamento marxista clássico, a leitura feita ao longo da história por diferentes autores e atores do movimento político, foi e segue sendo extremamente tortuosa.

Lênin (2012) aponta que no início do século XX o Capitalismo adentrava em sua forma superior e mais complexa –que seria também sua forma terminal- a qual o autor chama de *Imperialismo*, nos munimos dessa teoria para entender o processo histórico que gestou o imperialismo e a formas de existência específicas que as Relações de Produção e Forças Produtivas assumem a partir deste estágio. O autor é cético com relação a uma possibilidade de “reversão” dessas transformações históricas, e aponta que o movimento iniciado pelo imperialismo não poderia retroceder. Colocando como uma das características centrais do imperialismo a formação dos monopólios ou “trustes”, assim destaca: “Mas, quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio e do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que *engendra* o monopólio. E os monopólios *já* nasceram, precisamente, *da* livre concorrência”. Assim seguindo sua compreensão entendemos que os Meios de Produção na fase imperialista passam por uma monopolização, sendo esta uma tendência irreversível. Lênin aponta que a Monopolização atuará como entrave para o desenvolvimento das tecnologias, que fora outrora estimulado pela concorrência. Aponta assim: “Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e há períodos em que consegue se impor em certos ramos da indústria e em certos países” (LÊNIN, 2012). Deste

modo demonstra-se que a estagnação pode chegar ao ponto de dominar países inteiros, a partir da movimentação dos monopólios.

O raciocínio formulado por Lênin, era profundamente respaldado nas transformações históricas observadas no Modo de Produção capitalista. As transformações trazidas pelo monopólio afetavam não apenas as Forças Produtivas, mas também as Relações de Produção. A partir deste período a propriedade privada dos meios de produção, cada vez mais concentrada, passa efetivamente a ser paulatinamente um entrave crescente no desenvolvimento do modo de produção, sobrando como alternativas à estagnação, os confrontos inter-imperialistas, o progresso técnico aparece cada vez mais impulsionado como movimento das disputas inter-imperialistas, que por sua vez podem se diferir completamente de disputas hegemônicas como apontamos previamente, ou seja estas são fruto da concorrência entre Estados capitalistas e seus monopólios nacionais respaldados pelo Estado Nação. A monopolização se torna, portanto, elemento central nas Grandes guerras a serem deflagradas.

Não é segredo que Lênin além de ser um dos principais teóricos do que chamamos aqui de marxismo clássico, foi também um personagem central no primeiro processo revolucionário inspirado e dirigido pela compreensão marxista da realidade. Sendo dirigente principal da Revolução Russa, que gestou pela primeira vez um processo histórico de superação do capitalismo e consolidação do *modo de produção socialista*. Não pretendemos aqui adentrar nas nuances deste processo histórico, porém somente tomar emprestadas alguns dos principais acúmulos teóricos acerca deste modo de produção nascente, em especial a discussão acerca das Forças Produtivas, das Relações de Produção, tanto no que tange suas formas de existência que estavam para ser superadas, e suas novas formas que estavam por nascer. Para tal contaremos com as contribuições do próprio Lênin e de Preobrajensky, buscando com estes balizar nossa discussão sobre esta mesma compreensão teórica na China pós Deng Xiaoping, como veremos a seguir.

3.1.6 A suprassunção do Modo de Produção Capitalista e as novas determinações que se surgem.

O Modo de Produção engloba dimensões da produção da vida, dimensões políticas, ideológicas, jurídicas, e econômicas ou produtivas propriamente ditas. Apontamos a partir de Marx e Engels como este é a síntese entre Forças Produtivas e Relações de Produção, além disso, como a contradição imanente que surge da dinâmica destas duas determinações, acaba por ser a grande força motriz de transformações na sociedade. Apesar de termos até aqui uma

síntese importante, não existe qualquer teoria definitiva que tenha compreendido exatamente quais são os frutos do acirramento dessas contradições, para Lenin o estágio *Imperialista* seria aquele onde as contradições e as disputas inter-imperialistas se acirram e pressionam para crises e conflitos. “O capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial. E, se a correlação de forças mudou, qual outra solução para as contradições pode ser encontrada *sob o capitalismo* a não ser a *força*?” (LENIN, 2012). O autor não deixa dúvidas, que para o Modo de Produção capitalista, tal estágio de desenvolvimento alcança um grau de contradições onde não existem mais alternativas, senão ciclos de destruição, que como ele apontará, apenas servirão como atenuantes, mas nunca solução para as contradições. Porém se nesta passagem Lenin aponta que *sob o capitalismo* não resta senão a força, sabemos que o autor era um defensor teórico-prático da revolução socialista, portanto da superação do modo de produção capitalista, sendo para o autor a verdadeira saída para estas contradições, a edificação do modo de produção socialista.

Se para Marx e Engels estava claro que a supressão do modo de produção capitalista daria espaço ao socialismo, a forma *precisa* de como isso iria acontecer nunca pôde -nem poderia- ser antevista, a forma *precisa* como as contradições entre Relações de Produção e Forças Produtivas levaria ao colapso do Capitalismo em si fora, portanto, apenas fruto de especulações. Para Marx e Engels (2016) estava claro, entretanto, que a tomada do poder político pela classe trabalhadora, deveria levar à construção de um *Estado de novo tipo*, este elevaria o proletariado à classe dominante. Assim para os autores: “O proletariado usará o poder *para despojar, pouco a pouco*, a burguesia de todo o capital, de todos os instrumentos de produção, centralizando-os nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe governante, e *procurando fomentar* por todos os meios e com a maior rapidez possível as *forças produtivas* (MARX, ENGELS, 2016)⁴¹. Esta passagem nos traz uma dimensão muito clara de que o perspectiva política dos autores engloba invariavelmente um “assalto” ao Estado, à tomada do poder pela classe antes despossuída, que a partir de então passará a organizar uma nova sociedade. Tal “assalto” e destruição do atual Estado é conforme apontamos amplamente discutida por Lênin (2007). Esta nova sociedade por eles chamada de Ditadura Revolucionária

41 Apontamos em itálico dois destaques aos quais gostaremos de nos ater mais à frente. Mas salientamos *a priori* que o elemento “gradual” e o enfoque nas Forças Produtivas acentuado nesta passagem, ao qual demos destaque, será alvo de grandes Debates no seio da revolução chinesa, sendo Deng Xiaoping um dos que teóricos que deu grande ênfase a estas duas dimensões.

do Proletariado (Marx, 2012), será o Estado de transição Socialista, ou seja, uma nova forma de organização societária pós-capitalista, na qual será superado *mais rápido, ou mais lentamente* o antigo modo de produção. Como veremos ao longo de nossa discussão este elemento *processual* gestará um amplo debate, no que tange às qualidades e atribuições deste *Estado de novo tipo*. Novamente aqui nos interessará buscar o eixo entre as contribuições do marxismo clássico e a leitura do marxismo chinês contemporâneo.

Sendo as contradições mais acentuadas nos países capitalistas avançados, Marx e Engels imaginaram (nunca de forma determinante) que provavelmente nestes países é que apareceriam as primeiras “janelas revolucionárias”. O decurso da história mostrou por outro lado, que o Estado capitalista e a classe burguesa alcançaram formas eficazes -mas nunca permanentes- de atravancar o avanço das perspectivas revolucionárias, criando aparatos de repressão cada vez mais eficazes, mas também medidas mitigadoras das contradições imanescentes deste modo de produção. A este respeito é interessante retornar novamente aos autores, que apontavam um programa inicial que deveria ser levado à cabo pelo proletariado insurgente, ao tomar o poder, pensando em elementos imediatos e graduais, assim para Marx, Engels (2016) aparecem:

- “1. Expropriação da propriedade fundiária e emprego das rendas fundiárias para despesas do Estado.
2. Pesado imposto progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confiscação da propriedade dos emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, através de um banco nacional com capital do Estado e monopólio exclusivo.
6. Centralização do sistema de transportes nas mãos do Estado.
7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção, arroteamento e melhoramento dos terrenos de acordo com um plano comunitário.
8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, instituição de exércitos industriais, em especial para a agricultura.
9. Unificação da exploração da agricultura e da indústria, eliminação gradual da diferença entre cidade e campo.
10. Educação pública e gratuita de todas as crianças. Eliminação do trabalho das crianças nas fábricas na sua forma atual. Unificação da educação com a produção material, etc.”

Este programa apontado em 1848 trazia diversos elementos praticamente impensáveis para o modo de produção vigente, e que de fato só poderiam se consolidar com uma revolução, que fizesse emergir uma nova forma de organização societária, um novo modo de produção. Entretanto, no decurso da luta de classes, é possível observar que alguns destes elementos de

caráter originalmente revolucionário, vieram a ser incorporados pelos Estados Capitalistas. Elementos como pesados impostos progressivos, centralização dos créditos (ou de parte expressiva deles) nas mãos do Estado, Educação pública e gratuita e eliminação do trabalho infantil, são exemplos de transformações que o modo de produção capitalista conseguiu incorporar em maior ou menor medida, sem com isso romper com a lei do valor, e as diversas formas de exploração e apropriação privada. Evidente que o Estado Capitalista, geriu algumas dessas demandas à sua maneira, incorporando impostos progressivos, mas sem nunca eliminar as radicais diferenças entre as classes, sem nunca questionar a propriedade privada dos modos de produção. Na realidade a maioria das transformações incorporadas pelo capitalismo, em geral no bojo dos chamados *Welfare States* comandados pelos partidos Social-democratas -que por definição pretendem conciliar interesses conflitantes do capital com o trabalho-, conjugaram alguns ganhos sociais, com novas formas de acumulação, todo crédito acumulado pelo Estado capitalista, foi radicalmente utilizado para impulsionar a reprodução ampliada do capital, a Educação foi direcionada para formação de força de trabalho em abundância e com baixa capacidade crítica e argumentativa, assim como o fundo público nunca deixou de ser apropriado pela classe capitalista por diversas vias.

Chegamos a algumas conclusões preliminares, ao contrário do que imaginaram originalmente Marx e Engels, a respeito dos países onde deveriam eclodir as primeiras revoluções, a história nos mostrou por outro lado, que os processos que buscaram edificar o modo de produção socialista, ocorreram de fato em países capitalistas atrasados, na verdade em países onde este modo de produção sequer era maduro, ou dominante. Tivemos, portanto, uma realidade onde o modo de produção capitalista que visava ser superado, precisou simultaneamente ser erigido e conduzido, como forma de estimulação radical do desenvolvimento das Forças Produtivas. Esta contradição foi explorada por diferentes ângulos nos distintos processos revolucionários, e por seus diferentes teóricos. É precisamente no seio dessa contradição que encontraremos um rico debate teórico-prático, que moveu e move corações, bem como nações. Tais contradições foram amplamente discutidas por Lênin e Mao em alguns dos textos supracitados.

Uma vez que a realidade da supressão do capitalismo aparece de forma tortuosa, aparecem também diferentes soluções para o problema da edificação do modo de produção socialista. Losurdo (2004) aponta que essas soluções apareceram por três perspectivas que podem ser resumidas assim: a) A tomada do poder pela classe trabalhadora em uma nação onde

o avanço das Forças Produtivas e Relações de Produção não possibilite o desenvolvimento do socialismo deve fazer do foco a “exportação da revolução” para economias capitalistas maduras, onde as contradições do modo de produção capitalista avançado possibilitem a construção do socialismo b) A nação onde triunfa a revolução, passa a edificar a partir de suas próprias condições materiais o modo de produção socialista, independente do atraso material em comparação ao mundo capitalista. c) A tomada do poder deve colocar como tarefa prioritária o desenvolvimento das Forças Produtivas, sendo esta a primeira tarefa do socialismo, deixando as demais como etapas posteriores.

A Revolução Russa opta com seu corpo dirigente sob direção de Stalin pela segunda opção, ou seja, a edificação do socialismo sob base estatizante, nacional, o que já foi fruto de grandes disputas e debates que extrapolaram o plano das ideias levando a um confronto acirrado. Tal perspectiva se torna determinante sobretudo após 1928, com a consolidação da direção do PCUS sob liderança incontestada de Stalin, dando início ao que ficou conhecido como “edificação do socialismo em um só país”. A revolução russa vive na pele o cerco do mundo capitalista, passando ferozmente por guerras, disputas internas, lutas de classes violentas, atravessando inclusive por uma fase preparatória, uma Guerra Civil que levou ao chamado Comunismo de Guerra, que basicamente significava uma distribuição planificada da escassez que reinava no país, somada a iniciativas radicais e heterodoxas para a reativação e desenlace das Forças Produtivas. Ainda contando segundo Losurdo, o êxito da URSS posterior ao Comunismo de Guerra, em desenvolver uma economia de base estatizante, nacional e “hermeticamente fechada” para o mundo capitalista, seria impossível no mundo “globalizado” sob hegemonia dos EUA. Assim o autor afirma que uma nação que hoje seguisse tal trajeto “[...] ficaria sem acesso às tecnologias mais avançadas e certamente não teria como resolver o problema do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, dadas tais condições, se tornam inevitáveis concessões mais ou menos amplas ao mundo do qual se pretende importar tecnologia e alguns elementos essenciais ao processo de modernização.” (LOSURDO, 2004). O Autor segue sua reflexão apontando que para Lenin a saída naquele momento teria sido a NEP⁴². Algo que para o autor anteciparia a política econômica da China de Deng Xiaoping, em suas palavras: “Rompendo com a experiência anterior, a NEP, que leva em conta até o capital

42 Nova Política Econômica: consistiu em uma mistura de nacionalização das Forças Produtivas, equacionada com abertura de alguns setores para o capital privado nacional e internacional. Ocorrida na Rússia Soviética a partir de 1922.

externo, implica um compromisso com as forças capitalistas seja no plano interno, seja no internacional; nesse sentido, ela parece antecipar, em escala mais reduzida e com mais clara visão do fim a perseguir, a política dos atuais dirigentes chineses.” (LOSURDO, 2004).

Esta experiência histórica tanto por seu caráter pioneiro, quanto pela relativa variedade na condução político-econômica do *Estado de novo tipo*, acabou por nos legar um rico produto analítico. Do ponto de vista teórico Preobrajensky (1979) faz uma leitura minuciosa das especificidades do Estado socialista nascente, assim como de suas perspectivas. Acreditamos que a metodologia propostas por Preobrajensky é a que mais se adequa para a leitura materialista do funcionamento Modo de Produção Socialista. Seguindo a compreensão teórica de Marx e Engels, Preobrajensky (1979) compreende que o modo de produção socialista é um produto histórico que suprassume o modo de produção capitalista, e que, portanto, a “aurora do socialismo coincide com o crepúsculo do capitalismo”, só que há nessa transição uma etapa onde lutarão os princípios reguladores dos dois modos de produção. Assim Preobrajensky afirma que a compreensão do Modo de produção nascente é mais complexa do que a do capitalismo, pois neste convivem dois reguladores distintos que se conflituam na fase inicial do novo modo de produção e nunca se apresentam em sua forma “pura”, em suas palavras: “A questão é mais complexa quando se trata da análise de um sistema econômico no qual existem, de um lado, um princípio de planificação –nos limites que resultam do grau de organização atingido pela economia- e de outro lado, a lei do valor com sua força de ação externamente coercitiva.” (PREOBRAJENSKY, 1978).

Portanto, seguindo a compreensão teórica deste autor, a “tomada do poder” ou a superação do capitalismo, pressupõe o surgimento de um período onde haverá uma coexistência *conflituosa* entre dois princípios, um capitalista um socialista. A partir desta perspectiva o princípio socialista aparece como o princípio da planificação, ou seja, uma nova “lei” econômica baseada em diversas formas de planejamento central em mãos do Estado, o papel deste Estado seria portanto o de potencializar o princípio da planificação, que conviverá em luta encarniçada com o princípio capitalista, a Lei do valor, a reprodução autoengendrada do capital, seria combatida com a reprodução planejada e firmemente conduzida do seu princípio opositor, o princípio da planificação.

Se o nascimento do Socialismo coloca em oposição dois princípios, esta fase terá, portanto, suas particularidades, e o próprio regulador de tipo socialista (a planificação) não terá sua atuação plena. A esta conclusão chega Preobrajensky (1979). Mas o que ocorreria então?

Para o autor se abre um período híbrido onde um regulador especial tem espaço, uma lei especial toma forma *A Acumulação Socialista Primitiva*, com seu funcionamento próprio, mais avançado que o modo de produção capitalista, mas sem tê-lo superado por inteiro. A este respeito Preobrajensky sintetizava que a economia socialista se organizaria em cima de uma base capitalista preexistente, parte dos recursos da economia socialista seriam assim sistematicamente e paulatinamente retirados da economia privada. O regulador socialista, princípio da planificação, substituiria cada vez mais os mecanismos de mercado superando sua forma de organização, Preobrajensky assim expressava:

[...] Uma previsão nesta forma e nesta escala a economia capitalista não pode fazer em consequência de sua própria estrutura. Se excluirmos parcialmente a ação da lei do valor, com seus aspectos negativos e *positivos*, salutareos para a economia não-organizada, devemos substituir sua ação reguladora por outra lei que seja inerente à economia planificada, num estágio determinado de seu desenvolvimento, isto é, a lei da acumulação socialista primitiva.

Esta lei nos dita certas proporções no interior da economia estatal, proporções que diferem das que são ditadas pela situação do mercado do *ano considerado*. Porém, uma proporção também determinada de todo processo de reprodução ampliada (do ângulo quantitativo) e, conseqüentemente, um mínimo objetivamente necessário de acumulação de recursos materiais (às expensas dos recursos próprios da economia estatal e das transferências de uma parte do sobreproduto da economia privada para o setor socialista) nos são impostos de modo igualmente *coercitivo* a fim de alcançar tais proporções (PREOBRAJENSKY, 1979, pg. 76.)

Preobrajensky resume assim o funcionamento do período primitivo do socialismo. Uma distinção fundamental realizada aqui é aquela entre sobreproduto, mais-valia, que nesta passagem aparece apenas na Forma do sobreproduto, ou seja, o excedente acumulado. O excedente acumulado pela economia privada, na forma de mais-valia (sobreproduto), se diferencia do excedente acumulado pela economia socialista, que permanece como um sobreproduto, mas perde seu elemento da exploração e apropriação privada. O princípio da planificação atuará translocando parte (cada vez maior) destes excedentes da economia privada para a economia pública. Assumimos aqui como correta esta formulação teórica, e para nós uma leitura análoga será amplamente utilizada pelo marxismo chinês que toma forma após a ascensão de Deng Xiaoping. Deng vai compreender uma vinculação entre os reguladores, e que cada um deles se vincula organicamente a um tipo de sistema, seja o capitalista, seja o socialista, mas no movimento das contradições, haveria um período no qual ambos atuariam, a favor do desenvolvimento das forças produtivas, cabendo ao Partido, garantir que essa dualidade contraditória, não avance em favor do regulador de mercado, a lei do valor. Muito embora essa análise venha a passar por transformações expressivas, inclusive não aparecendo uma conexão

direta entre as duas compreensões da realidade (A soviética dos anos 1920 e a da China pós 1978), ainda assim observamos a validade de tais compreensões, nas formulações de Deng. Mas se seguindo a compreensão de Preobrajensky vemos que a existência de um estágio de Acumulação socialista primitiva traz uma centralidade para o desenvolvimento das Forças Produtivas, estando essas preferencialmente geridas pelo Estado e sob a lei da planificação, mas colocando também às forças da economia privada direcionadas para este princípio de acumulação. Em um contexto histórico, político, social, econômico e territorial distinto ao tratar da “abertura” chinesa para um período de desenlace das forças produtivas, com participação do capital privado Deng Xiaoping aponta:

Cuando se abren al exterior algunas ciudades de la parte continental del país franqueando la entrada a cierto grado de capitalismo, esto se hace como complemento al fomento de la economía socialista, un complemento favorable al desarrollo de las fuerzas productivas socialistas. Por ejemplo, la introducción de capitales extranjeros em Shangai no quiere decir que el sistema capitalista esté em vigor em toda la ciudad de Shangai. Tampoco sucede esto em Shenzhen, pues el sistema allí vigente sigue siendo el socialista. La parte principal de China es y será socialista (DENG, 1987, pg. 61).

É nítido que Deng Xiaoping vai além da perspectiva de Preobrajensky no que tange à abertura nesta “mediação” entre modos de produção distintos, com “princípios reguladores distintos”. Se o primeiro chega a propor abertura de cidades e regiões para o capital privado, mesmo que sob o rígido controle do Estado, e com determinadas formas de existência ainda circunscritas ao modo de produção socialista, para o segundo, esta mediação tinha um horizonte mais evidente de subordinação da lei do valor à lei da acumulação socialista primitiva, tanto do ponto de vista espacial, quanto temporal, para Preobrajensky fica nítida uma “urgência” maior na passagem da chamada acumulação socialista primitiva, para a etapa socialista propriamente dita. Poderíamos dizer que para Deng Xiaoping isso virá a se configurar de forma distinta.

3.1.7 O modo de produção socialista *com características chinesas*

Previamente discutimos como a passagem para o socialismo ocorreu de modo distinto daquele originalmente vislumbrado por Marx e Engels. É importante ressaltar que para os autores também nunca houve uma determinação exclusivista de onde estes processos eclodiriam primeiro, mas o raciocínio que centrava nas contradições entre Relações de Produção e Forças Produtivas chegando a níveis “insuportáveis” levou à compreensão de que estas ocorreriam primeiro nos países capitalistas desenvolvidos. Conforme seguimos nosso

raciocínio apontamos como elementos distintos, como as formas de controle político, às metamorfoses do Capital e outros elementos concernentes à luta de classes fizeram com que a eclosão das revoluções socialistas orientadas pelo marxismo surgisse em países periféricos (China), ou intermediários (Rússia Czarista) do capitalismo mundial. Sendo este próprio capitalismo incipiente nestes países. Se a formulação de Preobrajensky assim como às de Lenin -em suas Teses de Abril- levavam à perspectiva de que o caráter socialista não poderia aparecer no minuto seguinte à tomada da produção, estas estavam profundamente fundamentadas na compreensão do grau de desenvolvimento das Forças Produtivas em seus países. Lênin apontava nas Teses de Abril⁴³ (reconhecida por como o primeiro chamado à tomada do poder pelos soviets): “Não é tarefa imediata a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Soviets de deputados operários.”. Nesta passagem temos dois elementos importantes, aparece aqui como a implementação do Socialismo não é “tarefa” imediata, mas sim um controle da produção e distribuição. Percebemos, portanto, que a “tarefa” imediata para Lenin está também no âmbito do controle (e por lógica ampliação e desenvolvimento) das Forças Produtivas. Estes raciocínios tomarão corpo nas discussões e formulações da NEP, discussões nas quais tanto Lenin, quanto Preobrajensky tomarão parte.

Para Preobrajensky o estágio inicial deste novo processo receberia o nome de Acumulação Socialista Primitiva, pois neste estágio o socialismo criaria e consolidaria suas bases, que o tornariam de fato um modo de produção superior ao capitalismo. Respalado em Marx e Engels o autor vai afirmar, portanto, que a “acumulação primitiva” só pode ocorrer no socialismo após o seu próprio início, diferentemente do ocorrido no capitalismo. Vejamos segundo Preobrajensky:

Como já vimos, a acumulação capitalista primitiva podia realizar-se a partir do feudalismo, enquanto a acumulação socialista primitiva não pode ocorrer dentro do capitalismo. Consequentemente, se o socialismo possui sua pré-história, está só pode ter início depois da conquista do poder pelo proletariado. A nacionalização da grande indústria constitui o primeiro ato de acumulação socialista, quer dizer, um ato que concentra nas mãos do Estado o mínimo de recurso necessário para a organização da direção socialista da indústria (PREOBRAJENSKY, 1979, pg. 91).

Para o autor o socialismo não nasce, portanto, como um modo de produção superior ao capitalismo, ele *se torna* um modo de produção superior. Este elemento tem uma importância

43 Texto publicado em Jornais da época, disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/astesesdeabril.pdf>>

precisa para entendermos o raciocínio que será levado adiante mais a frente por Mao Zedong na China da Nova Democracia, do Grande Salto adiante e da Revolução Cultural, bem como por Deng Xiaoping (à sua maneira), ao focar resolutamente no desenvolvimento econômico (focando nas forças produtivas) em detrimento da luta ideológica, luta de classes (aqui portanto as relações de produção). A este respeito o autor afirmava: “Al trasladar el centro de gravedad de nuestro trabajo a la construcción económica, todo el Partido debe estudiar como fortalecer su labor ideológica conforme a l

as circunstancias nuevas, evitando la tendencia de sumergirse en el trabajo economico en detrimento del ideológico.” (DENG, 1987, pg.49). O foco na dimensão econômica é incontestável e não é colocado sob dúvida, mas há também aqui um claro cuidado para não incorrer numa leitura economicista, que estava sempre presente no plano discursivo, e como compreendemos, também no plano político. De modo que a dimensão Ideológica siga à frente da condução econômica. A preocupação de Deng era coerente com a abertura econômica em curso, voltando às três possibilidades de direcionamento do socialismo onde triunfou a revolução apontadas por Losurdo, citadas por nós acima, a China de Deng estaria reorientando seu modelo político-econômico de um modelo “hermeticamente fechado”, nacionalizado e “autossuficiente”, fruto do primeiro ciclo da revolução, sob direção de Mao, para um modelo que prioriza o desenvolvimento das Forças Produtivas, com maior ou menor grau de concessão para o capital privado, e no caso incluindo mesmo o capital internacional.

A preocupação de Deng Xiaoping é, portanto, coerente com o modelo político-econômico adotado pela China após 1978, uma vez que a reintrodução de elementos de mercado, ou melhor, a reintrodução da *lei do valor enquanto regulador*, volta a contrastar fortemente com o seu regulador antagônico a lei da acumulação socialista primitiva. A “reintrodução” da lei do valor traz consigo o reaparecimento de relações capitalistas, e também o risco sempre eminente de avanço do capitalismo frente ao socialismo, ou o risco de a regulação da lei do valor triunfar sobre a lei da acumulação socialista. Destacamos essa reintrodução da Lei do Valor, com certa ressalva, vez que no primeiro ciclo da revolução chinesa sob Mao, embora tenham-se reduzido drasticamente às relações tipicamente capitalistas, estas não foram, todavia, extintas. Voltando à Deng, sua preocupação com a manutenção da linha ideológica do Partido está, portanto, em consonância com a percepção dos riscos assumidos

pelo novo modelo adotado⁴⁴. Existe um longo debate em torno das motivações dessa decisão política, ou da adoção dessa perspectiva teórico-prática. Uma vez que o próprio Deng se torna um formulador do que chamará de Socialismo com características chinesas, o autor passa a trabalhar com a perspectiva das diversas etapas ou estágios do socialismo, sendo o primeiro deles notadamente o desenvolvimento das Forças Produtivas. Deng Xiaoping (1987) parte portanto do princípio de que a China dirigida por Mao Zedong, teria tido seus méritos no que tange à consolidação do poder político nas mãos da classe trabalhadora, e no lançamento de parte das bases do Estado Socialista, com manobras nacionalizantes, especialmente a nacionalização da terra, elevação dos níveis educacionais e técnicos, entretanto, este primeiro momento não teria logrado êxito integral no desenvolvimento das Forças Produtivas. Assim este passaria a ser o foco por um longo período.

A aproximação entre autores tão diferentes de contextos igualmente distintos não pretende dizer aqui que não há diferenças ou que não haveriam divergências entre as proposições dos dois, entretanto existem diversos elementos apontados por Preobrajensky que estarão presentes de forma semelhante na produção teórica e atuação prática de Deng Xiaoping. Deste modo, voltamos à compreensão de que a acumulação socialista primitiva pretende lançar bases do desenvolvimento do Modo de Produção Socialista, para só assim possibilitar sua consolidação, colocando este de fato como modo de produção superior ao capitalismo. Assim Preobrajensky diferencia a acumulação socialista *primitiva* da acumulação socialista, ou da reprodução ampliada do modo de produção socialista, apontando assim:

Exatamente da mesma maneira, a acumulação socialista no verdadeiro sentido da palavra, quer dizer, a acumulação com base técnica e econômica socialista, que já tenha desenvolvido todos os traços que lhe são característicos e todas *vantagens que lhe são específicas* só pode começar depois que a economia soviética tenha ultrapassado a etapa da acumulação primitiva. Tal como um mínimo determinado de meios previamente acumulados sob a forma de recursos produtivos materiais é necessário ao funcionamento das manufaturas, e ainda mais das fábricas que utilizam uma técnica mecânica, também é necessário um certo mínimo para que o conjunto da economia estatal possa desenvolver todas suas vantagens econômicas e estabelecer seus novos fundamentos técnicos (PREOBRAJENSKY, 1979, pg.92).

Não resta dúvidas de que para o autor existiriam ao menos duas etapas na progressão do desenvolvimento do socialismo, nos parece também claro que para Deng haveriam igualmente

⁴⁴ Retomaremos em outro capítulo uma discussão acerca das disputas ideológicas na China pós Reforma de Abertura, que farão ressurgir elementos da Revolução Cultural, embora em moldes muito distintos.

estes estágios, e que para o autor a China estaria no estágio de “modernização socialista” e desenvolvimento das Forças Produtivas (DENG, 1987). Entretanto se está claro que marxistas de contextos e períodos tão distintos vislumbravam como imperativo um período maior ou menor de acumulação de capitais sob base nacionalizante e socialista, o que não está completamente claro é *como* este princípio é levado adiante pela teoria marxista chinesa que orienta o direcionamento político e econômico do país desde 1978 ⁴⁵. Ainda sobre a “Acumulação de Capitais”, Deng observava que o padrão de acumulação capitalista levou à uma pequena camada de países desenvolvidos com vasto acúmulo de capitais, e que este acúmulo se tornou um problema, tendo criado a necessidade de escoamento do capital acumulado e das mercadorias. Assim apontava: “*Los países de Europa y America del Norte y el Japón son países desarrollados, pero que problema enfrentarán si siguen desarrollandose? Tienen que buscar una salida para su capital financeiro, su comercio y su mercado.*” (DENG, 1987). Para Deng neste contexto é que a China poderia se beneficiar abrindo-se para a entrada de parte destes excedentes, que poderiam de forma conjugada com a economia estatal socialista “libertar” as Forças Produtivas da China. O autor afirma que os países desenvolvidos poderiam ter receios de investir na China, devido à competição de suas exportações, mas aponta a razão para não fazê-lo: “Es cierto que se presentará el problema de la competencia, pero estos países tienen la delantera em materia de tecnología y pueden ofrecer muchas cosas de alta categoría; por lo tanto, que motivo tienen para sentir miedo?” De certo houve por parte destes países a preocupação de investir na China, assim o país teve de firmar diversos compromissos, e criar “atrativos” para que o investimento externo se alojasse na China. Por outro lado, como aponta Losurdo (2016) no início a Reforma e Abertura foi vista pelo ocidente como uma oportunidade de finalmente retirar do poder o Partido Comunista da China (PCCh). Assim a entrada do capital internacional seria, portanto, uma oportunidade, mas o decurso da história se encaminhou de forma diferente, não levando à uma derrubada do PCCh, apesar de tentativas como a de 1989, a revolta da Praça Celestial (Tienanmen) destacada pelo autor.

Se a abertura da China fora subordinada a uma lógica de desenvolvimento radical das Forças Produtivas, para Deng Xiaoping (1987) é muito claro que esta é a única forma de desenvolver o socialismo na China. O autor se indaga: “Pero cual es la connotacion de comunismo? Es la vigencia del principio “de cada uno según su capacidad, a cada uno según

45 Ano em que foi iniciada a Reforma e Abertura.

sus necessidades”? (DENG, 1987, pg. 67) Para ele a resposta vem clara: “Esto presupone un alto grado de desarrollo de las fuerzas productivas de la sociedad y una abundancia de bienes materiales (DENG, 1987). Conclui com o raciocínio que, de certo, a força econômica e política, bem como a superioridade do socialismo se manifestará na medida em que este traga um desenvolvimento maior e mais rápido das Forças Produtivas, do que aquele alcançado pelo Capitalismo. Assim Deng Xiaoping aponta que dado as circunstâncias de atraso da China a saída para o desenlace das Forças Produtivas estariam na manutenção do socialismo, na instauração do princípio “a cada um segundo seu trabalho” e na ruptura do “autoisolamento” como forma de alcançar uma sociedade modestamente próspera⁴⁶.

O Marxismo chinês sob Deng e a partir dele incorpora a leitura de que no tocante às Forças Produtivas estas devem consistir principalmente de um forte aparato Estatal detentor e direcionador da propriedade coletiva, outras formas de propriedade social dos meios de produção, conjugadas com a propriedade privada. Deng Xiaoping (1987, pg.144 -147) aponta que os princípios base devem ser: Manutenção da propriedade pública, do poder do partido, do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong. É ressaltada a importância da propriedade pública: “*En primer lugar, supone mantener firmemente la supremacia de la propiedad social en la economia. Este tipo de propiedad se compone de la de todo el Pueblo y la colectiva.*” (DENG, 1987, pg.147). Xi Jinping atual presidente da China chama de Sistema econômico básico as diretrizes político-econômicas do socialismo com características chinesas, assim aponta: “O sistema econômico básico refere-se ao sistema econômico em que a propriedade pública ocupa uma posição predominante e, ao mesmo tempo, coexistem outras formas de propriedades em busca de um desenvolvimento comum” (XI, 2014). Tal dirigente assim como Deng Xiaoping reforçam continuamente a necessidade de desenvolvimento de um socialismo com características nacionais, fugindo de uma leitura “mecânica” do marxismo, mas sempre respaldado neste. Xi Jinping se coloca evidentemente como um continuador de Deng Xiaoping, no plano teórico e prático, sempre remontando à suas teses, porém resgatando também elementos de Mao, além de desenvolver linhas próprias de pensamento. Para Xi Jinping (2014) portanto:

46 Princípio respaldado no Confucionismo, mas reformulado e reinstituído pelos marxistas chineses, em especial a partir de Deng Xiaoping.

O socialismo com características chinesas não é uma outra doutrina qualquer. Não podemos abandonar os princípios básicos do socialismo científico, caso contrário, isso não é o socialismo. O mais importante na decisão para saber qual doutrina se deve adotar é a verdade histórica que o país tem pela frente. A história e a realidade nos dizem que só o socialismo pode salvar a China e só o socialismo com características chinesas pode desenvolver o nosso país (XI, 2014, pg. 26).

Xi Jinping firma, portanto, sua compreensão do Socialismo com características chinesas, remontando sempre à Deng Xiaoping, mas ele o faz sempre promovendo suas atualizações, no que tange à política exterior, questão ecológica, na questão ideológica, no próprio poder político e formas de regulação, apresentando ainda algumas novas etapas distintivas no processo de *modernização socialista*. O caráter de etapas é, portanto, mantido e reforçado, o próprio período anterior à Deng Xiaoping, onde sob o Governo de Mao Zedong a China caminhava para uma perspectiva político-econômica mais próxima do modelo nacionalizante, fechado, é colocada como uma etapa do desenvolvimento da China sem que haja oposição entre eles, muito embora o autor reconheça as diferenças qualitativas entre os dois períodos. Surgem ainda as metas dos dois centenários como etapas chave dessa modernização, é ressaltado sempre por Xi este elemento das duas “próximas etapas” a serem alcançadas.

“As metas dos “dois centenários” referem-se às metas de luta pela construção do socialismo com características chinesas formuladas pelo PCCh durante seu 18º Congresso Nacional. São a conclusão da construção de uma sociedade modestamente confortável em todos os aspectos até o centenário do PCCh fundado em 1921, e a construção de um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso até o centenário da Nova China fundada em 1949.”

A natureza de um desenvolvimento com etapas fica nítida nestas metas do PCCh, sendo a primeira delas basicamente já concluída, e acrescida ainda do ambicioso plano “Made in China 2025” que concerne a um novo salto no desenvolvimento das forças produtivas, no que tange à robótica, semicondutores, inteligência artificial e telecomunicações. Essas metas foram concebidas enquanto tais já sob direção de Xi Jinping. Aqui são conjugados elementos econômicos, como a duplicação do PIB em 2020 com relação ao ano 2012, a superação da pobreza, duplicação do PIB per capita da população urbana e rural que são traduzidos na ideia de “sociedade modestamente confortável”, mas são atribuídos elementos ecológicos, políticos e culturais, que vem com o reforço da sociedade civil chinesa, e também do Partido, como no aumento da participação popular nas assembleias nacionais e no próprio partido. Mas o

desenlace das Forças Produtivas segue sendo elemento com grande centralidade da política levada à cabo por Xi Jinping, em iniciativas como a supracitada Made in China 2025 ⁴⁷.

Um debate sobre a primazia das Relações de Produção ou das Forças Produtivas se mostra subjacente aos impasses e aos diferentes momentos e guinadas da política econômica chinesa. Althusser (2014) destacava como Mao teria sido um dos formuladores da primazia das relações de produção, e que esta leitura teria sido ela própria fundamental para garantir a revolução chinesa. Acreditamos de nossa parte que tal linearidade tampouco estaria clara nas formulações de Mao, sendo o “Grande Salto a Frente” notadamente um período onde o desenvolvimento das Forças Produtivas teria tomado um papel de “proeminência”. Notadamente a Revolução cultural trará o centro da condução da política econômica para as Relações de produção, sendo a própria mobilização ideológica de massas parte fundamental do período. Xi se pronuncia no sentido de que “uma avaliação crítica” dos acertos e erros, na questão das Relações de Produção, teria sido empreendida após 78, e que os entendimentos ora estabelecidos ainda seguiriam como balizadores atuais para a política econômica chinesa, assim, Xi aponta:

According to Marxist political economy, ownership of the means of production is the core of the relations of production, and this determines a society's fundamental nature and the orientation of its development. Since reform and opening up, our Party has reflected on both positive and negative experiences, and established a basic economic system for the primary stage of socialism. Under this system, we have stressed the importance of continuing to make public ownership the mainstay while allowing ownership of other forms to develop side by side, and made it clear that both the public and non-public sectors are important components of the socialist market economy as well as crucial foundations for our nation's economic and social development (XI, 2020)

Observamos assim uma mediação nítida com a aludida centralidade das relações de produção, que passa a ser confrontada com um novo enfoque nas Forças Produtivas. Se um certo grau de centralidade no desenvolvimento das Forças Produtivas segue inabalado na China, as justificativas também perpassam remontando a Deng e a “não-socialização da pobreza”, mas sim a socialização da riqueza posterior à sua geração, acessam assim às mesmas premissas apontadas por Deng Xiaoping em sua disputa política com o grupo político divergente que ficou conhecido como “O bando dos quatro”, oposição à Deng, que levaram à síntese de sua

47 Iniciativa que pretende colocar a China como *vanguarda* na produção e desenvolvimento de tecnologias da chamada quarta revolução industrial, ou seja, robótica, semicondutores e inteligência artificial.

concepção econômica, em contraponto à Revolução Cultural. Deng situava que a concepção do bando dos quatro, expressão da Revolução Cultural era sintetizada em uma socialização igualitária dos recursos independente de sua abundancia, à qual fora contraposta por sua linha, de desenvolver as Forças Produtivas, as riquezas nacionais e fazer avançar posteriormente a socialização. Deng se opôs ferozmente à esta perspectiva que atribui ao grupo também dirigente, e apontou como saída a mudança do centro de gravidade da política do PCCh para o desenvolvimento das Forças Produtivas. É sabido que esta disputa política se estendeu para além de uma disputa de ideias, virando uma disputa política acirrada, assim como diversas outras, mas não caberiam em nossa investigação.

A partir da leitura que fizemos de Preobrajensky (1979) e com sua teoria, podemos apontar que estas estão em consonância com a premissa apontada por Deng de que o papel do Estado Socialista não é de racionalizar a pobreza e distribuí-la, mas sim desenvolver um fundo de acumulação em sua fase inicial (Acumulação socialista primitiva) e a partir desta acumulação desenvolver o modo de produção socialista e suas amplas vantagens produtivas, materiais e espirituais. Não obstante, Preobrajensky aponta que a fase de Acumulação Socialista Primitiva. Deve caminhar o mais rapidamente possível, uma vez que viverá em conflito de vida ou morte na disputa com as formas capitalistas.

Durante esse período o sistema socialista não está ainda em condições de desenvolver todas as vantagens que lhe são organicamente inerentes, mas, ao mesmo tempo, ele destrói inevitavelmente uma série de vantagens econômicas próprias e a um sistema capitalista evoluído. Percorrer mais rapidamente este período, atingir mais depressa o momento em que o sistema socialista desenvolverá todas suas vantagens naturais sobre o capitalismo é uma questão de vida ou morte para o Estado socialista. De qualquer modo, é assim que se coloca hoje o problema para a URSS e que talvez venha a se colocar para uma série de países europeus em que o proletariado vencer (PREOBRAJENSKY, 1979, pg. 100)

Que para Preobrajensky está mais claro o *tempo de duração* e a *conflituosidade* da etapa de acumulação com sobrevida dos dois reguladores, não há dúvida, mas a necessidade imperativa de desenvolvimento das Forças Produtivas também é igualmente exacerbada. Marx e Engels (2007) apontaram à sua maneira como o socialismo só poderia se concretizar com um gigantesco desenvolvimento das Forças Produtivas e não apenas com uma divisão igualitária dos recursos existentes. Entretanto o que pode-se colocar em questão é qual o papel legado às Relações de Produção nessa dinâmica?

A China experienciou momentos históricos bastante distintos, sobretudo a contraposição da Revolução Cultural, com a posterior Reforma e abertura, onde em um período

foram enfocadas transformações nas relações de produção, e no período posterior se dá um passo atrás, reenquadrando o eixo de gravidade no desenvolvimento das forças produtivas. O seu modelo de acumulação vigente encontrou formas de manutenção dos dois “reguladores” por um período prolongado, e não hesita em apontar que ainda estão na primeira etapa do socialismo (XI, 2014). O desenvolvimento deste elemento segue assim incerto, embora para nós a tendência em andamento continue sendo a do avanço do regulador socialista, que segue uma marcha constante, elevando seus mecanismos de controle do regulador capitalista, que se vê cada vez mais sujeito ao controle e redução de sua área de influência. O que fica visível, no crescimento dos aparatos de planificação, centralização cada vez maior da política exterior, do fluxo de capitais com controle das bolsas, e da entrada e saída de investimentos, controle das relações comerciais internacionais de longo alcance com políticas coordenadas, reforço do poder político do partido, avanço no controle de setores estratégicos amplos, participação central do Estado na linha de frente da produção tecnológica e científica, reconstrução dos aparatos de seguridade social, reforço dos mecanismos de participação política nos locais de trabalho e em bairros.

3.1.8 A caminho de conclusões preliminares da seção

Se para nós está claro que no pensamento marxista clássico o desenvolvimento das Forças Produtivas deve caminhar de forma inseparável da construção do modo de produção socialista, também nos parece que as relações de produção devem avançar igualmente, ao passo que as novas Forças Produtiva geradas, não se convertam em um novo motor permanente de contradições incontornáveis. A forma que as relações de produção assumem, deve caminhar em consonância com a construção do novo modo de produção. Compreendemos que as condições que surgem com a edificação do Estado de novo tipo, o Estado Socialista, historicamente encontraram diversos entraves, movimentos de avanços e recuos.

A priorização de elementos produtivos, ou de elementos políticos, ideológicos deve igualmente ser analisada a partir das condições sócio-históricas concretas onde se desenvolvem. As condições de surgimento da Revolução Chinesa, contavam com uma realidade local e internacional completamente distinta das condições presentes em 1978. Se a China em 1949, ano da Revolução, contava com uma aliança tática e estratégica forte com a URSS -ainda que não isenta de divergências e algumas disputas-, a China dos últimos anos de Mao amargava um período de isolamento ao extremo, que já alcançava duas décadas, tanto do lado do bloco socialista quanto do lado do bloco capitalista ocidental, assim em 1976 com sua morte,

avançaram as pressões para consolidação de um novo *pacto social* como apontado por Losurdo (2004), que culminariam nas Reformas de Deng Xiaoping iniciadas em 1978. Nestes termos, as reorientações político-econômicas devem igualmente ser pensadas, analisadas e compreendidas em cima dessa nova base de relações materiais, políticas, institucionais e mesmo ideológicas.

Pretendemos até aqui em síntese aprofundar o debate teórico acerca das condicionantes sócio-históricas para o estabelecimento da República Popular da China. Buscamos igualmente avançar no debate da compreensão das condições materiais que levaram às transformações políticas e reorientações econômicas, no interior do Marxismo Chinês enquanto ideologia de Estado, desde suas bases fincadas num marxismo-leninismo inspirado no modelo soviético, porém transformado a partir das formulações endógenas, especialmente as de Mao Zedong, passando pelas reorientações de Deng Xiaoping e chegando até Xi Jinping. As comparações teóricas com alguns elementos concretos que surgem como expressão da Revolução Russa, buscam exatamente propor uma metodologia de análise política, econômica e histórica do desenvolvimento do socialismo nas suas diversas expressões. Para tanto julgamos que a própria releitura e reexame dos clássicos, em busca pelas continuidades e descontinuidades, embasadas nos elementos materiais concretos, devem fazer avançar as análises marxistas dos próprios movimentos teórico-práticos engendrados pelo pensamento marxista.

Chegamos assim, por fim, a um ponto e questão central a nos atermos e que continuará a nortear esta investigação: Estaríamos de frente ao imperialismo, colonialismo e hegemonia dos chineses? Até aqui lançamos base de nossa investigação teórica, para desvendar este fenômeno multifacetado e com certas particularidades que é a China, seu modo de produção e sua geopolítica. Mas acreditamos ter avançado na compreensão de tal fenômeno a partir das concepções marxistas, saído da aparente imagem de um “fenômeno a parte” ou um fenômeno indecifrável com complexidade que justificasse entendê-lo como único, tendo encontrado muitas de suas determinações concretas.

Agora iniciaremos nossas respostas acerca da política externa chinesa. Observamos como para Almeida (2017): a crescente exportação de capitais chineses para diversas regiões do mundo, além de uma criação de sua zona de influência levam a fundamentação de uma hipótese segundo a qual a China estaria mantendo relações com características imperialistas ou neocolonialistas para com a América Latina (e outras regiões), exportando capitais na forma de investimentos e financiamentos, tal abordagem se relaciona por exemplo com a avaliação de

Souza (2007) que enquadra o modo de produção vigente na China enquanto um Capitalismo de Estado, ao qual faria sentido encontrar correspondência com o estágio imperialista. Esta primeira perspectiva qualificamos metaforicamente de *Dragão*, que aqui representará a política externa agressiva, relacionada aos monopólios privados e uma política de Estado orientada para tal lógica.

Do outro lado situamos uma perspectiva distinta, à qual dedicamos nossos esforços de pesquisa e consideramos a perspectiva acertada que aqui qualificamos como *Panda*. Ao observar discursos oficiais do secretário geral do PCCh e chefe de Estado Xi Jinping, vemos que este faz um apelo claro para acordos econômicos que tragam vantagens bilaterais, reforçando uma política de desenvolvimento, cooperação e reciprocidade de benefícios (XI, 2014). Do ponto de vista político é apontada a ausência de uma busca pelo *hegemonismo*, e embora localizemos a partir de Gramsci que a China nitidamente se situa em uma disputa hegemônica, esta de fato não só pode como tem ao nosso ver, objetivamente se desenvolvido *ao largo* de uma perspectiva hegemônica, que seria aquela que em realidade uma nação exerce a coerção e dominação de seu campo de influência. Evidentemente a política externa chinesa acaba por refletir muitas das mesmas contradições que estão abertas no interior da China, bem como nas disputas internas no seio do PCCh, o que significa que esta política externa se dará sobre a base de uma país onde coexiste uma perspectiva socializante ora dominante com uma perspectiva capitalista, que embora submetida ao controle político do Estado chinês, se expressa e busca seu destaque, seu lugar ao sol, tentando direcionar esta política externa à luz de interesses particulares com características até mesmo *imperialistas*, o que entra em contradição com a perspectiva de política externa de Estado da China.

Observamos por fim que a China segue apostando em um projeto que se opõe à hegemonia estadunidense e por uma via pacífica, com respeito à soberania dos outros países, conforme destacado por Amin (2013). Assim evidenciamos que embora exista ainda entre a linha oficial do Estado chinês e a “práxis real” um campo de investigação, observa-se bastante coerência nas disposições gerais da política externa chinesa concreta com suas diretrizes. Nos seguintes capítulos adentraremos no mundo da geopolítica chinesa concreta avançando na tortuosa investigação, seria a China um Panda ou um Dragão?

CAPÍTULO IV

4 A GEOPOLÍTICA CHINESA NA NOVA ERA

Na investigação realizada até então constituímos uma reconstrução teórica que nos embasasse através de uma teorização coerente acerca do funcionamento do Estado Chines, partindo de premissas fundamentais do pensamento marxista, como a luta de classes, a constituição da hegemonia de uma classe social fundamental, e a formulação de aparelhos de estado que possibilitem a coesão e coerência da ação estatal frente ao conjunto da sociedade.

A partir de uma imersão na teoria do imperialismo, somada à formulações sobre a mundialização do capital, e as transformações sócio-históricas sofridas pela economia mundial no mundo pós-soviético mergulhado no universo neoliberal, buscamos ainda situar precisamente a conjuntura e a janela histórica que se abriu a partir de 2008, avançando na compreensão das transformações que não poderiam ser entendidas sem o papel da China, enquanto ator do processo mas também enquanto fruto de determinadas condições políticas e econômicas de seu tempo histórico.

No presente capítulo buscaremos um fechamento analítico em nossa investigação trazendo a investigação das contradições internas, para a política externa chinesa. A partir de uma dialética interior-exterior, e nas contradições no seio das relações hegemônicas e contra-hegemônicas das quais a China é sujeito, mas é também sujeitada.

4.1.1 Séc. XXI, Crise econômica mundial, e crise interna na China

Promoting the building of a community with a shared future for mankind:

The dream of the Chinese people is closely connected with the dreams of the peoples of other countries; the Chinese Dream can be realized only in a peaceful international environment and under a stable international order (XI, 2017, p.21)

A chegada de Xi Jinping ao poder de Estado na China marcava uma resposta contundente -e incontornável- a uma série de problemáticas e desafios. A China vinha em um ciclo de crescimento econômico vertiginoso, o que se mostrava como um cenário excelente, mas tal ritmo já mostrava seus sinais de entaves, a crise ambiental, escândalos cada vez mais

frequentes de corrupção dentro do gigantesco aparato de Estado chinês, colocavam em risco a estabilidade do PCCh e sua hegemonia social na China. O crescimento econômico fruto das décadas de reforma e abertura não veio sem as suas contradições. Dentre elas a expansão do capital privado, a reinserção de formas de apropriação privada de lucros e propriedades, tal cenário fazia emergir a necessidade de mudanças.

O Governo Hu Jintao (antecessor a Xi Jinping), tentou enfrentar algumas das problemáticas ora mencionadas, reforçando mecanismos de controle sobre o capital privado e sobre o próprio partido e seus membros, tais medidas por um lado contrastavam com o governo anterior de Jiang Zemin, mas ainda se mostravam insuficientes para as necessidades imperativas colocadas pela conjuntura interna. A crise de 2008-2009, precipitou ainda mais o clima de instabilidade global, preocupações com a volatilidade dos mercados, e a corrupção crescente, se somavam à crescente “bomba-ecológica”, o caos ambiental na China começava a suscitar um clima de questionamentos e incertezas, junto com um ascenso de greves e lutas setorializadas por diversos estratos da classe trabalhadora chinesa. A chegada de Xi Jinping nos idos de 2012 ao papel de liderança política chinesa se apoiava precisamente na necessidade urgente de enfrentamento deste cenário, surge assim o debate sobre a “Nova Era” e Xi Jinping se colocava como figura central para fazer a China adentrar neste curioso período histórico.

O desafio ao qual Xi Jinping se propunha, e o qual vem pautando desde então não se resumia apenas a enfrentar as questões internas da China, seus desafios domésticos, se estabelecia ali a proposta de uma China que abandonaria a sua diplomacia “low-profile” dominante nas três décadas anteriores. Xi Jinping se propunha assim a um projeto de integração da Humanidade, sendo a China um ator central em tal movimento, surgia assim a bandeira de “Estabelecer Uma Comunidade com um futuro compartilhado para a Humanidade”. Começava, portanto, a tomar forma o momento que o próprio Xi estabeleceu como “A hora de a China tomar parte da diplomacia de grandes países” operando a partir da cooperação na governança global pautada no multilateralismo (XI, 2017).

É necessário aqui um esforço em caracterizarmos o que doravante seria entendido como a “Nova Era”. Tal evento histórico, seria marcado tanto por transformações internas da China, no que tange a novos desafios e também a suas conquistas. Mas também por um cenário internacional de profundas transformações. A Crise econômica de 2008 que se estendeu pelos anos seguintes certamente é um fator de peso na mudança que a China observou em seu próprio papel enquanto ator político e econômico. A China fora de fato a única economia de grande

porte a sair mais forte do que entrou no período de crise. O controle das bolsas de valores, dos fluxos de capitais, possibilitou respostas rápidas que evitassem o cenário de incerteza e crise de confiança generalizada que marcou o período. Se por um lado do ponto de vista ocidental, e em especial dos EUA e União Europeia, as respostas para a saída da crise, foram intervenção estatal de caráter eminentemente financeiro, despejando recursos para salvar determinados bancos e empresas, mas sem quaisquer transformações substanciais no funcionamento das instituições e na dinâmica de valorização do Capital, o que terminou por aprofundar as bases da financeirização e dos chamados “capitais fictícios”, adiando para mais a frente um novo momento inevitável de crise. Por outro lado, a China, em especial com o ascenso de Xi Jinping, traz como resposta um aperto nos cintos da regulação Estatal, um crescimento vertiginoso do controle sobre as bolsas de valores, remessas, investimento privado no exterior. Em uma palavra elevou-se a dominância do Estado sobre os capitais privados. Tal movimentação não veio ela própria sem alguns “solavancos” em 2015 e 2016 as bolsas de valores de Shangai⁴⁸ observaram turbulências até então desconhecidas para o mercado de ações chines, o Estado levou alguns meses até ter uma retomada integral da situação com os novos mecanismos estabelecidos para fluxos de investimentos, compras e vendas de ativos. A turbulência seria ela própria segundo algumas análises reflexo das inflexões nas políticas macroeconômicas chinesas, com relevo para a virada de uma orientação com base em exportação, para uma orientação com base no mercado interno, que manteria um amplo setor de exportações, porém reduzindo paulatinamente a dependência macroeconômica de tal modelo, elevando a parcela da economia orientada tanto ao abastecimento interno, mas também aos serviços. A China voltaria, portanto, a acionar uma política pautada na autossuficiência, garantindo estrategicamente uma posição de enfrentar as turbulências internacionais com menor impacto à sua dinâmica econômica doméstica.

A Nova Era viria marcada por desafios e oportunidades para a China e esta se mostrava cada vez mais disposta a enfrentar a situação e sair mais forte, e com um papel de liderança consolidado. Para Xi os principais desafios seriam assim resumidos: “And yet, as a world we face growing uncertainties and destabilizing factors. Global economic growth lacks energy; the

⁴⁸ Disponível dentre outros em: “China’s stock market crash: Symptom of a bigger crisis” <<https://www.tni.org/en/article/chinas-stock-market-crash-symptom-of-a-bigger-crisis>>

gap between rich and poor continues to widen; hotspot issues arise often in some regions; and unconventional security threats like terrorism, cyber-insecurity, major infectious diseases, and climate change continue to spread.” (XI, 2017). A China sob Xi passa a responder de forma específica cada uma dessas demandas com grandes projetos orientados para desenvolvimento regional como Nova Roda da Seda, Aparatos de segurança e cooperação política como o Tratado de Cooperação de Shangai, bem como seu reforço enquanto ator político em organismos internacionais como OCDE, ONU e a própria OMS.

Como vimos em nossa discussão que nos antecedeu, a ascensão de Xi se vê apoiada em toda uma reestruturação e aprofundamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIS) Chineses, tanto na esfera dos AIS em sua dimensão política, mas também educacional, mídias. O próprio Exército de Libertação Nacional passará por mudanças importantes como destacado por Filho (2017), destacando dentre outras maior centralização, e reforço do controle central pelo chamado “*Standing Politic Bureau*” do Comitê Central, associados a mudanças na estratégia, Xi sintetiza tais mudanças na nova política básica do “Socialismo com Características Chinesas Para Nova Era” conforme segue: “*It makes clear that the Party’s goal of building a strong military in the new era is to build the people’s forces into world-class forces that obey the Party’s command, can fight and win, and maintain excellent conduct*” (XI, 2017). Chamamos atenção aqui tanto para esta dimensão do controle reforço do controle Político pelo Partido, bem como a “Capacidade de combater e vencer”, destacada por Xi.

Para enfrentar tal cenário de incertezas e promover as reorientações políticas e econômicas de grande envergadura às quais o PCCh se propunha agora sob liderança de Xi, se fazia fundamental garantir um amplo apoio de massas. Tal apoio começaria a ser garantido com a campanha anticorrupção lhe concedera internamente um prestígio, e uma “moralização” do PCCh, que viu diversos de seus quadros burocráticos passando por medidas punitivas ou educativas, desde o início da campanha mais de 1 milhão de quadros já foram alvo das políticas anticorrupção segundo o relatório anual da Comissão Central para Inspeção de Disciplina, citado por Economy (2018), junto com a chamada “virada ecológica Chinesa”⁴⁹, a partir da qual toda uma nova política energética, associada a políticas gigantescas de reversão de desgastes ambientais, colocaram Xi Jinping enquanto uma liderança política com poderes virtualmente

⁴⁹ Desenvolvi em outro local uma discussão sobre a questão ambiental, que culmina na discussão sobre o modelo de Governança ecológica desenvolvido por Xi Jinping.

Para maiores desdobramentos: Uma leitura crítica das teorias do risco e o caso da China

<<https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/29/uma-leitura-critica-das-teorias-do-risco-e-o-caso-da-china/>>

incontestes. Tal característica será um cartão de visitas para sua maior assertividade em termos de política externa na “nova era” no que (Economy, 2018) irá situar como a Terceira Revolução Chinesa.

A Campanha anticorrupção marcará, portanto, uma das guinadas políticas e ideológicas mais características da era Xi Jinping, trazendo todo um conteúdo de reestruturação do funcionamento interno, expurgos, aplicação de disciplina em níveis militares aos quadros partidários. Mostra dessa disciplina partidária elevada se deu na atuação do PCCh na condução de uma política nacional de combate à pandemia, com um êxito não observado em nenhum outro país. Economy (2018) por sua vez aponta um caráter “autoritário” de tais medidas. E associa a virada da política anticorrupção ao que ela chama de “inspiração maoísta” orientada para elevação do controle pessoal sobre organismos partidários. Embora tenhamos claras divergências com a autora referente ao conteúdo político das ações de expurgos e controle ideológico. Concordamos no papel de controle ideológico que estas carregam. A criação de Comissões reduzidas, que conduzem o núcleo duro do que Xi chama de “Compreensivamente aprofundar as reformas”, reformas militares e na segurança cibernética irão marcar de fato as condições políticas para a China sob hegemonia do PCCh atravessar os desafios ora colocados, mirando não apenas uma sobrevivência, mas sim assumir cada vez mais uma liderança na conjuntura que se desenha. Tal elemento tendencialmente ficará mais evidente com o desenrolar da conjuntura pós-pandemia.

A campanha ecológica, guerra à poluição, ou o que Xi chama de “Construção de uma ecocivilização socialista” aparecerá ainda no centro tanto de uma política nacional, mas também da dinâmica geopolítica chinesa. Internamente o enfrentamento da poluição, as transformações energéticas, investimentos massivos na “virada energética” aparecerão como medidas iniciais. A China notadamente se tornou na última década o principal polo em investimentos em “tecnologias verdes” sendo a política nacional de desenvolvimento de veículos de novas energias uma das principais características. O programa nuclear chinês, e suas implicações na produção de energia limpa com tecnologias de fusão nuclear, criação de células de hidrogênio, figuram no centro das medidas. Sobre as políticas ambientais Xi destaca:

Devemos tratar corretamente as relações entre o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente e ter sempre em mente a concepção de que a proteção ambiental significa a proteção das forças produtivas e a melhoria do meio ambiente significa o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionando conscientemente o desenvolvimento verde, a economia circular e o desenvolvimento com baixa emissão de carbono. Não devemos,

categoricamente, sacrificar o meio ambiente por um crescimento econômico temporário.

O território é a base espacial concreta para o desenvolvimento de uma ecocivilização. Tendo em vista o equilíbrio entre a população, os recursos e o meio ambiente, assim como a coordenação dos rendimentos da economia, sociedade e ecologia, devemos planejar de modo geral a exploração dos espaços e organizar cientificamente os espaços de produção e de vida, bem como o espaço ecológico, reservando mais áreas para a reabilitação da Natureza (XI, 2014. PG. 254.)

O papel central que tal questão assume na China se mostra evidente, e os resultados até então obtidos não são menos promissores, como a reversão acentuada do desmatamento, que converteu a China na principal responsável pelo avanço de áreas verdes no mundo. A dinâmica interna e dinâmica externa se farão presentes a partir do momento onde a China irá estabelecer políticas de cooperação energéticas e produtivas com outros países. Não acreditamos, todavia, que seja possível um alinhamento automático, em especial tendo em mente as gritantes diferenças do ponto de vista das relações de produção e forças produtivas nos diversos países. Os direitos de propriedade no Brasil por exemplo, e sua legislação ambiental permissiva, associados a todo tipo de corrupção de oficiais permite uma estrutura de degradação ambiental continuada no Brasil que dificilmente pode ser revertida sem mudanças estruturais no âmbito interno. Xi destaca como:

A proteção do meio ambiente, o enfrentamento às mudanças climáticas e a salvaguarda da segurança dos recursos e energias são desafios comuns que todo o mundo tem pela frente. A China continuará a assumir suas obrigações internacionais, trabalhará com todos os países para intensificar o intercâmbio e a cooperação na área da ecocivilização, promoverá o compartilhamento dos seus resultados e construirá de mãos dadas, com todos os países, esse nosso lar, a Terra, ecologicamente lindo (XI, 2014, pg. 258).

Observamos assim uma predileção à cooperação e compartilhamento de ganhos comuns. Mas que não se traduzem em exigências políticas ou retaliações por parte da China à países que não sigam as mesmas diretrizes. Neste aspecto aqui a dimensão da coexistência pacífica deve ser norteadora à política ambiental em nível mundial. A política da Ecocivilização socialista irá figurar, portanto, no centro de uma política interna de resposta às demandas sociais, e externa enquanto parte de um papel de liderança pautada na cooperação ao qual a China vem se dispondo. A relação sino-russa traz talvez a principal das mostras de como tal política deverá se expandir para além das fronteiras chinesas, suas potencialidades e

dificuldades. Chen (2019) faz um estudo sobre a cooperação sino-russa nas questões ecológicas, apontando como esta vem crescendo consideravelmente nas duas últimas décadas, apontando assim: “China and Russia have established a robust system for cooperation in the sphere of environmental protection. At the same time, the urgency of environmental issues requires that the two countries should maximize the efficiency of this cooperation.” O sistema robusto de cooperação e proteção que Chen se Refere, teria segundo o autor alcançado diversos níveis de coordenação em nos altos órgãos de governança de ambos países, como o estabelecimento do subcomitê de Proteção Ambiental, inerente ao Comitê de Reunião dos primeiros ministros de ambos os países. Ademais Chen destaca ainda como organismos multilaterais liderados pela China como o SCO (Shanghai Cooperation Organization), tendo estabelecido em 2013 o Centro de Cooperação e Proteção Ambiental da SCO. Além de estruturas dos BRICS, tem possibilitado o avanço de cooperação ambiental. Alcançando o nível de empresas de cada país, tratados transfronteiriços, estabelecimentos de 12 áreas de proteção e quatro parques entre as duas nações.

4.1.2 A China e o epicentro geopolítico asiático

A ascensão da China vem nutrindo uma série de inflexões, de caráter econômico, político e cultural, que tem colocado a Ásia cada vez mais enquanto o território de maior dinamismo. As transformações que se processam no interior da China, se colocam após o período de ascensão soviética, como o principal motor de transformações territoriais a nível macrorregional. Pensamos aqui as transformações territoriais enquanto mudanças que se processam no espaço asiático, seja nas suas infraestruturas, na composição de suas cidades, composição do campo, mas sobretudo nas transformações de ordem políticas que vem se processando nos diversos países vizinhos, que reagem às novas condições dispostas pelo desenvolvimento chinês. De modo que os vizinhos da China passam a ser influenciados em primeira mão por este novo ciclo que se abre.

Na investigação aqui desenvolvida trabalhamos a concepção de que haveria uma espécie de epicentro geopolítico, envolvendo os principais países vizinhos da China. O mar do Sul da China⁵⁰, o Mar Amarelo, fronteiras marítimas com a Península Coreana e Japão, as Fronteiras

⁵⁰ O mar do Sul da China é rota de 1/3 de todas exportações marítimas anuais. Como pode ser observado dentre outros em:

terrestres com A Rússia, Índia, Vietnã e Nepal, marcam alguns dos pontos mais dinâmicos, seja pelas rotas comerciais, seja por interesses militares ou geoestratégicos. De modo que precisamente a partir de tal arranjo territorial buscamos demonstrar as determinações fundamentais da geopolítica chinesa.

A China é o Estado-nacional com o maior número de países fronteiriços, contando com 20 vizinhos, dentre fronteiras terrestres (12) e marítimas (6), sendo ainda duas destas fronteiras mistas (KOTKIN, 2012). Tal característica traria ainda segundo o autor ao mesmo tempo um sem-número de possibilidades, mas também de dificuldades. Afinal a complexidade de relações entre as diferentes fronteiras é enorme. Havendo desde fronteiras que foram há muito sedimentadas (como no caso da Coreia) e outras que seguem como *locus* de acirradas disputas, como no caso da Fronteira terrestre com a Índia, ou as fronteiras marítimas do Mar do Sul da China, e as disputas com o Japão por arquipélagos no Mar do Japão.

Fronteiras de naturezas tão distintas têm gerado acordos e acomodações igualmente diferenciados. Se por um lado as Fronteiras com Rússia e Coreia parecem ter encontrado “acordos definitivos” por outro lado as fronteiras com a Índia seguem um ponto nodal de tensão. O ano de 2020 foi marcado por diversas tensões entre os dois países, com confrontos e escaramuças fronteiriças⁵¹. A morte de dezenas de soldados Indianos foi relatada pelas mídias indianas enquanto o lado chinês se absteve de comentar publicamente sobre alguma eventual fatalidade, assume-se que tal medida veio como um intuito de evitar comparações que pudessem precipitar novas rodadas de agitação popular e demandas por novas ondas de hostilidades entre os dois países. A despeito de algumas tentativas de redução das conflitividades a Índia optou por mover mais tropas para parte de suas fronteiras com a China, anunciando ainda uma mobilização de sistemas de defesa antiaérea⁵². A Rússia por sua vez participou de rodadas de negociação que ajudaram a reduzir as tensões entre os dois países.

“CNBC: Here’s why the South China Sea is highly contested”

Disponível em: <<https://www.cnn.com/2018/02/07/heres-why-the-south-china-sea-is-highly-contested.html>>

⁵¹ “**South China Morning Post: Indian Army says 20 of its soldiers killed in Chinese troop border clash in Galwan**”:

Disponível em: <<https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3089255/three-indian-soldiers-killed-clash-chinese-border-army-says?fbclid=IwAR3snSHIY4Lb10-EhCxlvXDHWDNE2p74htSEtITOFkN7ITpkINclW17k06E>>

⁵² Sputnik News: India Orders Six Multi-Barrel Guided Launchers to Deploy Along China Border:

As transformações na dinâmica política e econômica Indiana ocasionaram uma movimentação que afastou paulatinamente a Índia do escopo de alianças da China, a despeito das crescentes taxas de comercialização entre os dois países em especial nas últimas décadas, que tornaram a China o principal parceiro comercial da Índia em importações (14,6% do total), e o terceiro principal receptor das exportações do país (5,08 % do total)⁵³. O governo Modi, com características que transitam entre elementos de um nacionalismo etnocêntrico, com certa dimensão estatista do ponto de vista produtivo, em especial em setores estratégicos, convive com políticas neoliberais exacerbadas, como a destruição de instituições públicas, desmobilização de aparatos de seguridade social, desregulamentação dos direitos trabalhistas, bem como a financeirização cada vez mais pronunciada da economia Indiana. O reforço do alinhamento do Governo Modi com as diretrizes políticas e econômicas do imperialismo estadunidense, tem reduzido drasticamente os elementos de cooperação entre Índia e China, após um curto período de avanço, que culminara no ingresso da Índia na Organização de Cooperação de Shangai/Shangai Cooperation Organization (SCO).

A China por sua vez a partir de sua estratégia de cooperação fomentada sobretudo pela *Belt and Road Initiativ* (BRI) e pela *Shangai Cooperation Organization* (SCO) tem conseguido proporcionar um incremento nas relações comerciais com os mais diversos países da região, o que por certo período pareceu facilitar e talvez até abrir uma possibilidade de parceria estratégica com a Índia, mas que por outro lado tem encontrado resistência interna a determinados países, bem como pressões internacionais submetidas pelo bloco imperialista ocidental. A estratégia fomentada pela China associando as duas iniciativas, possibilita ainda uma mescla entre uma dimensão puramente econômica com esferas de Cooperação política. Uma mostra interessante de tal associação vem sendo um esforço continuado de dissuadir o Nepal de suas relações históricas de subordinação à Índia, e trazê-lo para relações estratégicas com a China. Com efeito, Xi Jinping em viagem oficial ao Nepal ao final de 2019, selou junto ao primeiro ministro K.P. Oli, e o Presidente Bidya Devi Bhandari⁵⁴, um acordo de elevação do status de relações

Disponível em: <https://sputniknews.com/india/202009011080333369-india-orders-six-multi-barrel-guided-launchers-to-deploy-along-china-border/?fbclid=IwAR28Yd0kcQnLk5wx2N3qo8ThcKX3alJd7l44iFJQmW0ZgpIVkYfnmwD6D7w>

⁵³ World Bank – World Integrated Trade Solution: Índia

Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/countrysnapshot/en/IND>>

⁵⁴ “The Diplomat: China’s Xi visits Nepal: Elevating ties to ‘Strategic Partnership of Cooperation’”.

Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/10/chinas-xi-visits-nepal-elevating-ties-to-strategic-partnership-of-cooperation/>>

entre os dois países para uma “parceria estratégica”, tal movimento se concretiza após a ascensão da coalizão entre os partidos comunistas nepaleses ao poder do Estado. O novo status das relações diplomáticas entre os dois países, para além de um forte peso formal, demonstra o caráter estratégico que a China vem dando na associação entre interesses políticos e econômicos mútuos, e na conquista de novos aliados com maior grau de alinhamento político. A transformação nas relações com o Nepal, somadas as tensões entre China e Índia, levaram a um movimento inédito, no qual o parlamento nepalês aprovou uma nova base cartográfica⁵⁵, que inclui territórios disputados com a Índia, situados em fronteira Tríplice com a China. Tal manobra foi vista pelo lado indiano como uma clara provocação do Nepal que se processou devido ao “suporte” da China. Embora a China tenha negado formalmente qualquer envolvimento com o episódio. De fato, em nossa percepção, tal evento, situado na conjuntura, não poderia ter outra explicação que não um suporte chinês a tal medida, visto que há mais de 60 anos o Nepal não incitava de forma provocativa os conflitos fronteiriços. Se traduz assim uma estratégia de *soft power*, com suporte ao aliado em detrimento de um Estado rival.

Os esforços de aproximação com a Índia viram, portanto, seu curto período de avanço, marcado por um forte recuo. As tentativas por parte da China de aproximação simultânea com Índia e Paquistão foram igualmente alvo de ceticismo e protestos da parte indiana, embora ambos países tenham formalizado seu ingresso na SCO em 2017⁵⁶. O ambiente relativamente estável no interior da SCO, não garantiu uma atmosfera semelhante em seu exterior, seja nas relações entre Índia e Paquistão, que continuaram a deteriorar-se após novas e frequentes rodadas de escaramuças na região da Caxemira, seja nas relações entre a Índia e a China, que voltaram a um dos pontos mais baixos das últimas décadas. O impacto econômico das novas hostilidades parece ainda reduzido, dada ao elevado pragmatismo nas relações econômicas estabelecidas pela China, a despeito de rusgas e embates político-ideológicos.

A SCO segue sendo um ponto nodal incontornável para a política regional da China, sendo a ação coordenada junto a Rússia o principal motor de estabilidade ou instabilidade no

⁵⁵ BBC: India and China: How Nepal's new Map is Stirring old Rivalries.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-52967452>>

⁵⁶ Observer Research Foundation: The SCO and the conflict between India and Pakistan

Disponível em: <[123](https://www.orfonline.org/expert-speak/sco-conflict-between-india-pakistan/#:~:text=When%20India%20and%20Pakistan%20were,two%20camps%3A%20optimists%20and%20pessimists.&text=So%2C%20the%20two%20countries%20became,mistaken%20%E2%80%94%20both%20pessimists%20and%20optimists.>></p></div><div data-bbox=)

interior da organização. Após a entrada da Índia e Paquistão a organização encontrou um período de relativa estagnação em seus trabalhos, tendo sido a chegada recente da Rússia na presidência da entidade em 2019 um novo momento de articulações no interior da SCO. A dimensão conflitiva em tal dinâmica entre os dois atores foi previamente explicada a partir das próprias configurações dos blocos no poder em cada um dos países, no entanto, a dimensão conflitiva, ainda se opera dentro de um horizonte de parceria estratégica, se colocando as contradições em um momento histórico onde ainda se encontra substrato para o avanço da aliança estratégica sino-russa. A SCO se faz assim um dos palcos principais de tal aliança.

Cabe aqui colocar em questão o papel estratégico da SCO para Rússia e China, e quais as principais divergências na condução da entidade. Se por um lado se mostram evidentes muitos acordos no campo da cooperação em defesa, combate ao terrorismo, resolução de conflitos fronteiriços, por outro lado existem compreensões diferentes do papel da organização acerca da cooperação econômica. A discrepância entre o poderio econômico dos dois países se coloca como o maior entrave para o desenvolvimento da SCO em um espaço privilegiado de coordenação do desenvolvimento regional. Ao passo que a China mantém ativas iniciativas como a BRI, que embora seja vista como uma cesta de oportunidades pela Rússia, é também vista como um aumento do engajamento da China em relações mais aprofundadas com os outros países membros da SCO ou próximos à entidade, o que poderia ameaçar o papel proeminente da Rússia em relação a ex-repúblicas soviéticas, países como Cazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Quirguistão. A Rússia de sua parte segue ainda apostando em algumas estruturas orientadas para o desenvolvimento econômico regional como a EAEU (Eurasian Economic Union/ União Econômica Eurasiática), sob sua direta influência. A resistência por parte dos russos para aprofundamento da SCO encontra dificuldades materiais, e se mostra também vacilante, havendo momentos de uma busca mais clara de ação coordenada entre as diferentes entidades, incluindo ainda instrumentos como a ASEAN⁵⁷. De modo que a despeito de divergências e visões distintas no plano estratégico de longo prazo, ainda é observável um terreno fértil para aliança e cooperação tática entre China e Rússia, tendo a SCO como uma das principais ferramentas.

⁵⁷ The Eurasian Times: **Russia Proposes To Combine ASEAN, EAEU & SCO To Form Greater Eurasian Partnership.** Disponível em: <<https://eurasianimes.com/russia-proposes-to-combine-aseann-eaeu-sco-to-form-greater-urasian-partnership/>>

As fronteiras terrestres da China apresentam assim com exceção da Índia, uma situação de relativa calmaria. Segundo Kotkin et al. (2012) até o ano de 2012 ao menos nove dos vizinhos da China já teriam encontrado acordos duradouros referentes às fronteiras com o país, apesar de alguns destes ainda guardarem certos elementos de possível instabilidade futura, como o caso dos acordos “secretos” de fronteiras entre China e Afeganistão, Coreia do Norte e Paquistão. O mesmo é válido para a fronteira na região da Manchúria com a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia - RPDC), que já se encontra em uma situação de estabilidade duradoura. As relações entre China e Coreia do Norte possui um caráter estratégico e diferenciado, tendo a China se mantido como uma aliada mesmo com o avanço dos embargos internacionais políticos e econômicos à pequena RPDC. A situação de estabilidade entre China e Coreia, no entanto, não pode ser estendida à toda a região. Havendo conflitos persistentes entre as duas coreias, RPDC e República da Coreia (RC), além de embates entre Coreia do Norte e Japão, que se elevaram ao nível de provocações militares abertas de larga escala em 2018.

Na esteira das relações marcadas por instabilidade aparece não apenas o papel da Coreia do Norte com relação ao Japão e Coreia do Sul, mas também da própria China para com estes atores. A despeito da inexistência de fronteiras terrestres, embates se mostram presentes na dinâmica envolvendo as fronteiras marítimas da China e Japão, e em menor medida com a Coreia do Sul. O Japão figura na região como o principal adversário do ponto de vista militar e econômico para a RPC, sendo a disputa territorial marcada pelo domínio de zonas econômicas exclusivas no mar do leste da China (Mar do Japão), bem como de arquipélagos como o Diaoyu/Senkaku. O controle do arquipélago significaria de fato uma extensão de até 20,000 mn² (ou 68,686 km²) da zona econômica exclusiva, referente a uma área onde para além da pesca, garantiria uma elevação do controle militar e de circulação na região (KOTKIN, 2012). As fronteiras marítimas seguem assim alvo de acirradas disputas, especialmente após terem sido alvo de prospecções de combustíveis fósseis, tendo a China iniciado operações de exploração de gás natural após 1995 (KOTKIN, 2012). Com o início da exploração de gás e combustíveis fósseis a China estabelece também reivindicações formais da soberania de exploração da região conhecida como Chunxiao/Shirakaba a partir do conceito de “prolongamento natural do território”, tomando como consideração a plataforma continental. O Japão por sua vez vem se pautando no princípio da equidistância. Fato é que a disputa segue ativa, e a própria disputa de soberania da China para com Taiwan, tem interferido no comportamento mais assertivo da China nas águas

sob disputa. É notável um acirramento nas tensões entre os dois países na região pontuada, marcado por exercícios militares frequentes, bloqueios navais, e a militarização de atóis, recifes e corais. Movimentações militares entre a Rússia e China no pacífico tem se tornado mais frequentes desde 2012 ⁵⁸, ao passo que a China realiza também esforços diplomáticos de redução de tensões com outros países que disputam territórios no mar do Sul da China, tendo realizado exercícios militares conjuntos com os países da ASEAN, visando movimento de pacificação da região estimulando a “liberdade de navegação”⁵⁹.

As relações entre China, Japão e Coreia do Sul, carregam uma dimensão paradoxal tal qual a dinâmica com a Índia, ao passo que se estendem avanços importantes de cooperação econômica, intensificam-se tensões no campo militar. Em 2019 foi realizada uma reunião trilateral entre Japão, Coreia do Sul e China, a partir da qual acordos de cooperação e consenso foram alcançados na esfera econômica como forma de enfrentamento do cenário de crise, os acordos incluíam desde avanço nas interações tecnológicas, até o estabelecimento de uma zona de livre comércio trilateral ⁶⁰. A estratégia de cooperação tem mostrado um aparente “Break-through” nas relações tripartites com ROK e Japão, no entanto, as divergências estratégicas subjacentes no campo político-ideológico bem como alinhamentos com o bloco imperialista ocidental tornam fina a margem de manobra dos acordos ora estabelecidos. O clima de cooperação encontra severos limites quando tangenciadas as zonas de influência geopolíticas e militares na região. Com a transição de governos no Japão de Shinzo Abe para Suga Yoshihide, vê-se reforçada uma mudança em curso de uma política externa mais agressiva por parte do Japão e um reforço do processo de remilitarização da ilha. Em sua participação no Fórum de Davos de 2021 o novo premier japonês elevou a tônica do enfrentamento ao “inimigo chinês” apontando para o estabelecimento de uma “Otan Asiática”. Suga referia-se à Quad (Diálogo de Segurança Quadrilateral), esforço militar entre Japão, EUA, Índia e Austrália, para conter a ameaça outrora soviética, hoje fazendo uma menção direta à necessidade de conter a China e a

⁵⁸ The Print: Russia getting close to China one joint military exercise at a time. India must worry. Disponível em: <<https://theprint.in/opinion/russia-getting-close-to-china-one-joint-military-exercise-at-a-time-india-must-worry/343995/>>

⁵⁹ Sputnik News: China, Asean nations to ease regional tensions with new drills next week. Disponível em: <https://sputniknews.com/asia/201810211069087484-china-asean-nations-ease-regional-tensions/?fbclid=IwAR1Wqk-5a2b1wYEE54eXNdXzGi4HH9CM-xR0X2PaWEYOz25M_xUXnK6fzX0>

⁶⁰ CGTN: China-Japan-ROK Unity defies a gloomy world economy and troubling geopolitics. Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2019-12-25/China-Japan-ROK-unity-defies-gloomy-world-economy-troubled-politics-MHI4pBHRhS/index.html>>

Rússia⁶¹. Ainda se mostra um tanto incerta as inflexões nas ações dos EUA com seus aliados na região após as recentes mudanças na Casa Branca com a eleição de Joe Biden, embora seus aliados estratégicos já venham estabelecendo uma linha clara para a região. Ainda que as movimentações recentes dos EUA e aliados referente a Taiwan com deslocamento de frotas de navios para o estreito de Taiwan⁶² apontem para um provável acirramento das tensões geoestratégicas, tais movimentações geraram da parte da China um asseveramento em sua retórica que fala em Guerra em caso de declaração de independência da ilha, apoiada por EUA e aliados regionais. A elevação da pressão com relação a província considerada rebelde pela China vem se tornando um dos pontos centrais dos conflitos territoriais da China, no que se configura como um verdadeiro esforço de Guerra híbrida.

4.1.3 Hong Kong, Taiwan e a luta pela soberania chinesa.

A China pós-revolucionária se funda sob algumas bases fundamentais dentre elas a defesa da soberania nacional, a retomada da unidade do Território chinês. O mantra sempre aludido por Mao Zedong, de que só o socialismo poderia salvar a China, incluía não apenas uma dimensão político econômica, mas também uma dimensão cultural e **territorial**, de modo que só a revolução teria condições de dar consequência à luta pela reunificação da China. Tal esforço se viu exitoso na retomada da China continental, incluindo o Tibet em 1951, tal evento culminou na Guerra de 32 dias com a Índia, que a despeito do triunfo proeminente da China não resolveu completamente as disputas fronteiriças com aquele país. A unificação avançou ainda na retomada de províncias insulares como no caso de Hainan em 1950 e outras ilhas de menor porte. A província de Hainan se via ocupada pelo KMT após a derrubada do regime

⁶¹ Folha de São Paulo: Japão defende aliança com EUA, Austrália e Índia contra a China. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/japao-defende-alianca-com-eua-australia-e-india-contra-a-china.shtml>>

⁶² Folha de São Paulo: China diz que declaração de Independência de Taiwan significa guerra. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/china-diz-que-declaracao-de-independencia-de-taiwan-significa-guerra.shtml>>

nacionalista-burguês e a ascensão do PCCh. Após a liberação da Ilha o KMT transformou a ilha de Formosa (Taiwan) em seu porto seguro de resistência ao governo revolucionário.

Com a expulsão do Kuomintang Taiwan se torna *de facto* uma província rebelde, que intitula-se como o Governo legítimo da China, autoproclamando-se como a “República da China” com um Governo em exílio. Tal movimentação colocou freio ao desejo inicial de unificação total da China por parte dos Comunistas, embora algumas tentativas frustradas de retomada da Ilha tenham se processado nos períodos imediatamente posteriores à ocupação da ilha de Formosa. Se Taiwan representou um desafio aberto à soberania chinesa sob hegemonia do PCCh, as Ilhas de Hong Kong e Macau se mostraram muito mais como resquícios do passado colonial do que como desafios ao novo poder revolucionário em si. A própria dimensão geográfica e populacional tornaria mais difícil que as duas ilhas buscassem um caminho de enfrentamento diametralmente oposto à China. De fato, a política de unificação da China estabeleceu um paradigma de convivência pacífica com as duas ilhas, embora estas permanecessem sob controle das ex-potências coloniais, fato que só se transformaria em 1999 no caso de Macau, devolvida por Portugal, e em 1997 no caso de Hong Kong⁶³, devolvida pelo Reino Unido. Com o retorno das duas ilhas, transformadas em “Regiões administrativas especiais” era marcado o fim do período das humilhações sofridas pela China.

Se por um lado do retorno de Macau à China se mostrou como um processo mais suave e sem ingerências de Portugal, o mesmo não pode ser dito da parte do Reino Unido. A própria força política e econômica diminuta de Portugal em comparação à China se colocou como um motivador da transição suave, ao passo que o imperialismo inglês continuou exercendo um poder de influência proeminente em Hong Kong, interferindo tanto em seus assuntos econômicos quanto políticos. Tal poder de “persuasão” por parte do Reino Unido fez com que a China buscasse estratégias de retomada de sua hegemonia sob o território recém reconquistado. O primeiro movimento consistiu em tornar Hong Kong uma porta de abertura da China para o mundo, enquanto uma ponte financeira, a aproximação econômica, fez com que as lideranças locais olhassem cada vez mais para à China enquanto o “futuro” em detrimento do passado submisso ao ocidente

⁶³ CGTN: Why Hongkong’s return to China Matters:
Disponível em: <<https://news.cgtn.com/news/2020-07-01/Why-Hong-Kong-s-return-to-China-matters-RLwUqXBli8/index.html>>

O status de Hong Kong enquanto uma Região administrativa especial se mostrou enquanto uma ferramenta tática para o processo de Reforma e Abertura da China, sendo sintetizado por Deng Xiaoping (1987) em suas formulações sobre “Um País Dois Sistemas”. Deng articulou em 1984 o processo de retorno de Hong Kong à China, e nos idos dos anos 80 já estabeleceu algumas diretrizes referentes à “manutenção da prosperidade de Hong Kong”. Deng apontava a convicção de que o comunicado sino-britânico que formalizara o retorno de Hong Kong à China em 1997 seria respeitado a despeito das mudanças de lideranças na China. Os planos estabelecidos para Hong Kong e Taiwan seriam assim sintetizados por Deng:

Respetar los hechos y la realidad quiere decir aqui respetar la realidad histórica de Hong Kong y Taiwan. Al plantear el mantenimiento del sistema capitalista em Hong Kong, lo hacemos em el sentido de poner em práctica la idea de “um país, dos sistemas”. Los mismo puede decirse de Taiwan. Nuestro sistema socialista es inmovible; nunca cambiará. Pero, sin garantizar la continuación del sistema capitalista em Hong Kong y Taiwan, no seria posible asegurar su estabilidad y prosperidade ni resolver de manera pacífica estos problemas. Por lo tanto, em el problema de Hong Kong, planteamos, ante todo, que se garantizará el mantenimiento sin cambios, por cincuenta años después de 1997, del sistema y del modo de vida capitalistas allí vigentes (DENG, 1987, p. 71-2)

O estabelecimento da política de Um País Dois Sistemas mostra assim algumas faces fundamentais para a China, a primeira é o fomento de uma transição pacífica, dos territórios de Hong Kong e Macau, com aceitação e suporte da comunidade internacional, tal medida traria ainda no médio prazo uma mediação possível para lidar com a questão de Taiwan, ainda mais espinhenta. Uma segunda dimensão teria a ver com as reformas em curso e a abertura da China para a comercialização com o mundo, não atoa sob a insígnia “um país, dois sistemas” tanto Hong Kong quanto Macau se tornaram verdadeiros portais de entrada e saída de investimentos Chineses para o mundo e de investimentos estrangeiros na China. De modo que a abertura, o estabelecimento das já aludidas “Zonas Econômicas Especiais” e a retomada dos territórios de Hong Kong e Macau assumem um forte caráter de síntese. A manutenção da “estabilidade política e econômica de Hong Kong” pelos próximos cinquenta anos daria uma mostra de uma boa

vontade do PCCh para com a transição pacífica, mas como veremos agora tal preceito se esbarrou na realidade o que forçou realinhamentos, sejam eles premeditados ou não.

Se o retorno de Hong Kong à China se mostrava como uma peça chave para a política da China, cabe também um questionamento, do porquê o ocidente teria caminhado de maneira favorável ao retorno dos territórios dominados para a China, a despeito de todas desconfianças para com o país? Alguns elementos centrais já foram por nós discutidos nos capítulos anteriores, a dimensão da Guerra Fria ainda ativa entre o Bloco capitalista ocidental versus a URSS, foi um dos elementos impulsionadores de uma política “amigável” à China, que sob avaliação do imperialismo ocidental deveria ser lentamente seduzida para longe da zona de influência da URSS. Faz-se evidente a existência naquele momento de um entendimento bastante difundido no ocidente de que seria uma questão de tempo para que a abertura levada adiante pela China ultrapassasse a barreira da abertura para relações comerciais e se tornasse numa verdadeira transformação da China em uma economia capitalista, liberal, submetida paulatinamente aos interesses ocidentais, e cada vez mais antagônica aos interesses soviéticos. Em outras palavras cada passo referente à reaproximação com o ocidente, seria um passo na fragmentação do poder político do PCCh e da restauração capitalista na China. Em uma análise recente do Conselho de Segurança Nacional de Washington⁶⁴, foi criticada de maneira clara tal entendimento, bem como os efeitos práticos de seus desdobramentos. Apenas após 1989 com os eventos da Praça Tienanmen, se mostraram evidentes as primeiras tentativas de fragmentação do Governo chinês, ainda assim foram levados adiante os esforços de reaproximação com a China, que de sua parte mostrava-se firme no caminho da abertura da Zonas Econômicas Especiais e normalização das relações diplomáticas a partir de uma política externa cada vez mais pragmática.

O retorno de Hong Kong à China se dá assim na esteira de uma política de reaproximação da China com o ocidente capitalista e vice-versa, tal movimentação se veria complementada a partir da inserção da China na Organização Mundial do Comércio em 2001.

⁶⁴ White House: The Chinese Communist Party’s Ideology and global ambitions.

Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/chinese-communist-partys-ideology-global-ambitions/?fbclid=IwAR3Zu_S2dLQJNIOtiNTt5EwOIMti64tD1_ZJlQzLO4mt_Eyo6a2Q0Dh1Hgo> Acesso em 26/06/2020.

Observamos que o relatório citado acima foi apagado do domínio da Casa Branca, no entanto o mesmo relatório segue ainda disponível no portal da embaixada República da Coreia:

U. S. Embassy and Consulate in the Republic of Korea: The Chinese Communist Party’s Ideology and global ambitions.

Disponível em: <<https://kr.usembassy.gov/062620-the-chinese-communist-partys-ideology-and-global-ambitions/>> Acesso em 23/02/2021.

Tais eventos possibilitaram o reforço de Hong Kong em uma ponte fundamental da China com o mundo ocidental, tendo a metrópole insular se tornado o principal vetor de entrada de capitais financeiros na China ⁶⁵. A relevância de Hong Kong para a China segue proeminente embora sua participação frente ao PIB tenha reduzido drasticamente. Em 1997 no ano de seu Retorno à China a Cidade de Hong Kong correspondia a quase 18,4% do PIB Chinês frente aos 2,7% correspondentes ao ano de 2019. A presença de Hong Kong enquanto um ator central para as movimentações financeiras da China com o mundo exterior segue sendo o seu principal motor. Em 2018 as movimentações financeiras de empresas Chinesas (tanto públicas quanto privadas) tiveram mais da metade de seus ganhos de capital via bolsa de Hong Kong, que sozinha conta por quase o dobro das bolsas de Shenzhen e Shangai combinadas, a Região autônoma especial é ainda responsável pela maior parte do Investimento Estrangeiro Direto (IDE) que chega até a China continental. Hong Kong continua funcionando, portanto, como uma porta de entrada para a China, elemento que ainda deve se sustentar por algum tempo. Se por um lado o retorno da ilha à China cumpriu uma importância estratégica para a China, mas também para investidores estrangeiros, e para o próprio ciclo de expansão econômico deslançado pela China após a década de 90, por outro o crescimento econômico chinês, somados à sua crescente estabilidade interna, tornaram cada vez mais “perigoso” e desafiador o domínio Chinês sobre a ilha.

As políticas de desestabilização de Hong Kong terão início a partir da crise de 2008, onde será marcado o novo ciclo político e econômico. É necessário demarcar o desenvolvimento paradoxal das atividades de “contenção da China”. Ao mesmo tempo em que a China se configura cada vez mais como um motor de desenvolvimento mundial, tal movimento somado com sua estabilidade política a converte em uma ameaça à ordem política vigente. A estratégia de abertura da China possibilitou um crescimento econômico a partir de trocas com os mais diversos países do mundo, mantendo, no entanto, um rígido controle das estruturas políticas e econômicas na China nos moldes do *socialismo com características chinesas*. A situação paradoxal então colocada se delineia a partir do momento em que fica clara a emergência da China, que em especial após o ascenso de Xi Jinping, consegue mostrar um acerto de contas com muitas das contradições internas, em especial o descompasso entre desenvolvimento econômico e avanços nos ganhos sociais, e no mundo do trabalho, bem como o desequilíbrio assustador na questão

⁶⁵ Reuters: How importante is Hong Kong to the rest of China?

Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-hongkong-protests-markets-explainer-idUSKCN1VP35H>>
Acesso em 23/02

ambiental. A partir do momento em que a nova liderança do PCCh consegue “repactuar” uma agenda de desenvolvimento econômico, respondendo às crescentes greves e demandas por ganhos salariais e no âmbito da seguridade social, e ainda estabelecer planos ambiciosos para a agenda ambiental, no que se configurou como o projeto de desenvolvimento de uma “ecocivilização socialista”, torna-se cada vez mais urgente para a agenda imperialista uma política de desestabilização da China, mas que não enfrente de forma frontal seu desenvolvimento econômico, promovendo uma espécie de fragmentação política, com manutenção das bases econômicas, configura-se portanto uma verdadeira disputa pela hegemonia dos processos políticos e econômicos em curso na China.

Os eventos de 2013 marcaram conforme pontuamos anteriormente o início de uma investida ocidental contra a hegemonia política do PCCh, estabelecendo Hong Kong como o ponto nodal para o enfrentamento e desestabilização da China, tal momento marca o início de uma verdadeira operação de guerra híbrida com a China. A movimentação de Guerra Híbrida terá segundo Korybko (2018) como alvos centrais a Rússia, a China e o Irã, observados pelo autor como principais atores na disputa contra-hegemônica contra o bloco imperialista “tripartite” entre Estados Unidos, União Europeia e potências asiáticas como Japão, Coreia do Sul e Austrália. Para Korybko “quanto mais as operações de desestabilização perpetradas pelos EUA se aproximam dos núcleos alvo (Rússia, Irã e China), menor o risco de guerra direta e maiores as chances de que meios indiretos (revoluções coloridas e guerra não convencional) sejam aplicados (KORYBKO, 2018, p.82). O autor aponta ainda como: “A guerra não convencional basicamente se desenvolve a partir de uma Revolução Colorida, que, em si, é uma semente plantada estrategicamente com a justificativa da “luta pela libertação democrática”, como é habitualmente retratado de maneira enganosa pela mídia ocidental” (KORYBKO, 2018, p. 72). Os elementos psicológicos, ideológicos, seriam, portanto, predominantes na etapa da revolução colorida, que podem assumir ou não um caráter de conflito militar em maior ou menor medida. Para início de uma “Guerrilha” seria necessário eventos catalizadores, que podem culminar em um armamento de grupos insurgentes, como no caso da Ucrânia, amplamente discutido por Korybko. No caso de Hong Kong, a estratégia de Revolução Colorida, assume um caráter inicialmente “pacífico” com os protestos de 2013, estes se mostram sobretudo na dimensão ideopolítica, o combate à “*sinificação*” de Hong Kong, ou seja, a manutenção dos valores ocidentais e liberais na ilha, em detrimento da influência nefasta da cultura chinesa e da influência do Partido Comunista Chinês. Discutimos anteriormente como tais eventos se desvelaram na esteira das reformas educacionais

na China, com a instauração de uma perspectiva unificadora para a China continental e as Regiões administrativas especiais. Tal movimentação tem ao nosso ver um entendimento por parte do PCCh do papel da educação em Hong Kong enquanto um Aparelho Ideológico do Estado, e que como tal, deve estar disposto sob a hegemonia do Governo Central da China. As transformações no sistema educacional de Hong Kong, tiveram de ser matizadas e desaceleradas em virtude dos protestos massivos fomentados com ampla participação de atores externos, tanto da mídia ocidental, como atores governamentais e think-thanks.

A desestabilização de Hong Kong enquanto um processo chave para um posterior questionamento do próprio PCCh. Entendemos seguindo a avaliação de Korybko que a dimensão ideológica teria aqui um papel prioritário, visto que uma investida “militar” não se colocara no horizonte próximo. A dimensão ideológica seria a cola que possibilita a continuidade e consequência das atividades subversivas. A partir de tal análise vemos como um evento continuado a desestabilização iniciada em 2013 e os eventos de 2019, que colocaram a cidade de Hong Kong em um verdadeiro estado de sítio. A perspectiva insurrecional apareceu então como uma ferramenta para fomentar a secessão de Hong Kong, com claras intervenções estrangeiras, e conivência da mídia internacional perante os chamamentos por intervenção britânica ou estadunidense em Hong Kong. De fato, o congresso estadunidense passa desde 2019 a tramitar um “Hong Kong Act” que teria como objetivo frear qualquer tipo de intervenção direta da China, possibilitando um avanço no cenário caótico em Hong Kong. Korybko (2018) avaliava que o “Caos” do ponto de vista das guerras híbridas se torna ele próprio uma arma, no que ele concebe como “Caos armatizado”.

Os protestos de 2019 que vestiam as bandeiras da democracia, passam a assumir abertamente um caráter antidemocrático. As ruas de Hong Kong se veem sitiadas por meses, sendo hospitais, estações de metrô, escolas, prédios públicos, aeroportos, alvos dos protestos “pacíficos” em prol da democracia. Os conflitos com a polícia de Hong Kong se tornaram assim cada vez mais frequentes, em especial a partir do momento em que os protestos assumem um caráter abertamente separatista, com chamados por intervenção militar dos EUA. O caráter abertamente antidemocrático e fascistizado das manifestações de Hong Kong fica evidente com os recorrentes enfrentamentos às demonstrações em favor da unidade territorial entre Hong Kong e China. A depredação de instituições ligadas à China continental, deu início ao que se transformou em uma verdadeira perseguição a manifestantes que demonstrassem apoio ao governo central da China. Culminando em episódios dramáticos de violência dos militantes

separatistas “pró-democracia” que chegaram a incendiar⁶⁶ um trabalhador da construção civil que argumentava em favor da unidade chinesa.

O crescente caos social estabelecido em Hong Kong, como pretendemos demonstrar até aqui, possuiu um claro fundo político-ideológico orquestrado de fora para dentro. O que não invalidam possibilidades de avaliação de elementos orgânicos de insatisfação popular. No entanto protestos marcados pela “liberação dos trabalhadores pelos patrões”, e condenados pelos sindicatos, se mostram destarte altamente contraditórios. Os protestos de Hong Kong não foram marcados por revoltas por moradia ou melhores condições de trabalho, mas sim por uma altamente abstrata “liberdade democrática frente à China” e pelo reforço de vinculações retrógradas às forças conservadoras e reacionárias, seja do interior de Hong Kong, sejam as do imperialismo estadunidense e britânico⁶⁷. Tal cenário tornou a intervenção direta da China incontornável, criando uma difícil atmosfera de ação, na qual a China visava por um lado conter os ímpetus de secessão, por outro lado manter parte expressiva da “opinião pública” internacional bem como dos governos ao seu lado, ou ao menos em posicionamentos neutros, o que que a condicionava a passos cautelosos, movimentações lentas frente a protestos que “clamavam por democracia” e se insurgiam contra qualquer demonstração de ingerência do poder público. Tal dilema fez a China agir de forma lenta e gradual, buscando por um lado estabelecer um processo de contra-ofensiva midiática, tanto no interior de Hong Kong, quanto para o resto do mundo, apontando o caráter subversivo e anti-democrático dos protestos, bem como os diversos indícios de intervenção estrangeira, que reforçavam os chamados da China para que terceiros atores cessassem suas intervenções.

A política estabelecida pela China surtia efeitos de forma ainda cambaleante, embora mudanças no departamento de polícia e o alinhamento com o poder executivo de Hong Kong, na figura da líder política Carrie Lam fossem pouco a pouco demonstrando resultados. A pressão vinha no sentido de que medidas de intervenção mais enérgicas seriam necessárias antes que se tornasse tarde demais. Tal pressão fez com que o Governo Central chinês articulasse a aprovação de uma lei de segurança nacional para Hong Kong, que após diversos meses de conflito na cidade foi aprovada em Junho de 2020. A conjuntura crítica em 2019 recebeu um “suporte” inusitado, o início da pandemia no final de dezembro de 2019, fez com que a China, fosse forçada a modificar

⁶⁶ CNN: Man set alight hours after Hong Kong protester shot by police as clashes erupt citywide.
Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/11/10/asia/hong-kong-protester-shot-intl-hnk/index.html>>

⁶⁷ BBC: Hong Kong Protesters call for U.S intervention.
Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/av/world-asia-china-49625236>>

determinadas prioridades, o que não tirou de vista a situação de Hong Kong. No entanto, com o início da pandemia o isolamento social passou a ser uma política amplamente adotada na China, e com uma justificativa outra que o combate à desordem social, de modo que a pandemia terminou por ter um efeito “pacificador” e unificador na China, e que ao mesmo tempo dificultou a manutenção das agendas de protestos. Os protestos em Hong Kong, que vinham perdendo um pouco de sua força ao final de 2019, tiveram assim uma nova baixa.

Com a dissuasão dos protestos massivos de rua no início de 2020, ganhou força a contraofensiva do Governo Central da China bem como do poder executivo de Hong Kong. A aprovação da Lei de Segurança Nacional colocou diversos elementos que virão a dificultar todo tipo de atividade voltada à secessão e promoção de sentimentos sinofóbicos na ilha. Quatro itens principais foram destacados⁶⁸: “a) secession - breaking away from the country; b) subversion - undermining the power or authority of the central government; c) terrorism - using violence or intimidation against people; d) collusion with foreign or external forces”. A partir do estabelecimento de tal legislação -atacada pelos monopólios ocidentais como antidemocráticas- a China retoma de forma gradual o controle da situação em Hong Kong, e mais avança na dimensão do controle político e ideológico, para níveis ainda impensáveis antes da crise. De maneira que o PCCh termina por instrumentalizar o momento de crise para avançar sua base de hegemonia para o território de Hong Kong. Após a aprovação da Lei de Segurança Nacional, alguns meses depois deputados opositores foram enquadrados e tiveram seus mandatos revogados, o que levou a um movimento de “renúncia em massa” de deputados a favor dos movimentos “pró-democracia”⁶⁹. O caráter “democrático” ou pro-democracia dos protestos em Hong Kong, bem como da oposição parlamentar se mostra assim cada vez mais esvaziado de qualquer substrato político. Embora as mídias hegemônicas e Governos dos países centrais continuem insistindo em teses sobre o autoritarismo de Beijing, chegando a afirmar que a lei de segurança nacional seria o fim da política “um país, dois sistemas”⁷⁰. Com a inclusão de novos mecanismos de controle, fechamento de agências e organismos internacionais atuando na cidade com intuito de fomentar a secessão, tornou-se paulatinamente mais dificultosa a atuação

⁶⁸ BBC: Hong Kong Security Law: What is it and is it worrying?

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-52765838>>

⁶⁹ BBC: Hong Kong Pro-democracy lawmakers resign after China Ruling

Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-china-54899171>>

⁷⁰ Financial Times: The end of One country two Systems in Hong Kong.

Disponível em: <<https://www.ft.com/content/5d3d7d2e-bba8-11ea-a05d-efc604854c3f>>

de tais grupamentos. Com a renúncia da bancada de oposição em mais uma manobra de deslegitimação do poder executivo de Hong Kong e sobretudo de Beijing, abriu-se uma situação onde virtualmente não há oposição formal aos esforços de aproximação entre China continental e a sua Região Administrativa Especial, um cenário essencialmente promissor para o avanço da hegemonia chinesa.

O cenário de Taiwan por sua vez, se mostra ainda mais incerto e alvo de pressões ainda maiores por parte de atores internacionais, mas também de uma classe dominante local já bem estabelecida. Um processo de aproximação e reunificação com Taiwan deverá enfrentar ainda algumas outras dificuldades, como a existência de um exército permanente em Taiwan, sob controle do governo local, a existência de diversos acordos de cooperação com potências imperialistas, em especial os EUA, mas também Japão e Austrália. A tese política proposta por Deng Xiaoping (1987) acerca da reunificação segue presente nas intervenções da China, onde é oferecida uma autonomia relativa à Taiwan, com direito a manter um exército próprio desde que este não ofereça qualquer ameaça ao Exército de Libertação Popular da China (ELP). A tese da reunificação permanece até o presente momento em diversos aspectos apenas como uma tese, embora do ponto de vista formal a China exerça soberania nas relações diplomáticas com outros países. Pressões da parte de potências estrangeiras tem colocado a China em uma posição mais assertiva em relação à Taiwan, deixando clara que não estaria descartada a intervenção militar e reunificação “forçada” caso a China sintasse ameaçada em sua soberania nacional.

4.1.4 *Belt and Road Initiative*: dos monopólios aos acordos de cooperação

Após décadas de transformações políticas e econômicas no interior da China, o cenário de mudanças internas em associação às mudanças vertiginosas na conjuntura internacional criara as condições históricas e materiais para uma guinada na política externa chinesa. A crise de 2008 marcava em definitivo um ponto de não retorno, a financeirização neoliberal e seu processo de dimensão quase mística que ficou conhecido como a produção de capitais fictícios, encontrava seus primeiros limites explícitos, com o acúmulo de bolhas especulativas. Por um lado, o coração do capitalismo imperialista encontrou meias medidas para driblar a grande crise

de 2008, em realidade adiando para depois uma catástrofe tendencialmente maior, ao aprofundar as próprias premissas que fizeram irromper o caos de 2008-2009. A China por sua vez fez uma movimentação em sentido radicalmente oposto, ficando o seu sistema financeiro em uma base altamente ligada à produção de valor, nascia assim a necessidade de um projeto político e econômico de envergadura que desse substrato à tal contraponto. O ascenso de Xi Jinping deixaria clara a resposta chinesa com a chamada Nova Rota da Seda/ *Belt and Road Initiativ* e as diversas iniciativas a ela associadas como o AIIB (*Asian Infrastructure and Investment Bank*).

O BRI figurará como um novo momento de síntese da política econômica chinesa no que tange às relações internacionais. Xi Jinping ao estabelecer o resgate da Rota da Seda enquanto política de Estado, traz uma centralidade ao plano eurasiático, colocando um novo eixo de gravidade para o desenvolvimento econômico mundial. O BRI marcaria, portanto, uma inflexão da política externa passiva e pragmática característica dos trinta anos de reforma e abertura a partir de 1978. Tal inflexão colocaria a China agora não apenas enquanto mais um sujeito na arena política internacional, mas sim enquanto um proponente ativo que passaria a influenciar e remodelar o mundo a partir de uma perspectiva muito clara: desenvolvimento econômico pautado em estruturas de cooperação internacional, sustentados pela livre determinação política e econômica dos diferentes países. O papel da China passaria a ser o de dar liga a uma agenda de interesses comuns que reposicionasse o papel da Ásia (ou Eurásia) de uma região marcada pela instabilidade e estagnação, para uma macrorregião marcada pelas relações estáveis, e com desenvolvimento econômico coordenado. O BRI seria, portanto, a política “da porta para fora” condizente com as novas condições socio-históricas abertas pós crise de 2008.

A China encontra a partir de 2008 um terreno fértil para expandir para além de suas fronteiras o que Xi Jinping chamará de “espírito de Shangai” e espírito da “Nova Rota da Seda”. Não atoa tal iniciativa assume o caráter central da política macroeconômica chinesa em sua dimensão externa. Deste modo, o papel do Estado chinês no BRI será equivalente àquele ao qual o Estado se propõe na política interna da China. Tal esforço pode parecer contraditório a partir do momento em que a política chinesa se coloca como “não intervencionista”, mas a aparente contradição se vê explicada a partir do momento em que as intervenções políticas e econômicas da própria China, serão estabelecidas de forma coordenada pelo Estado chinês em todas as regiões por onde o BRI passará a se estabelecer. Assim, diferentemente dos modelos

de política externa das potências capitalistas imperialistas, onde a livre circulação dos capitais, para as diversas fronteiras e territórios, apenas com a “retaguarda” de seus Estados, naquele modelo discutido por Osório (2014) na “mundialização do capital”. A política econômica da China será orientada de forma coordenada pelo Estado, onde todo tipo de acordo estabelecido na esteira do BRI, estará sujeito a um planejamento estratégico com alta dimensão de centralização. A abertura para uma ação independente e “anárquica” de empresas e “conglomerados” individuais se faz assim bastante reduzida.

O Governo chinês sob liderança de Xi Jinping entenderá que a situação política e econômica aberta na segunda década do séc. XXI, como um período de oportunidades históricas únicas para o desenvolvimento da Ásia Central. A construção do “Cinturão Econômico da Rota da Seda” aparece para a China enquanto a síntese da resposta para esta oportunidade histórica. Xi Jinping sintetizará a política da Rota da Seda:

A China persiste em seguir o caminho do desenvolvimento pacífico e sustenta firmemente nossa política diplomática pacífica de **independência** e **autonomia**. Respeitamos os caminhos do desenvolvimento escolhido por cada povo e suas **políticas interna e externa** e não interferimos nos assuntos internos dos países da Ásia Central. A China não procura a liderança nos assuntos regionais nem pretende estabelecer uma zona de influência. Estamos dispostos a trabalhar com a **Rússia** e os países da Ásia Central para reforçar a comunicação e a coordenação e nos esforçar incansavelmente para manter juntamente a harmonia na nossa região.

Temos de apoiar-nos mutuamente e ser bons amigos, sinceros e confiantes. O apoio mútuo e inabalável nos assuntos de interesses vitais, como a **soberania nacional**, a **integridade territorial**, a **segurança** e a **estabilidade**, constitui a essência e o conteúdo primordial da parceria estratégica entre a China e os países da Ásia central. Quer no âmbito bilateral, quer no quadro da Organização para Cooperação de Shangai (SCO) [...] (XI, 2014, p. 346-7).⁷¹

A Política da Nova Rota da Seda pode ser resumida assim em alguns pressupostos políticos: cooperação mútua; autonomia; garantia e salvaguarda da soberania nacional. Do ponto de vista econômico tais pressupostos se materializam em acordos sobretudo orientados para desenvolvimento de infraestruturas, parcerias em assuntos energéticos, desenvolvimentos

⁷¹ Destaques de nossa autoria.

de tecnologias de interesse mútuo, contando com diversos acordos de transferência de tecnologia. Do ponto de vista de crédito os acordos são pautados em investimentos com baixas taxas de juros, frequentemente menores do que as taxas de inflação, em geral subordinadas à projetos de desenvolvimentos voltados para infraestruturas ou desenvolvimento industrial local. Em estudo recente foi pontuado o grande número de acordos de transferência de tecnologia e construção de plantas conjuntas de pesquisa e desenvolvimento encabeçados pela China nos campos da saúde pública através do BRI. Tamboo et al. apontam neste sentido:

China has agreed to increase regional cooperation in science and technology by the establishment of joint laboratories or research centers, international technology transfer, and knowledge translation to improve transregional health cooperation, economic and social transformation, and economic prosperity. The BRI brings into play a common platform to improve the capability of handling regional public health emergencies through epidemic information sharing, exchange of preventive and interventional methods, the training of health professionals, empowerment, and community-based resilience projects (TAMBOO, et al. 2019).

O debate acerca do BRI se vê ele próprio circundado por uma atmosfera por um lado de grande otimismo, e por outro lado de grande ceticismo. Os investimentos estrangeiros diretos (IDE) da China em países asiáticos, mas também em países africanos, vem sendo recentemente alvo de debate onde seria colocada uma possibilidade de “armadilhas de débito”. Ou seja, a China estaria emprestando para países que dificilmente teriam condições de pagar pelos empréstimos o que resultaria em formas de apoderamento das infraestruturas construídas pela China. Tais argumentos tem sido alvo da investigação da pesquisadora estadunidense Deborah Bräutigam ⁷², que aponta para uma forte “ideologização” em torno do debate, apontando como os argumentos que vem reforçando a argumentação contrária aos investimentos chineses, não possuiria base material. Para a pesquisadora os investimentos chineses seguiriam até então uma política de aceitar investimentos onde outros países não tem demonstrado interesse, ou demonstram interesse inicial, mas abandonam, devido às pequenas margens de lucratividade e por outro lado, as taxas reduzidas de juros, bem abaixo dos níveis do Banco Mundial e FMI, somados à ausência de “contrapartidas políticas” seriam as marcas dos investimentos chineses. Bräutigam (2019) considera, portanto, a tese da “Debt trap Diplomacy” ou Diplomacia da

⁷² The Atlantic: The Chinese “Debt Trap” is a Myth. Disponível em:

<<https://www.theatlantic.com/international/archive/2021/02/china-debt-trap-diplomacy/617953/>>

South China Morning Post: There’s no sign of Chinese Debt Disponível em:

<Trap:<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3122496/debt-trap-diplomacy-myth-no-evidence-china-pushes-poor-nations>>

armadilha de débitos, como uma espécie de telefone sem fio, que foi sendo aumentado de conto em conto. Para a autora o nascimento de tal “narrativa” seria um produto de contraofensiva frente à própria BRI. A autora junto ao seu grupo de pesquisa na Universidade Johns Hopkins teve acesso a dados detalhados de mais de 1000 empréstimos de largo alcance de Beijing à países africanos, ao analisarem tal base a avaliação é de que não haveriam indícios que embasassem minimamente as teses de tal armadilha. Uma avaliação dos empréstimos concedidos à Venezuela chega a um resultado ainda mais controverso: Mesmo após mais de dois anos de adiamento de pagamentos e redução de taxas, compras subsequentes de novas remessas de petróleo, com a piora da situação econômica da Venezuela, a China se viu em situação de “virtualmente” tomar posses e propriedades venezuelanas, no entanto, ao contrário da tese da armadilha, a China aceitou o fardo de um default venezuelano sem qualquer tipo de retaliação.

A estratégia de empréstimos da China via BRI se vê assim fundamentada, para além de uma retórica de cooperação. De facto, **até então a estratégia win-win** tem se mostrado fundada em empréstimos com condições de pagamento extremamente mais vantajosas que a média dos grandes bancos europeus, estadunidenses, ou organismos como FMI e Banco Mundial, bem como atrelada de forma umbilical a projetos consequentes que associam tais investimentos à planos de desenvolvimento endógeno. A ausência de contrapartidas políticas não é um elemento de menor importância, antes o contrário, ao abdicar de uma das prerrogativas clássicas dos acordos econômicos típicos das políticas imperialistas e de centro-periferia, a China cria todo um conjunto de possibilidades distintas para projetos de desenvolvimento locais mundo afora. O próprio cenário de crise pandêmica fez com que a China renegociasse diversos dos investimentos, congelando a cobrança de juros e parcelas, bem como reduzindo as taxas de juros totais.

A real dimensão do Cinturão da Rota da Seda ainda é alvo de séries de Estudos, e destrinchar sua magnitude econômica não é aqui o foco, mas sim sua capacidade de se conformar enquanto um “padrão” de política externa Chinesa. O BRI em suas premissas gerais ressalta elementos já pontuados como a autonomia e soberania, e vem constituindo instrumento “anticíclico” no sentido de enfrentamento das crises em âmbitos locais e em âmbito internacional. Por outro lado, o BRI aparece como um polo de articulação de diversas outras entidades e organismos internacionais, Xi (2014) ressalta o caráter integrado do BRI com organizações como a SCO ou a própria ASEAN. Enquanto um “braço econômico”

propriamente dito, o BRI vem articulado a iniciativas como o AIIB e o Banco dos BRICS, iniciativas apenas possíveis a partir do papel de articulação e coordenação da China. Esses diversos organismos vêm congregando diversos países com conformações sociais, e estruturas político-econômicas distintas. Precisamente por este motivo o BRI é também ele próprio sujeito a suas contradições. Sujeito a conflitos de interesses sejam eles entre a China e algum dos outros Estados-nacionais, ou entre diferentes Estados, como nos casos de Paquistão e Índia, ou nos conflitos entre ex-repúblicas soviéticas. A política externa chinesa encontra assim no BRI, e outras de suas expressões, amalgamadas contradições e possibilidades.

Em análise feita pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, divulgada no portal teórico do PCCh Qiushi Theory Journal, o BRI é alvo de um breve balanço para o ano de 2020 e os desafios impostos pelas transformações conjunturais pós-pandêmicas. Sob tal balanço é novamente reforçado o caráter estratégico do BRI para a superação do cenário pandêmico, elevação da cooperação e estreitamento na política externa chinesa com os países participantes da iniciativa⁷³. O BRI sairia, portanto, do ano de 2020 ainda mais fortalecido, tendo sido instrumento de garantia de assistência entre diversos países. O número de países e iniciativas associados ao BRI teriam crescido consideravelmente no referido ano. Ainda segundo o documento da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma: “By the end of 2020, China had signed 203 cooperation documents with 138 countries and 31 international organizations to jointly promote the Belt and Road Cooperation”. Os montantes de recurso associados também teriam crescido de forma considerável, a despeito do cenário de crise e incertezas. O documento aponta assim o BRI enquanto instrumento para enfrentamento da recessão, pautando-se em desenvolvimento de tecnologias da informação, tecnologias verdes e novas matrizes energéticas. A dinâmica do BRI se associaria assim ao que a China concebe como estratégia da “dupla circulação”⁷⁴, uma estratégia a partir da qual a China busca aumentar sua independência frente a situações de incerteza internacional, aumentando seu mercado interno, ao passo que procurará manter um cenário de trocas comerciais com o restante do mundo a partir dos diversos instrumentos de cooperação, sobretudo o BRI.

⁷³ Qiushi Journal: BRI: A Review of Global progress in 2020.

Disponível em: <http://en.qstheory.cn/2021-02/10/c_589195.htm>

⁷⁴ Qiushi Journal: Understanding "dual circulation" and what it means for world.
Disponível em: <http://en.qstheory.cn/2020-09/05/c_534219.htm>

Com o avanço do BRI, vem como com seu “alargamento” mais países passaram a ser alvo de suas políticas, o que acrescenta uma série de matizações das diferenças de como a cooperação chinesa irá figurar em cada cenário. A perspectiva de transferência de tecnologia e acordos de cooperação será presente nos diversos acordos, o que não exclui tanto os interesses individuais de investidores chineses, quanto os interesses de Estado da própria China. O BRI e a própria política externa chinesa se mostrarão marcados pelas mesmas contradições internas que a China se vê envolvida. Se por um lado a presença do Estado enquanto articulador central da política econômica chinesa sob um guarda-chuva de interesses comuns, garante uma maior homogeneidade e coerência na política externa chinesa, por outro lado as contradições presentes tanto no modo de produção vigente na China, com suas determinantes públicas e privadas, mas também as contradições entre os diferentes países, farão com que o BRI e a política externa chinesa da era de Xi Jinping carregue uma série de nuances fundamentais.

Vejam os a questão mais de perto, a mundialização dos capitais sob a lógica da reprodução ampliada do capital, transforma as relações entre os países, em relações de dominação-subordinação a partir de uma relação centro-periferia, sendo o “centro” os polos receptores de valor e a periferia os polos onde o valor é sistematicamente extraído. O fenômeno da mundialização corresponde a um movimento específico do capitalismo imperialista, onde a partir da ampla financeirização, desregulamentação e “rompimento” das fronteiras, a reprodução ampliada do capital invade territórios inteiros, os subjugando a lógicas estranhas aos interesses nacionais de cada um daqueles territórios. O imperialismo, conforme discutimos detalhadamente em nosso segundo capítulo, determinará, portanto, relações econômicas e relações políticas específicas de subordinação das nações aos interesses de monopólios privados. Tornando-se o Estado um agente da política imperialista. A distinção clara que fizemos entre o imperialismo enquanto fenômeno ou estágio do capitalismo, e da política imperialista encontra agora sua expressão mais clara. Se a política imperialista é a política dos monopólios, esta pode estar presente inclusive em nações que **não guardam atributos de Estados imperialistas**, seja porque o desenvolvimento das Forças Produtivas e Relações de Produção naquelas nações encaminharam-se de forma a um desenvolvimento dependente-periférico, seja porque o desenvolvimento do modo de produção caminhou para a superação do capitalismo imperialista, o que ao nosso ver é precisamente a situação da China. No entanto o desenvolvimento do modo de produção vigente na China, com suas determinantes públicas e privadas, possui ele próprio contradições internas, e expressões do capitalismo imperialista em

seu interior. O desenvolvimento de conglomerados privados na China, faz com que a lógica do capital siga presente e atuante no interior da China, mas também presente em sua política externa. No entanto os interesses de classe dominantes no interior da China, seriam fundamentalmente antagônicos aos interesses do capitalismo imperialista, inclusive daquele que subsiste no interior da China. Ao passo que o modo de produção vigente na China sob hegemonia do PCCh enquanto articulador dos interesses fundamentais da classe trabalhadora chinesa, caminha em sentido à uma lenta e paulatina transformação das Relações de Produção e das Forças Produtivas onde a partir de uma “síntese” e “superação”, interesses privados são pouco a pouco subjugados em favor dos interesses gerais.

A distinção entre as contradições internas e externas à China se mostram como um caminho metodológico para uma total incompreensão da política externa chinesa. O pragmatismo chinês, se mostra em realidade como uma síntese da política hegemônica estabelecida na China de como lidar com as contradições. As trocas políticas e econômicas estabelecidas pela China com outras nações serão, portanto, orientadas por aqueles interesses hegemônicos, que ora estabelecerão séries de acordos e mediações com o capital dos diferentes países, ora estabelecerá acordos que vão de encontro aos interesses do capital e dos blocos imperialistas. As políticas de enfrentamento à pandemia, com práticas de cooperação e transferência de tecnologia a nações com desenvolvimento das forças produtivas muito “inferiores” em comparação com as da China, e mesmo com agendas político-econômicas antagônicas em diversos aspectos, como no caso do Brasil sob hegemonia burguesa em sua feição mais retrógrada, sintetizada pelo Governo Bolsonaro-Mourão. Possibilitam que a China estabeleça acordos como o do conglomerado estatal Sinovac com o Instituto Butantan⁷⁵, no qual um amplo espectro de cooperação tecnológica se vê em prática. A capacidade da China de mediar interesses antagônicos tanto em sua política interna quanto externa, se relaciona diretamente com a capacidade de orientar interesses estratégicos de longo prazo. Tal política se materializará na capacidade de estabelecer “acordos e cooperações estratégicas” nos mais variados níveis com diferentes países a depender do grau de “compatibilidade” dos diferentes horizontes estratégicos, a **cooperação win-win**, como a China a caracteriza, seria assim a expressão de um “**novo internacionalismo**”, aquele balizado nas condições concretas sob as

⁷⁵ IPEA: Instituto Butantan e farmacêutica chinesa testarão vacina contra o novo Coronavírus. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cts/en/central-de-conteudo/noticias/noticias/206-instituto-butantan-e-farmacautica-chinesa-testarao-vacina-contr-o-novo-coronavirus>>

quais a China estabelece sua política interna e externa. Esta dimensão diferencial fica evidente ao observarmos a consolidação de um **Bloco contra-hegemônico** conduzido pela China, ao qual nos deteremos agora.

4.1.5 A Rota da nova contra-hegemonia

A ideia de um bloco contra-hegemônico foi apresentada por nós no segundo capítulo enquanto uma possibilidade teórica, caberá agora demonstrar as dimensões reais, materiais e em potência de um bloco de tal natureza constituído sob hegemonia da República Popular da China. Apesar da avaliação crítica que a própria China continua a fazer acerca do “hegemonismo” um bloco contra-hegemônico precisa ter por excelência um arranjo relativamente duradouro pautado na hegemonia de uma nação ou um conjunto de nações. Acreditamos que hoje apenas a China se coloque com reais condições de ocupar tal papel, embora um ator proeminente e quiçá incontornável seja a Rússia, à qual concedemos um papel de co-protagonismo.

Um bloco contra-hegemônico se faz viável a partir do momento onde interesses fundamentais de determinadas nações encontram-se em volume e condições políticas e econômicas suficientes para lhes dar coerência e capacidade de articulação de uma contra-ofensiva, ou ao menos de estabelecer uma alternativa que se mostre viável para um outro conjunto de países, que passarão, portanto, a estabelecer relações com tal grupamento sob diferentes bases. Se no século XX a União Soviética pleiteou de maneira inquestionável tal posição, com sua debacle vivenciamos um período de total desarticulação de iniciativas contestadoras com um grau mínimo de coerência para além de uma defensiva tática desesperada, como nos famosos e heroicos casos de Cuba e da Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia). Discutimos previamente como ainda em meados do século passado a própria China tentou encabeçar uma outra via, uma articulação conhecida na tradição revolucionária como movimento terceiro-mundista. Evidentemente poderíamos listar uma série de conquistas do movimento terceiro-mundista que auxiliaram em uma correlação de forças favorável aos movimentos de libertação nacional em África, bem como na luta dos trabalhadores em geral por melhores condições de trabalho. Mas enquanto um processo geral

coerente e com um grau mínimo de universalização, foram claros os limites encontrados pela China. Limites estes não apenas de ordem política, mas também de ordem material. Uma vez que o fomento à política internacionalista do movimento terceiro-mundista concebida pela China não veio sem investimentos materiais que se mostraram bastante custosos para a China maoísta. A via terceiro-mundista viu assim esvair-se pouco a pouco seu ímpeto, enquanto a própria China e o maoísmo encontraram dificuldades importantes, às quais o próprio Mao tentou dar respostas ao fim de sua via, em uma série de reorientações táticas que visavam um melhor posicionamento da China na arena internacional.

Ao bem da verdade é completamente impossível prever quais caminhos e descaminhos os processos políticos teriam tomado na China, tivesse Mao vivido mais uma década e continuasse na condução das reorientações táticas iniciadas no início dos anos 70. Os esforços de abertura, acreditamos nós, teriam certamente tomado uma série de rumos diferentes daqueles de Deng Xiaoping, embora acreditemos também que muitas medidas possivelmente viessem em direções semelhantes, sob escala completamente imprevisível. O fato que podemos extrair daqui é que a conformação de um bloco contra-hegemônico sob direção da China se mostrava completamente inviável nas condições históricas dadas nos idos dos anos 60 e 70. Tal cenário mudaria drasticamente como vimos, após a crise de 2008, e viu-se ainda reforçado com a crise pandêmica de 2020, da qual quase todas as projeções avaliam que a China esteja saindo mais forte do que entrou.

As condições para estabelecimento de tal Bloco contra-hegemônico pressupõem não apenas a presença de um ator principal em condições de dar liga e coesão, mas também de outros atores articulados política e economicamente em uma situação de um arranjo coerente destes grupamentos de países. A China por um lado assoma, acreditamos nós, as diversas competências necessárias para se engajar em tal iniciativa, mas devemos observar mais de perto qual tipo de arranjo de mostra historicamente viável na conjuntura atual, bem como seus potenciais e limitações. Estabelecemos destarte que alguns atores centrais figuram em tal iniciativa, que não possui qualquer caráter formal, entidade específica, nem poderia vislumbrar tais arranjos, vez que o próprio arranjo contra-hegemônico pressupõe embates e disputas por dentro de aparelhos internacionais hoje estabelecidos, fomento de transformações e fragmentações em aparelhos de hegemonia internacional, como a própria ONU, OMC, OMS e outros organismos financeiros como FMI e Banco Mundial. Os principais atores em tal articulação são em nossa avaliação a China e a Rússia, seguidos por países menores que vem

se associando de maneira cada vez mais coerente em torno de interesses comuns, como Venezuela, Síria, Cuba, Coreia do Norte, Vietnã, dentre outros possíveis países.

As relações da Rússia e China já foram alvo de alguns apontamentos nas seções anteriores, mas devemos aqui aprofundar em algumas formulações. A base política e econômica para o reposicionamento da Rússia na arena geopolítica internacional não se deu com o colapso da URSS, mas sim após o desastre que se processou nos escombros soviéticos, com uma década marcada pela rapinagem total dos ativos soviéticos. A estrutura cleptocrata e plutocrata originária da destruição das instituições soviéticas, bem como de todo o aparelho de seguridade social e produtivo, criou um cenário de caos social sem precedentes, no qual a expectativa de vida dos cidadãos russos despencou, fenômenos como falta de medicamentos, desabastecimento, falhas no fornecimento de serviços básicos instauraram uma situação de carestia análoga ou pior que os piores anos da guerra civil do chamado “Comunismo de Guerra” com a diferença substancial, de que não havia aqui qualquer horizonte de avanços, ou seja, de uma crise criativa com horizonte revolucionário de superação dos problemas colocados, mas sim uma atmosfera doentia de “salve-se quem puder”, sob uma nova base estrutural fortemente desigual. O cenário de desagregação social pós-soviético se viu intensificado por uma rapinagem tipicamente neocolonial, enquanto alguns poucos bilionários surgiam e evadiam em ritmo acelerado as frágeis fronteiras russas rumo a Europa e outras localidades. Os anos de Boris Yeltsin marcaram assim uma “aproximação” ao ocidente em estilo terapia de choque, onde nem os manuais mais ortodoxos do consenso de Washington poderiam prever um desmonte tão vertiginoso dos aparelhos públicos de Estado.

A terra arrasada característica dos primeiros anos da Rússia pós-soviética encontra seu suspiro de sair do vale das sombras a partir de um novo pacto social articulado pelas elites políticas oriundas da alta burocracia soviética residual, e de grupamentos de magnatas recém fundados, pautados em um acordo de coalizão de refundação nacional. Emergia assim Vladimir Putin, enquanto expressão política do novo arranjo hegemônico que se processava no interior da Rússia. Muitas das premissas colocadas no longínquo 1999, ano de ascenso indireto de Putin, foram se transformando paulatinamente. A própria dimensão “nacionalista” que mais tarde se converteria em uma doutrina eurasiática, não estava completamente amadurecida, e o ascenso de Putin se vê assim ainda marcado por uma série de mediações com o ocidente, como a própria Guerra do Iraque, que contou não apenas com o uma “passividade” russa, mas também com ofertas de ajuda na área de inteligência voltadas para Washington. A situação se transformaria

paulatinamente com a elevação da pressão sob as fronteiras russas, o ingresso de repúblicas ex-soviéticas na OTAN. Culminando nos conflitos na Geórgia em 2008 e posteriormente encontrando seu ápice no confronto aberto na Ucrânia em 2013, no qual o país se viu segundo a avaliação de Korybko (2018) imerso em uma guerra civil de orientação pró-imperialista, constituída a partir dos preceitos da guerra híbrida.

As transformações no interior da Rússia encontraram assim terreno fértil não apenas para um afastamento do bloco capitalista imperialista ocidental, mas também para que a Rússia, mesmo que constituída em um regime burguês, com um capitalismo tardio, misturando marcas de uma recém inaugurada “dependência” a partir do desmonte de diversos de seus aparelhos produtivos, mas também mesclada com resquícios das antigas potencialidades produtivas soviéticas, como nos campos da indústria pesada, da indústria militar e aeroespacial, bem como na ampla expertise em extração de commodities e combustíveis fósseis. Em tal situação a Rússia se viu cada vez mais empurrada a uma política voltada para o oriente, e em especial para a China.

Uma contradição conspícua entre as diferenças de classe da Rússia e da China não diminui em nossa análise, a possibilidade concreta de efetivação cada vez maior de um arranjo contra-hegemônico orientado por estes dois atores, em associação com um outro conjunto de países. A capacidade de Rússia e China encontrarem acordos táticos mostra possibilidades que devem encontrar margem para coesão e coerência conjuntural em um arranjo relativamente duradouro. Vez que a contradição fundamental situada neste momento é entre a subordinação político, econômica e territorial do oriente e do sul político (e não geográfico), às estruturas imperialistas ocidentais e a perspectiva de emancipação e quebra das estruturas de monopólios que solapam a autonomia, autodeterminação dos povos, a capacidade de cada país fomentar suas próprias agendas político-econômicas e culturais. Neste sentido a aliança tática entre China e Rússia encontra ainda um terreno fértil, enquanto a China conseguir manter liga e coesão a uma política multilateralista, orientada para a cooperação, para o embate às finanças em seu padrão predatório neoliberal. De modo que o poder de tal bloco contra-hegemônico de se tornar cada vez mais atuante, se vê de forma diretamente condicionada à capacidade da China de garantir tal arranjo hegemônico, apresentando-se não idealmente, mas materialmente, enquanto expressão de tais interesses.

O avanço das relações sino-russas marcou sobremaneira o cenário aqui descrito, e após os anos 2000 a dinâmica diplomática entre os dois países viu avanços vertiginosos ano após

ano. A China rapidamente se tornou a maior parceira comercial da Rússia⁷⁶. A relação econômica sino-russa vem em uma curva ascendente nos últimos 20 anos tanto do ponto de vista das importações quanto exportações, salve um curto intervalo de tempo entre 2013 e 2015,⁷⁷ ao passo que acordos de diversos tipos foram selados de maneira cada vez mais intensiva. Os campos de cooperação energética, aeroespacial, bélica e em alguns setores de indústria de alta complexidade, são parte expressiva dessa nova dinâmica. Por outro lado, a abertura de terras russas para exploração agrícola por grupos chineses vem sendo um ponto de pouco consenso, embora em curva ascendente, vem levado a tensionamentos em especial por parte do governo central da Rússia. A dificuldade do Governo Russo em promover um desenvolvimento consequente no extremo oriente do país, bem como a baixa densidade demográfica, são ao mesmo tempo fatores que colocam a forte necessidade da presença chinesa, mas colocam resistências e incertezas à inflexão na esfera de influência que tal presença pode fazer emergir. A Resistencia demonstrada pela Rússia nos primeiros anos parece ter encontrado um limite, e as movimentações oficiais em Moscou apontam para políticas cada vez mais coerentes de aproximação com Beijing, que encontram como expressão máxima a associação entre Rússia e China na Organização de Cooperação de Shangai (SCO). As investigações de Malle (2017) apontam para as potencialidades da SCO, bem como algumas de suas limitações. Malle ressalta o avanço nas relações sino-russas através da SCO, considerando toda a política de rápido desenvolvimento do extremo oriente russo, enquanto resultado direto do rearranjo diplomático possibilitado pela articulação entre os dois países. Embora situe aí limites, como a falta de base legal comum, a dificuldade de Rússia de estabelecer políticas consequentes de incentivo no extremo oriente, e a ausência de acordos integrais acerca das formas de cooperação. No entanto a autora já situa um crescimento considerável do investimento chinês na Rússia como um todo, e em especial no extremo oriente. A SCO teria uma grande possibilidade de garantir uma sinergia entre os dois países e elevar a capacidade de ação coordenada, o que residiria basicamente na capacidade de os dois países continuarem encontrando terreno comum para cooperação para assuntos além da segurança, fronteiras e

⁷⁶ Observatory of Economic Complexity: Russia

Disponível em:

<<https://oec.world/en/profile/country/rus?subnatTradeValueSelector=tradeScale0&subnationalFlowSelector=flo w0&tradeScaleSelector1=tradeScale2>>

⁷⁷ Statista: Value of Russian trade in Goods.

Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/1003171/russia-value-of-trade-in-goods-with-china/>>

combate a ameaças externas, terrenos onde os dois países já se encontram bastante firmes em termos de entendimentos mútuos. Os passos seguintes viriam no sentido da materialização de entendimentos políticos e econômicos em outras esferas.

A cooperação militar é um ponto que chama atenção, (MALLE, 2017) aponta como a produção e a demanda por parte da China de tecnologias militares russas segue crescendo em ritmo continuado, embora o crescimento de tecnologias próprias produzidas na China siga um ritmo igual ou superior. A autora cita que o caso do Porta-helicópteros encomendado pela China da França, e boicotado após estar pronto, reforçou um sentimento de profunda desconfiança por parte da Rússia e China, frente ao ocidente capitalista em assuntos militares. A Cooperação Sino-russa vai, no entanto, para além da produção de hardware, mas materializa-se não em uma aliança formal, mas sim em um sistema de ações militares coordenadas, que tem na SCO palco importante de articulação, não atoa ações conjuntas, desde treinamentos, até demonstrações de força e associação logística.

Os acordos na área de cooperação militar são ressaltados por Almeida (2015) como no caso da criação de uma empresa conjunta de produção de aviões e helicópteros militares de grande porte. Tais acordos são conduzidos com forte articulação estatal, vez que ambos países estabelecem um monopólio público na indústria bélica. A cooperação militar se vê reforçada nos treinamentos conjuntos, mas também na tomada de decisões em organismos como o próprio conselho de segurança da ONU. Almeida (2015) observa ainda a estabilidade dos governos da Rússia e China como um elemento que claramente se coloca a favor do estabelecimento de políticas duradouras, no que caracteriza como políticas de “Estado” e não de governo nas alianças sino-russas. O Caso da Venezuela pode ser pensado igualmente como um ponto de integração entre a política externa sino-russa, envolvendo desde colaboração política e econômica, até a cooperação militar. Se por um lado a presença russa em solo venezuelano foi posta de forma não apenas evidente como altamente propagandeada pelas mídias locais, por outro lado a presença chinesa foi noticiada em diversos momentos, porém de forma muito mais velada, como noticiado por mídias ocidentais numa espécie de apoio militar e logístico com cortinas fechadas.

Um elemento que tem ganhado um destaque cada vez maior nas relações sino-russas são as movimentações no sentido de substituição do dólar como moeda corrente padrão nas trocas entre países. Tal iniciativa busca incluir outros países dos BRICS, bem como outros atores próximos ao que concebemos aqui como o Bloco contra-hegemônico. A perspectiva de

inclusão dos BRICS se viu fortemente enfraquecida com às viradas conjunturais nos governos locais, sobretudo no Brasil e na Índia, que viram reforçado seu alinhamento stricto sensu com as potências imperialistas, em especial os EUA. No entanto, segue a passos firmes a política de “desdolarização” nas trocas comerciais entre China e Rússia que atingiram em 2020 o maior patamar de trocas em moeda nacional⁷⁸ (renminbi e rublos). O volume de trocas em dólar caiu pela primeira vez para menos de 50% do total na balança entre os dois países. Tal medida se vê associada a estratégias de elevação das reservas em ouro, numa clara preparação para o aprofundamento de um novo formato de balança comercial, com novas ferramentas de swap que buscam cada vez mais atrair novos atores.

A Coreia do Norte segue sendo um ator de relevância estratégica na política externa chinesa, a despeito de sua pequena dimensão econômica, territorial e populacional. As relações da China com a RPDC levam em consideração não apenas vinculações políticas e ideológicas históricas, mas também um papel proeminente desempenhado pela Coreia do Norte na segurança regional e internacional. O desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano marcou claramente uma nova página na diplomacia daquele país, que continuou sendo na China um grande aliado do Norte. As negociações de paz pleiteadas pela Coreia do Norte com Coreia do Sul, Japão e sobretudo Estados Unidos, refletiam de fato uma disputa geopolítica mais ampla. Tanto interesses norte-coreanos por sua auto-determinação, garantia de seu direito de sobrevivência enquanto Estado-nacional, mas também interesses chineses e russos estavam igualmente colocados.

A posição geográfica da RPDC a situa na porta de entrada e saída do mar amarelo e do mar do Japão, região que circula o maior volume de mercadorias do mundo, sendo ainda um “portal” de acesso a nada menos que Shanghai, maior polo econômico da China. A existência de tropas militares permanentes dos EUA na Coreia do Sul, bem como a instalação de sistemas de mísseis antiaéreos de altíssima precisão como o sistema THAAD (Terminal High Altitude Area Defense) significaram não apenas para a Coreia do Norte, mas também para a China e Rússia, uma ameaça permanente à segurança regional. A China associa-se assim de forma estratégica de uma política belicista da RPDC que atende ao mesmo tempo a interesses fundamentais dos dois países, o background garantido pela China, mas também pela Rússia, se faz visível nas diversas mostras de “furo” ao embargo político e econômico à RPDC. Sendo os dois países os

⁷⁸ Global Times: Non dollar Trade settlements between China, Russia hit new high: Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/content/1205589.shtml>>

únicos países de grande porte a terem relações diplomáticas estratégicas com a Coreia do Norte. Os acordos de paz pressionados pelo país miram assim em interesses mais amplos, como a desmilitarização do sul, e redução dos embargos econômicos impostos pelo imperialismo ocidental.

Por fim, as condições presentes no interior do arranjo contra-hegemônico liderado pela China se mostram até aqui com base coerente e com capacidades políticas de avançarem e continuarem sendo maturadas, em um fomento constante de uma agenda pautada na “cooperação sul-sul”, no multilateralismo, na conversão de organismos de hegemonia imperialista em organismos cada vez mais orientados para interesses múltiplos, que respeitem os direitos à autodeterminação, a soberania nacional, os arranjos territoriais dos diversos países, tanto da Ásia, quanto da África e América Latina.

O modelo de política externa da China mostra-se assim coerente com a orientação interna daquele país, sob hegemonia de um projeto de orientação voltada para os interesses fundamentais da classe trabalhadora, mas imerso em um arranjo contraditório, onde em uma coalizão de classes, são amalgamados interesses particulares de uma burguesia chinesa, submetida a interesses comuns da nação. Tal arranjo, somente se fez possível a partir do estabelecimento de um bloco histórico pautado na hegemonia do Partido Comunista Chinês, sob direção do proletariado chinês nas suas mais diversas expressões. O mesmo conjunto de contradições interiores à China, se vê expresso também em suas relações internacionais, de forma que investimentos chineses mundo afora seguem uma lógica semelhante, onde ganhos sociais são frequentemente ofuscados por ganhos econômicos das burguesias de diversos países. Tal arranjo contraditório possibilita por um lado que a China siga construindo relações diplomáticas com a mais diversa miríade de países, com orientações políticas, econômicas e ideológicas de matizes múltiplos. A coesão inerente a tal processo seguirá subordinada à capacidade de o processo político hoje em curso na China continuar mantendo sua viabilidade histórica, avançando no sentido de domínio cada vez maior de um modo de produção tipicamente socialista, frente às ainda poderosas estruturas capitalistas. A capacidade de “universalização” do projeto chinês são ao nosso ver extremamente limitadas, no sentido de que um arranjo político e econômico tal qual a via chinesa dificilmente encontraria qualquer traço de viabilidade em uma espécie de “repetição”. Por outro lado, a capacidade de universalização de uma agenda contra-hegemônica, esta sim se faz materialmente possível a partir das estratégias de contestação até então em desenvolvimento pela República Popular da

China, não gostaríamos de expressar de forma apressada uma conceituação para tal estratégia, mas para fins práticos, acreditamos que a forma mais coerente de conceber o padrão de política externa chinesa é um **novo internacionalismo**, suas determinações são, no entanto, bastante alheias àquelas classicamente conhecidas como internacionalistas. Procurando na China atual uma correspondência com o internacionalismo soviético as chances de anacronismo se fariam incontornáveis.

Acreditamos já ter até aqui respondido nosso aparente dilema de partida acerca da metáfora do Panda e do Dragão. No entanto deixaremos a cargo daqueles que nos acompanharam até aqui, seu próprio esforço de síntese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha de um objeto de pesquisa estabelece apenas o primeiro passo no interior de uma investigação Científica. O próprio objeto pode se modificar ao longo do processo, ou mudam as determinações às quais a pesquisa buscará desvendar a centralidade. Em se tratando de um objeto em movimento, em processo, como é característico de um estudo sobre um fenômeno que buscamos fotografar enquanto este acontece em frente a nossos olhos. A Geopolítica da China não poderia ser entendida sem entendermos as determinantes subjacentes de sua política interna. Por sua vez a compreensão da política interna, da dinâmica territorial chinesa, nos levaram elas próprias a aprofundar uma investigação de transformações históricas, teóricas e conceituais, afinal a construção de um estado, e sobretudo um estado revolucionário, se vê fortemente condicionada pelas ações políticas de sujeitos históricos que não apenas formulam, mas agem da realidade, ou que agem para formular, numa dialética entre teoria e prática.

Ao longo do processo ficou evidente toda uma série de reformulações que precisariam ser feitas. O volume de materiais investigados pareceu crescer em ritmo maior do que nossas capacidades de síntese e apreensão em níveis satisfatórios. Seguindo um bom procedimento da

tradição geográfica de olha o problema da escala, a especificidade cedeu lugar à compreensão de processos gerais e estruturantes, a ênfase da geopolítica em suas determinantes mais concretas, nos diversos acordos, nas tensões, escaramuças com diversos países que comporiam originalmente nosso “núcleo” espacial de investigação, embora mantivesse um papel importante e de relevo, foi também mediada para as determinações fundamentais. Saímos assim da dimensão de um recorte mais específico, de uma busca detalhada pelos investimentos, por uma base quantitativa nas relações estabelecidas entre a China os principais atores políticos da região, e transitamos assim para uma compreensão da dimensão política, dos fios condutores da política externa em sua dialética com a política interna chinesa. Acreditamos que tais mediações foram mais do que necessárias, foram parte do nosso próprio processo criativo-investigativo, a apreensão teórica aqui assumiu resolutamente uma dimensão central. Acreditamos, portanto, que a dimensão teórica até aqui discutida, nos deixou um pouco mais próximos da compreensão de nosso objeto, do que no início dessa dificultosa tarefa.

Partimos de uma dimensão mais abstrata em nossos primeiros capítulos e nos aproximamos sistematicamente de uma dimensão mais concreta. A discussão acerca das transformações no interior do modo de produção capitalista em sua etapa imperialista, bem com o movimento de constituição do Estado e do modo de produção que historicamente se propõe a superação do capitalismo monopolista. Ao avançarmos no processo de pesquisa se mostrou cada vez mais imponente a centralidade do Estado, da questão da hegemonia de uma classe fundamental, bem como dos aparelhos, instrumentos e organismos de Estado empregados para organização da vida social, para a compreensão de nosso objeto. De modo que elevamos os esforços teóricos para tal base de interpretação.

Por fim avançamos para o debate da Geopolítica chinesa em sua etapa atual, cravada num contexto que se abre no pós-crise econômica de 2008, e culmina em um segundo estágio de aprofundamento com a crise pandêmica aberta em 2020 e ainda em curso. Tal etapa da crise ainda carrega uma série de fatores imponderáveis, inclusive a sua duração futura. Fato é que a China ironicamente foi o primeiro polo atingido pela pandemia e precisamente o primeiro e um dos únicos países a controlar de forma rigorosa a pandemia, colocando-se virtualmente em uma “bolha sanitária”.

5.1.1 Conclusões

Nossas investigações acerca do Estado chinês enquanto expressão superestrutural do modo de produção vigente na China, chegou algumas conclusões importantes acerca da natureza deste estado, sua orientação do ponto de vista de classe, e suas principais condicionantes. Observamos que o período revolucionário aberto em 1949 passou por ao menos duas etapas críticas na era maoísta no Grande Salto adiante e na Revolução Cultural, que foram ao mesmo tempo fatores de grande transformação econômica, política e social na China, transformações estas que por um lado criaram as bases para o desenvolvimento do Estado moderno na China, com um amplo processo de industrialização e um sistema de seguridade social amplamente difundido. Tais processos carregaram contradições que foram elas próprias fonte de novas cisões.

As transformações do primeiro ciclo revolucionário na China, foram por um lado um fator decisivo para instauração da China como a conhecemos até os dias de hoje. No entanto, algumas de suas limitações, umas de natureza interna, outras de natureza de correlações de força internacionais, levaram às mudanças promovidas nos anos 70 que culminaram na Reforma e Abertura. A conjuntura de duplo isolamento no âmbito internacional, frente ao bloco socialista e ao bloco capitalista imperialista ocidental, somadas aos esgarçados enfrentamentos políticos internos, potencializados sobretudo pela contradição entre desenvolvimento da indústria pesada, e a dificuldade em elevação da produtividade do trabalho no campo, e do atendimento de uma indústria leve voltada para necessidades mais gerais da população chinesa. Tais contradições originaram tanto mudanças expressivas na política interna chinesa, quanto na sua política externa.

No interior da China a Reforma e Abertura, reposicionou o pacto de coalizão de classes, mantendo a hegemonia do proletariado chinês sobre os processos políticos e econômicos, mas remodelando o papel da burguesia nacional chinesa, que passa a ser ativamente fomentada pelo Estado em regiões conhecidas como “Zonas Econômicas Especiais”. As reformas de Deng, como ficaram conhecidas, viabilizaram a partir da quebra do monopólio estatal, uma reinserção da China na dinâmica do comércio mundial, bem como estabeleceu mecanismos de gerenciamento empresarial que possibilitaram a competição entre diferentes entes do Estado, de modo que empresas diversas do Governo central, às provinciais e de municípios passam a competir entre si. Tal processo provocou uma transformação intensiva

nas forças produtivas Chinesas, o que por um lado lançou mão de uma segunda rodada gigantesca de desenvolvimento industrial, ao passo que abriu um fosso de desigualdade social na China. Tal processo motivaria posteriormente um acirramento nas contradições internas, que culminou nas mais recentes guinadas “socializantes” por parte do PCCh sob direção de Xi Jinping.

No plano externo, o novo cenário aberto pós-reformas de Deng, a política maoísta de agitação revolucionária de massas, bem como fomento de diversas seções de movimentos revolucionários pelo mundo, deu lugar à um pragmatismo “low-profile” a partir do qual as premissas viraram “esconder suas capacidades e seus talentos”. A política de Deng radicalizou os princípios da coexistência pacífica postulados por Zhou Enlai ainda na era Mao, que eram postos em prática nas relações com Estados-nacionais ao mesmo tempo em que a China fomentava dissidências revolucionárias internas a diversos Estados. Na era Deng, a política externa chinesa se converte em uma diplomacia de acordos e cooperações onde as trocas comerciais com ganhos mútuos se tornam o grande lema norteador.

A chamada “*win-win cooperation*” é inaugurada assim, na era Deng Xiaoping, e se vê continuada nas gestões posteriores a sua morte nas figuras de Jiang Zemin e Hu Jintao. A China sob tais premissas garante sua entrada na OMC, bem como uma normalização de relações diplomáticas com todo o ocidente capitalista, inclusive as potências imperialistas europeias e os Estados Unidos. No oriente as relações com Japão e Coreia do Sul também passam por uma normalização diplomática, embora conflitos de diversas sortes continuem presentes, muitos destes tendo se acirrado após a virada do milênio.

A passagem pela crise de 2008 marcou um período histórico de profundas oportunidades e profundas transformações no interior da China, mas também ao redor do mundo. No plano interno o pacto social vigente passou por remodelamentos significativos, que levaram à ascensão de Xi Jinping, em uma virada orientada para atender às crescentes demandas da classe trabalhadora chinesa, por um “*catch up*” com o desenvolvimento econômico alcançado nas últimas décadas. A questão ambiental se tornou também um fator nodal na política interna, somada à incontornável necessidade de combater a corrupção no interior das estruturas de Estado. O combate a corrupção na China, muito além das retóricas formalistas presentes no cotidiano dos Estados capitalistas, assumiu um caráter massivo, e veio associado não apenas a expurgos de grande magnitude, mas como a políticas ideológicas que visaram limpar o interior do poder público chinês, bem como de seus Aparelhos Ideológicos de Estado

de todo tipo de influência perniciosa do que o PCCh enxergava como influencia liberal-ocidental. O combate ao liberalismo, volta a ser estabelecido enquanto um dos principais fronts do PCCh, o que colocará uma contradição aparente entre a abertura e fomento ao mercado, sob rigorosa tutela do Estado, num movimento onde o mercado, se vê cada vez mais controlado e a ideologia burguesa cada vez mais purgada.

Por fim concluímos que as contradições que emergem entre o modelo financista montado nos “capitais fictícios” das potências imperialistas, e nas suas estruturas hegemônicas, entra numa crescente contradição com a política externa chinesa, de defesa do multilateralismo, cooperação pautada em ganhos mútuos, defesa da autodeterminação e soberania nacional. Tal contradição é fruto de uma contradição de classe fundamental, o que nos trouxe à compreensão de que se abre uma disputa hegemônica entre o bloco capitalista imperialista e um bloco contra-hegemônico encabeçado pela China e pela Rússia. O bloco contra-hegemônico é ele próprio carregado de contradições internas, mas sua capacidade de continuar se mostrando enquanto uma alternativa viável, estará diretamente relacionada com a capacidade da China de continuar promovendo arranjos estáveis neste bloco a partir de sua perspectiva norteadora. Evidentemente contradições de classe fundamentais estão presentes no interior de tal bloco, mas no jogo das contradições a China vem conseguindo manter um arranjo relativamente estável, se colocando ao mesmo tempo enquanto um Estado com claras dimensões proletárias, mas que consegue conceber um arranjo antiimperialista com países de diversos matizes políticos, econômicos e ideológicos. Por fim estabelecemos uma noção clara de que tal Bloco não pretende, ele próprio estabelecer qualquer tipo de organização formal, antes o contrário, tem como princípio o fomento de reestruturação de organismos internacionais, bem como a radicalização da participação dos diversos países sob preceitos da auto-determinação e soberania. A política externa chinesa seria assim marcada pelas mesmas contradições internas, presentes na China. Tais contradições dão espaço para um conflito entre interesses privados e interesses gerais da classe trabalhadora, que por ora seguem sendo dominantes e norteadores de tal política. Concebemos por fim que tal política externa poderia por bem ser pensada enquanto um novo modelo de “internacionalismo”, bastante diferente daquele tradicionalmente conhecido pela tradição marxista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge. A presença chinesa na América Latina. *Anais do 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política – ALACIP*, 2017. Disponível em: < <http://www.congresoalacip2017.org/site/anaiscomplementares2>>. Acesso em 10/12/2017.

_____. Uma nova fase do imperialismo? VIII Colóquio Internacional Marx e Engels Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) Unicamp, 14 a 17 de julho de 2015

ALTHUSSER, LOUIS. *On the Reproduction of Capitalism* – Ed. Verso (New Left Books) – Londres, 2014

_____. *Ideology and Ideological State Apparatuses: Notes towards an investigation* – Ed. Verso (New Left Books) – Londres, 2014

ALVES, José Eustáquio Diniz. Fraco B-RIC-S, Forte RIC: o triângulo estratégico que desafia os EUA e o ocidente. *Ecodebate*, 2018.

AMIN, Samir. China 2013. *Monthly Review*: Volume 64, 2013. Disponível em:< <https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013/> >. Acesso em 10/12/2017

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* – Porto: Edições Afrontamento, 1976

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI* – São Paulo: Boitempo, 2008.

BRÄUTIGAM, Deborah. A critical look at Chinese ‘debt-trap diplomacy’: the rise of a meme. *AREA DEVELOPMENT AND POLICY* 2020, VOL. 5, NO. 1
<https://doi.org/10.1080/23792949.2019.1689828>

CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. 2005. Disponível em: <<http://isj.org.uk/imperialism-and-global-political-economy/>>. Acesso em 18/03/2017.

CHEN, Q. Sino-Russian environmental cooperation: past, present, and future. *Revista R-economy*, 5(2), 61–70. doi: 10.15826/recon.2019.5.2.007. 2019

COPELAND, Vince. The History of USSR-China relations, 1975. Disponível em: <https://www.workers.org/marcy/cd/samclass/class/pcnvrt04.htm>. Acesso em: 10/02/2020

DENG, Xiaoping. Problemas Fundamentais de la China de hoy – Beijing, China: Ed. Lenguas Extranjeras, 1987

ECONOMY, Elizabeth. The Third Revolution: Xi Jinping and the new Chinese state – New York: Oxford University Press, 2018.

FILHO, Coronel Paulo Roberto da Silva Gomes. Estratégia Militar da China Para o Século XXI. PADECEME, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, pg. 13-24, 02/2017

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3, Caderno 13. Machiavel, Notas sobre o Estado e a Política - Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2007.

_____. Cadernos do Cárcere, vol. 2, Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2001.

GRUPPI, Luciano. O conceito de Hegemonia em Gramsci – Edições Graal – Rio de Janeiro, 1980.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo – 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013

JABBOUR, Elias Marco Khalil. *Projeto nacional, Desenvolvimento e socialismo de Mercado na China de Hoje*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes* – São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2018.

KOTKIN, Stephen. ELLEMAN, Bruce A. SCHOFIELD, Clive. *Beijing's power and China's borders: twenty neighbors in Asia*. Ed. M.E Sharpe - Nova York, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo: Ensaio popular* - 1. Ed. Expressão Popular - São Paulo, 2012

_____. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* – Ed. Expressão Popular – São Paulo, 2010

_____. *Obras Escolhidas em três tomos: “É melhor menos, mas melhor”*, Lisboa, Edições Avante! t3,1977, pp 670-681

_____. *Teses de Abril, 1917* Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/astesesdeabril.pdf>

LOSURDO, Domenico. *A Esquerda Ausente: Crise, Sociedade do Espetáculo, Guerra*. 1.ed. – São Paulo: Fundação Mauricio Gabrois e Ed. Anita Garibaldi, 2016.

_____. *Fuga da História: A Revolução Russa e a Revolução Chinesa Vistas de Hoje* – Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LOSURDO, Domenico. *A Luta de Classes, uma história política e filosófica* – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

MALLE, Silvana. Russia and China in the 21st century. Moving towards cooperative behaviour. *Journal of Eurasian Studies* 8 (2017) 136–150
<http://dx.doi.org/10.1016/j.euras.2017.02.003>

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* – São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha* – São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política* – São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Capital – Vol. III* – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* – São Paulo: Ed. Nova Cultura, 2016

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política* – São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015

MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* – São Paulo: Boitempo, 2011.

Marxist-Leninist-Maoist (MLM) Revolutionary Study Group in the U.S. Chinese Foreign Policy during the Maoist Era and its Lessons for Today. 2007 Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/erol/ncm-5/cpc-policy.pdf>>.

MAO, Tse Tung. *Cinco Teses Filosóficas - 2ª Edição*, São Paulo: Ed. Nova Cultura, 2018.

MAO, Tse Tung. *Collected Works - Vol II*. Foreign Languages Press, Peking, China, 1960

MAO, Zedong. *The Writings of Mao Zedong: 1949 – 1976* – East Gate Books, New York, 1986.

NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, pg. 27-51

Núcleo de Estudos do Marxismo-leninismo-maoísmo. *A Carta Chinesa: A grande batalha ideológica que o Brasil não viu*. Terra Editora – Rio de Janeiro, 2003.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização*. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREOBRAJENSKY, Eugên. *A Nova Econômica* – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1979

SANTI, Paolo. *Teoria marxista del imperialismo* – México: Cuadernos de Pasado y Presente No 10, 1984

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* – São Paulo; Ed, Schwarcz, 2003.

SOUZA, Renildo. *As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China: as transformações pós-1978*. Tese de Doutorado defendida no NPGA Núcleo de Pós Graduação em Administração – UFBA, Salvador, 2007.

TAMBOO, Ernest, KHAYEKA-WANDABWA, Christopher, MUCHIRI, Grace Wagithi, LIU, Yun-Na, TANG, Shenglan, ZHOU, Xiao-Nong. *China's Belt and Road Initiative: Incorporating public health measures toward global economic growth and shared prosperity* - *Global Health Journal*, June 30, 2019, Volume 3, Issue 2. <<http://dx.doi.org/10.1016/j.glohj.2019.06.003>>

XI, Jinping. *A Governança da China* - Beijing, China: Ed. Línguas Estrangeiras 2014.

Xi, Jinping. *Opening Up New Frontiers for Marxist Political Economy in Contemporary China*. *Qiushi Journal*, Chinese edition, No. 16, 2020

_____. *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New*

Era. Report: Delivered at the 19th National Congress of the Communist Party of China October 18, 2017